



3 1761 07320057 8



PURCHASED FOR THE

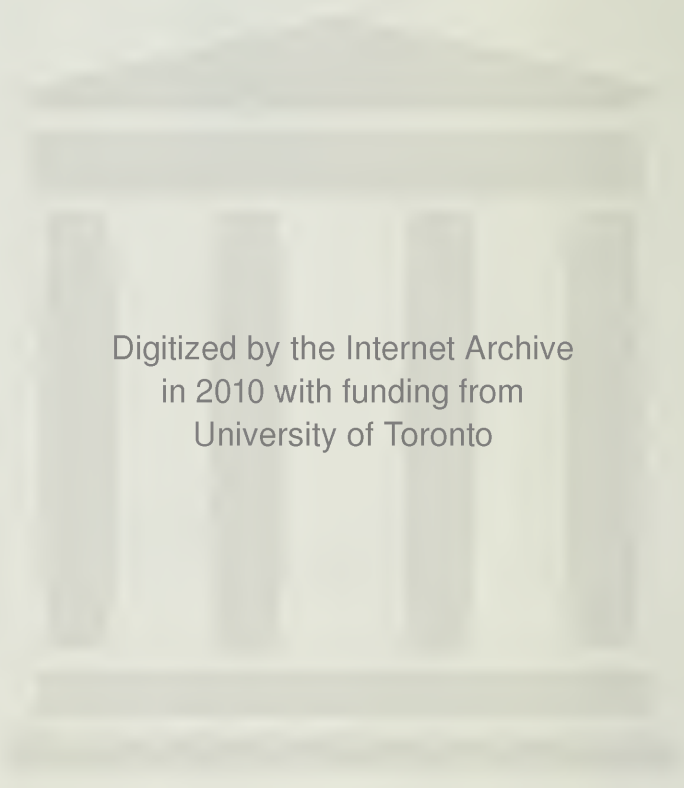
University of Toronto Library

BY

Brascan
LIMITED

FOR THE SUPPORT OF

Brazilian Studies

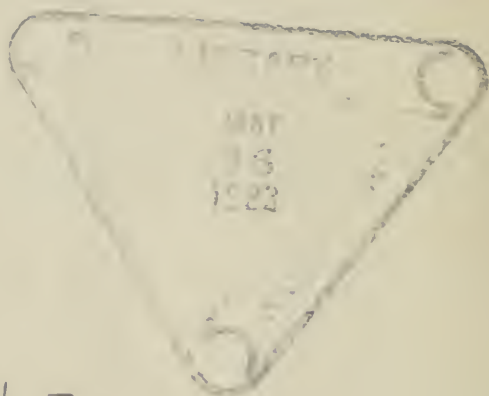


Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E

REMINISCENCIAS



LE
31
S422
N65
Sér. 9

37
ALMEIDA NOGUEIRA

30
" A ACADEMIA DE S. PAULO "

TRADIÇÕES

SER 9

E

REMINISCENCIAS

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

NONA SÉRIE

Por isso,
uma a'

S. PAULO — 1912

PREFACIO

PARA esta *Nona Série* das nossas *Tradições e Reminiscencias* da Academia de S. Paulo depara-se-nos opportuno prefacio a reproducção, *data venia*, de amavel missiva que nos endereçou distinctissimo collega, ao mesmo tempo em que nos mimoseava com profusos apontamentos para o presente livro.

Tirante o excesso de elogios que nos prodigaliza a generosidade do eventual correspondente, os seus primorosos conceitos quadram perfeitamente neste lugar.

São, com effeito, judiciosa apreciação, formulada com elegancia e colhida com agudeza de espirito e fina observação, sobre a utilidade destas chronicas, que rememoram a quadra juvenil dos nossos homens publicos.

No despreoccupado periodo da mocidade, mais espontaneo e sincero se manifesta o carácter pessoal, e a alma não tem refolhos nem usa mascara.

Por isso, não raro, um ingenuo episodio, um incidente, uma anecdota deixa perceber, embryonaria embora, uma tendencia psychologica que mais tarde avultará. O traço se accentúa, faz-se sulco; a propensão congénita desenvolve-se em força ou debilidade.

E, assim, as arcadas da Academia são ao mesmo tempo chrysalida de frageis borboletas ou ninho de aguias de onde os alariões ensaiam o vôo para as culminancias da sociedade.

Dão-se, não obstante, por vezes, extranhos phenomenos que a historia natural não explica: das chrysalidas evoluem águias, e os alariões não alçam o vôo... Isto mesmo, porém, offerece margem para cogitações.

Cale-se, entretanto, a nossa van rhetorica, e ceda a palavra ao bondoso critico:

«Rio, Abril de 1909.

Illustre Patricio e Amigo Dr. José Luiz

Enviando estas ligeiras informações acerca da geração academica que encetou o seu curso juridico em S. Paulo, no anno de 1874, terminando-o em 1878, não o faço sem felicitar-vos pelo brilhante pensamento que preside os vossos patrioticos intuitos, quando trazeis para os coetaneos magnificos elementos de observação e de critica sobre os estudantes que teem passado pela bella capital paulistana, desde a fundação da Academia de Direito.

O meu obscuro applauso ao vosso operoso trabalho sahe das raias da sinceridade desinteressada para cahir na admiração pelo vosso ingente objectivo, em face do muito que elle póde produzir no seio da emulação por entre todas as camadas escolares da Republica.

O vosso soberbo livro *Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo* representa hoje um estimulo sorridente nos meios intellectuaes de todas as agglomerações academicas disseminadas pelo paiz.

É um archivo precioso de estudo, de observação e de psychologia!

Para uns — elle se converterá em evangelho em que se destaquem fúlgidos exemplos do quanto póde o esforço nos estadios da tarefa escolar, quando eleva ás

alturas do poder ou ao brilho das posições todos aquelles que, nos passos iniciaes da vida, já teem as frentes vinçadas pelas vigílias do estudo, captivos dos sagrados ideaes que os acalentaram na juventude.

Para outros — surgirão os moldes do que valem a tenacidade e o carácter, agindo desde as primeiras etapas da existencia e robustecendo todas as esperanças do futuro.

Para todos, finalmente, o vosso livro se transformará num ensinamento valioso e numa prédica felicíssima!

Eu desejára possuir arabescos de estylo para dar-vos noticia dos meus amados companheiros, quando perpassando pelas arcadas do velho mosteiro de S. Francisco, ainda nos tempos tradicionaes em que a Paulicéa dormia, no seio das suas névoas brancas, o somno pacato dos seus minguados vinte mil habitantes.

Acompanhando a vossa feição sympathica e correntia de escrever, eu quizera terçar a graça com que rememoraes as mil e uma aventuras, as estroinices originalissimas da bohemia academica de S. Paulo.

O atticismo picante e inoffensivo com que commentaes as anedotas e os costumes academicos da antiga cidade paulista, são contornos felizes, inteiramente inéditos, sobre aquellas figuras de poetas, literatos, juristas, tribunos, oradores de clubs, que por alli doidejaram, deixando atraz de si o brilho inconfundivel da sua intellectualidade primorosa.

A Academia foi sempre um fóco de luz intensa, e é em todos os tempos esse ninho de penhasco em que, no remanso da frouxa pennugem, as aguias ensaiam, nas suas tenras envergaduras, os primeiros vôos para as cumiadas alcantiladas do futuro!

Quanta psychologia magnifica e que grandiloquo arsenal de informações de valor!

Por outro lado, quantas desillusões na vida prática,

que sem numero de julgamentos desconfirmados — cá fóra, no grande scenario do viver positivo em que os sonhos se diluem aos primeiros alvares da realidade e a lucta feroz atira á arena os sonhadores da vespera!

Ora é o poeta de hontem, engolphado nas suas doces visões de arte e de esthetica, a deixar a sua lyra, cheia de effluvios, pela charrua agreste dos campos, ora é o agitador das associações, pallido de emoção e de estimulo por entre as polemicas da palavra e da imprensa, a vir, para o amplo ambiente da actividade moderna, envolver o espirito na cogitação das industrias, pondo em destaque o grande apêgo ás equações materiaes do interesse.

Mais adeante, é a figura tribunicia, irrompendo aos choques da palavra ardente, nos circulos intellectuaes ou na praça publica, que, cá no mundo, despiu a roupagem característica dos discursadores irreductiveis e impavidamente se atirou á dansa macábra das cifras, no aneio febril de enthesoirar fortuna.

Acolá, está um que foi sempre avesso ao direito, á propria carreira espontaneamente escolhida, perambulou por S. Paulo, indifferente á jurisprudencia, inerte deante do valor scientifico das lições dos mestres, e que, no entretanto, veio após, desde os primeiros postos da judicatura ou da advocacia, revelar com surpresa os mais notaveis dotes de jurisconsulto e invencivel causidico.

É por tudo isso que o vosso livro avulta de merito e de incontestavel significação social e moral.

Sem aquelles elementos de *humour* que tão largamente distribuis nas vossas pittorescas descripções, nos perfis interessantes e nas *silhouettes* originalissimas com que condimentaes o vosso esplendido trabalho, eu tentarei, sem embargo, o grande esforço de enviar-vos umas resumidas notas sobre os meus inesqueciveis companheiros, hoje espalhados sobre o vasto territorio da Republica, saudosos, sem duvida, daquelles tempos dulcissimos,

em que tudo era uma visão meiga do risonho porvir que haviam sonhado.

Cordiaes saudações do vosso

Amigo, collega e admirador

J. B. DE SAMPAIO FERRAZ.»

Extremamente penhorados pelas carinhosas referencias do illustre collega ao nosso despretencioso trabalho e ainda mais pela bondade que teve de nos communicar copiosas informações sobre a sua turma academica, voltamos á fala para registrar aqui a sincera expressão dêsse duplo reconhecimento.

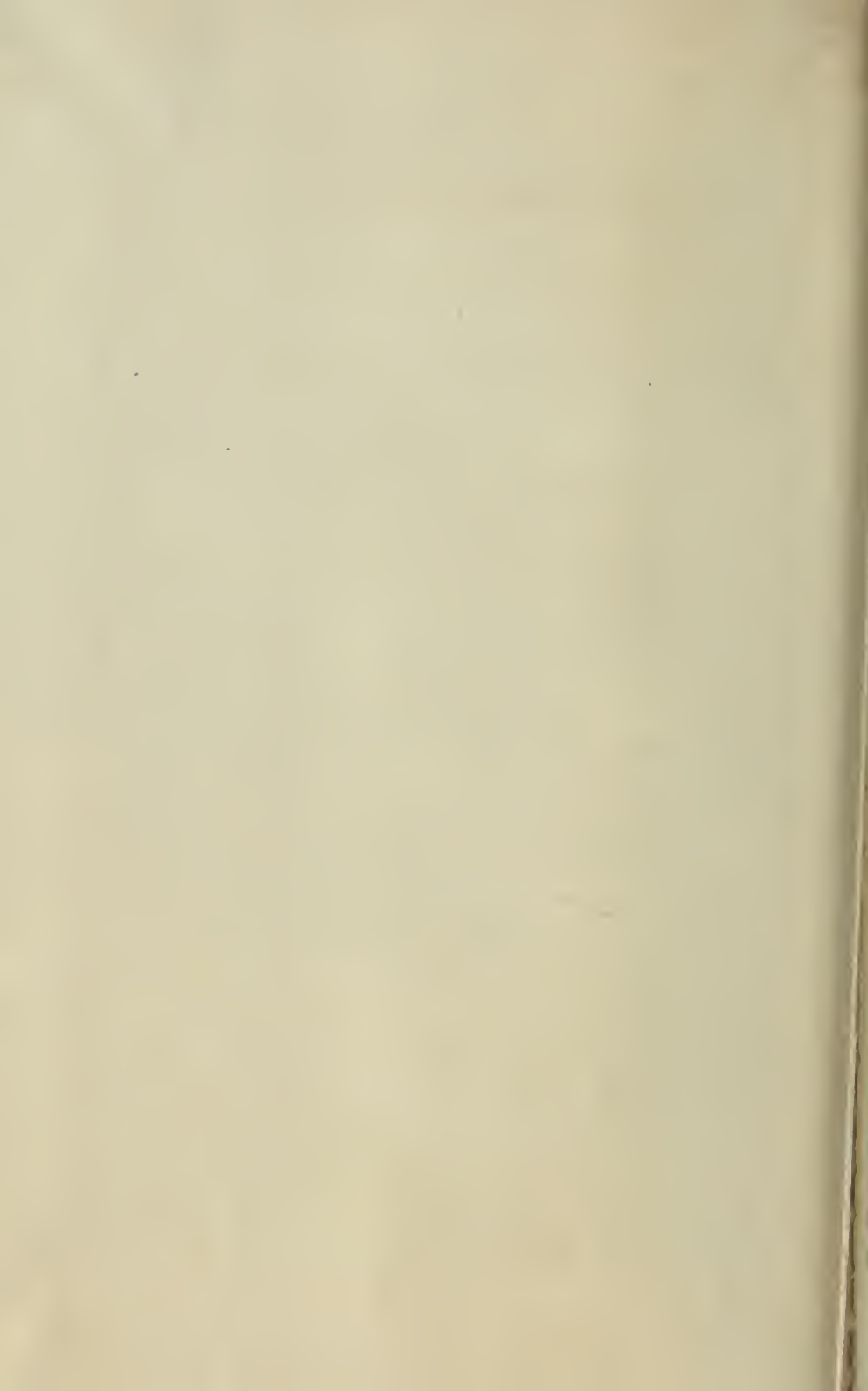
E ainda para outro fim.

Para impetrar de quantos folhearem este modesto livro a mesma indulgencia liberalizada pelo publico ás oito séries já editadas.

Assim, num só termo, fiquem lavrados como fecho dêste prefacio — o registro do agradecimento e a inscrição do pedido.

S. Paulo, Julho de 1912.

J. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA.



CAPITULO I

A turma academica de 1835-39



PARTE PRIMEIRA

Directoria e corpo docente — Balanço estatístico — O «grupo olin-
dense» — Perseguição aos refugiados — Alguns retardatarios
— Muitos «naufragos» — Os bachareis de 1839 — Pinheiro Ma-
chado — Revolucionario em 1842 — Na magistratura — O «boi
de botas» — Pleito memoravel — Emulo de Gaspar Martins —
Durante a guerra do Paraguay — Notas complementares — An-
tonio Joaquim Ribas — Discipulo de Julio Frank — Quem era
Julio Frank? — Ribas na quadra academica — No magisterio
secundario e superior — Estreia de mestre — A melhor definição
de «duvida» — Um beliscão apaziguador — Grande juriskon-
sulto — No jornalismo e na politica — Literato e dramaturgo —
Dados biographicos — Claudino Guimarães — Constantino de
Faria.



FORAM directores da Academia, durante o
quinquennio de 1835 a 1839, os drs. Costa Car-
valho (depois Marquez de Monte Alegre) até 24
de junho de 1836 e o senador Vergueiro de 8 de
março de 1837 em deante, sendo preenchida a in-
terinidade intermediaria pelo dr. Brotero, como
o decão da Congregação.

No mesmo periodo, regeram as cadeiras do curso, para a turma academica matriculada em 1835, os seguintes lentes:

Primeiro anno (1835) — Direito Natural, Publico e das Gentes, Manuel Joaquim;

Segundo anno (1836) — A mesma cadeira, em continuação, e o mesmo lente;

Direito Ecclesiastico — Padre Anacleto Coutinho.

Terceiro anno (1837) — Direito Civil, padre Vicente Pires da Motta;

Direito Criminal, Bernardino Ribeiro, o «Mestrinho»;

Quarto anno (1838) — Direito Civil, padre Vicente, em continuação;

Direito Criminal, Clemente Falcão.

Quinto anno (1839) — Economia Politica, Carneiro de Campos;

Processo Civil e Criminal, padre Antonio Maria de Moura.

Em março e abril de 1835, matricularam-se no primeiro anno do curso juridico de S. Paulo 43 estudantes.

Este numero logo no fim do anno lectivo ficou reduzido a 38, por terem perdido o anno cinco dos matriculados. Mais tarde, atrazaram-se, em caminho nessa jornada de um lustro, que se faz necessaria para a conquista do pergaminho de bacharel formado, mais 24 dos matriculados em 1835.

Assim, dos 43 que primitivamente constituíam essa turma academica, sómente 14 chegaram dentro do periodo normal ao termo da jornada, isto é — bacharelaram-se em 1839.

A não ser Claudino Teixeira Guimarães, que, matriculado em 1834, repetiu o primeiro anno em 1835, nenhum outro alumno de anno superior veio avolumar a turma dos matriculados em 1835.

De Olinda, porém, em demanda de juizes menos inclementes, emigrou para S. Paulo um grupo de estudantes que haviam despertado na academia pernambucana a cólera, justa ou injusta, da respectiva Congregação. Dêsse «grupo olindense» (assim se designavam os refugiados) agregaram-se em 1838 á turma que ora nos occupa, já então no seu quinto anno, tres estudantes notaveis, dos quaes adeante nos occuparemos: Furtado, Carvalho Moreira e Augusto Chaves.

Porque emigraram de Olinda? Que haviam feito para provocar as perseguições de que fugiam?

Ardua se faz a tarefa, após tantos annos decorridos, de reconstruir os acontecimentos, de modo a colherem-se a sua verdadeira causa e as consequencias que delles resultaram.

Dos documentos que nos foi dado folhear, pudemos colligir que certo grupo de estudantes

havia fundado em Olinda uma folha politica escripta em estylo violento e aggressivo.

Naquelle tempo, a imprensa partidaria raro discutia questões de principios e criticava a acção dos poderes publicos sob ponto de vista elevado: aferrava-se, de preferencia, ás personalidades, e aggreidia-as com acrimónia, quando adversarias ou incursas no seu desagrado!... Como vão distantes esses tempos, e quanto mudadas as ho-diernas tendencias da imprensa patria! — dir-nos-á sentencioso o ironico leitor.

O que é certo é que a attitudo politica do *Argus Olindense* provocou serios desagradados, cujo éco repercutiu no seio da Congregação da Academia.

Eis o que sobre este ponto nos refere illustre chronista maranhense ⁽¹⁾:

«Redigiam por esse tempo (1838) o *Argus Olindense*, órgam de doutrinas liberaes, os estudantes Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, Antonio Borges Leal Castello Branco, Carvalho Moreira (hoje Barão de Penedo) e Francisco José Furtado, e, de collaboração com elles, João Pedro Dias Vieira. Julgaram-se offendidos com isso os lentes de credo contrario; e como se envergonhassem de reprovar os que estavam a terminar o curso, desfecharam a mão tente seus botes contra o terceirannista. Em vista de tão cen-

⁽¹⁾ DR. ANTONIO H. LEAL — *Pantheon Maranhense*, tom. II, pag. 95.

suravel desforço, não quizeram Furtado e Carvalho Moreira expôr-se á mesma sorte e foram para S. Paulo, e com elles João Pedro Dias Vieira.»

Noutro lugar da mesma obra ⁽¹⁾, accrescenta o auctor:

«Este funesto acontecimento (o assassinato do seu padraсто) não contribuiu pouco para que Furtado tomasse tão cedo parte nas discussões politicas e redigisse, no seu quarto anno, de colaboração com seus collegas Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, João Pedro Dias Vieira, Borges, Vilhena e Carvalho Moreira, o *Argus Olin-dense*, de onde lhe resultaram malquerenças e rancor de alguns lentes. Para evitar que o desfeitassem no acto, como acontecera ao João Pedro, tomou o accordo de retirar-se para S. Paulo...»

Certo, não se perde por indiscreção o distincto biographo. Louvor ou vituperio para os seus conspicuos biographos, algo houve, está-se vendo, além dos peccados de imprensa, que determinou a emigração dêsses moços para as plagas paulistas. Vamos, por isso, preencher essa lacúna da interessante narração.

A severidade ou quiçá a injustiça do julgamento de João Pedro Dias Vieira irritou a mocidade academica de Olinda e deu origem a disturbios na Academia e a vaias e assuadas contra

(1) DR. ANTONIO H. LEAL — obr. cit., tom. II, pag. 275.

alguns lentes e o vice-director, padre Miguel do Sacramento Lopes Gama.

Foi, em consequencia, instaurado processo academico contra os mais compromettidos nessas occorrencias, e do processo resultou a condemnação dos bachareis Antonio Borges Leal Castello Branco e Fabio Alexandrino de Carvalho Reis a terem suspensa a entrega das suas cartas, e dos estudantes Manuel Pereira da Silva e Felipe Alves de Carvalho á suspensão de estudos durante dois annos.

Essa narração vem confirmada no seguinte aviso, constante da Secretaria da nossa Faculdade:

«Communicando o director interino do Curso Juridico da cidade de Olinda, em seu officio de 15 do mez passado, que os estudantes Manuel Pereira da Silva e Felipe Alves de Carvalho foram sentenciados pela Congregação dos lentes a não poderem continuar por dois annos os seus estudos nas academias juridicas, em consequencia da parte que tiveram nos disturbios occorridos nos dias 29 e 31 de outubro ultimo, manda o Regente, em nome do Imperador, assim participál-o a v. s., para o effeito da dicta sentença não ser illudida no Curso Juridico dessa cidade, remettendo-lhe por prevenção a relação inclusa por copia, em que se acham não só incluídos os dois mencionados estudantes, como tambem os

outros, que, posto não haja sentença contra elles, foram todavia dos que tomaram egualmente parte naquellas desordens. Deus Guarde a v. s. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1839. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.»

«Relação dos estudantes da Academia Juridica que mais tomaram parte nos disturbios dos dias 29 e 31 de outubro de 1838:

Bacharel formado Antonio Borges Leal Castello Branco;

Bacharel formado Fabio Alexandrino de Carvalho Reis.

Estudantes :

Manuel Pereira da Silva, do terceiro anno ;

Felippe Alves de Carvalho, do terceiro anno ;

Candido Rodrigues Ferreira, do terceiro anno ;

Francisco José Furtado, do quarto anno ;

Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, do quarto anno.

Secretaria da Academia Juridica de Olinda, 14 de março de 1839. No impedimento do secretario: *José Miguel de Souza Magalhães Junior*.»

De data posterior, e ainda em confirmação da nossa narração, ha outro aviso, o qual, bem como o precedente, revela a effectiva existencia de perseguição contra os redactores do *Argus Olindense*.

Felizmente, taes cartas de recommendação não

prejudicaram os distinctos moços na Academia de S. Paulo, onde era muito outro o ambiente moral e dominavam então as ideias liberaes.

Eis o aviso a que ora nos referimos:

«Constando oficialmente ao governo que os estudantes Francisco José Furtado e Francisco Ignacio de Carvalho Moreira obtiveram guias de passagem do Curso Juridico da cidade de Olinda para o dessa cidade — Manda o Regente, em nome do Imperador, prevenir a v. s. que estes estudantes foram dos que perturbaram a tranquillidade e a ordem naquella academia, por occasião dos actos que alli tiveram logar no dia 29 de outubro do anno passado. Deus guarde a v. s. — Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de março de 1839. — *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Sr. director do Curso Juridico da cidade de S. Paulo.»

Dos quarenta e tres matriculados no primeiro anno, em 1835, alguns, ou por mal succedidos nas provas academicas ou por outras razões, atrazaram-se um anno.

São elles: João Bonifacio Gomes de Siqueira, Luiz Antonio de Assumpção, Joaquim Caetano da Silva Guimarães e José do Amaral Gurgel, que se bacharelaram em 1840 e dos quaes na respectiva chronica nos occupamos.

Para outros, em numero de vinte e cinco, mais adversa ainda se mostrou a sorte, pois, se-

gundo parece, tiveram de abandonar os estudos. Dizemos — «segundo parece», porque não temos elementos para contestar que algum delles tenha vindo a formar-se no Curso Juridico de Olinda.

Eis a respectiva relação:

LUIZ DA MOTTA LEITE DE ARAUJO. — Fluminense, nascido em 1818.

Temos delle noticia até ao seu quarto anno, pois consta dos assentos da Secretaria da Faculdade que elle foi approvado *simpliciter* no segundo e *plenamente* no terceiro anno.

ALEXANDRE JOSÉ DE SEIXAS. — Rio-grandense, nascido em 1812, filho de Bento Rodrigues de Seixas. Repetiu o primeiro anno, e no segundo foi approvado *simpliciter*, em 1836.

ANTONIO COELHO DA SILVA. — Rio-grandense, nascido em S. João da Cachoeira, a 11 de fevereiro de 1812.

JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA E SILVA. — Fluminense, nascido a 17 de outubro de 1817; filho de Antonio José de Oliveira e Silva.

Repetiu o primeiro anno em 1835; approvado *simpliciter* no segundo, em 1836; reprovado no terceiro em 1837, ou, antes, em março de 1838.

JOÃO GOMES GUERRA. — Fluminense, filho de Albino Gomes Guerra.

LUIZ JOSÉ DE BRITTO. — Paulistano, nascido em 1816; filho de João Vicente de Britto.

Era repetente do primeiro anno. Não proseguiu nos estudos.

IGNACIO ANTONIO DE SOUZA. — Fluminense, nascido em Iguassú, em 1815; filho de Ignacio Antonio do Amaral.

BRAZ FERNANDES CARNEIRO VIANNA. — Fluminense, carioca, nascido em 1815; filho de Paulo Fernandes Vianna.

JOSÉ COELHO DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido na freguezia do Sacramento, em 1815; filho de Antonio Coelho de Almeida.

Approvado plenamente no segundo anno, em 1836.

JOSÉ PEREIRA DAS NEVES. — Fluminense, nascido na freguezia da Candelaria, em 1813; filho de José Pereira das Neves.

Approvado *simpliciter* no segundo anno, em 1836.

JOAQUIM MANUEL GASPAR DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido na freguezia da Candelaria, em 1814; filho do dr. Joaquim Gaspar de Almeida. Approvado *plenamente* no segundo anno, em 1836.

CANDIDO RODRIGUES FERREIRA. — Fluminense, nascido em 1817; filho de Joaquim Rodrigues Ferreira.

JOSÉ BERNARDINO DE SENNA. — Paulistano, nascido em 1812.

FRANCISCO LUIZ DA MOTTA. — Fluminense, nascido em 1817; filho do capitão Francisco Luiz da Motta.

ANTONIO COUTO BRAM. — Bahiano, nascido em S. Salvador; filho de Bernardo do Couto Bram.

BOAVENTURA DIAS DA MOTTA. — Fluminense, nascido em 1813; filho de Boaventura Dias da Motta.

JOSÉ LEITE DE ABREU. — Paulista, nascido na «villa» de Lorena, em 1818; filho do capitão José Ventura de Abreu. Approvado *simplesmente* no segundo anno, em 1836.

Residiu em Silveiras, onde, por longos annos, foi chefe politico, liberal, e gosou de grande prestigio politico e da estima geral.

ANTONIO JOSÉ DA MOTTA CARVALHO. — Mineiro, nascido em Barbacena, em 1813; filho de Antonio José de Carvalho.

ANTONIO MAURICIO DA COSTA GUIMARÃES. — Paulista, nascido em Coritiba, em 1813; filho do capitão Mathias Gonçalves Guimarães.

CLARINDO JOSÉ CARVALHO DA FONTOURA. — Rio-grandense, nascido na villa do Rio Pardo, em 1813.

FRANCISCO TEIXEIRA DA CUNHA. — Paulista, nascido na villa do Principe (hoje Lapa, no Estado do Paraná); filho de Manuel Antonio da Cunha.

GUSTAVO ANTONIO DA COSTA FERREIRA. — Maranhense, nascido em 1812; filho do dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira.

JOSÉ ALVARES FERNANDES. — Paulistano, nascido em 1817; filho de José Alvares Fernandes.

MANUEL FERNANDES COUTINHO. — Fluminense, nascido em 1816; filho de Vicente Ferreira Coutinho.

Approvado *plenamente* no segundo anno, em 1836.

MANUEL DE MACEDO CAMPOS PESSOA. — Fluminense, nascido em 1815; filho de Sebastião de Macedo.

Approvado *simplesmente* no segundo anno, em 1836.

Passemos agora, e já era tempo, á resenha de cada um dos dezesete bachareis formados de 1839.

ANTONIO GOMES PINHEIRO MACHADO. — Paulista, nascido em Sorocaba, a 23 de janeiro de 1820; ⁽¹⁾ filho de José Gomes Pinheiro.

Era o mais joven da turma.

Na Academia, fez curso regular, e foi approvado *plenamente* em todos os actos, do primeiro ao quinto anno.

Depois de formado, exerceu por algum tempo a advocacia em Itapetininga.

De temperamento assomado e animo varonil, envolveu-se logo no movimento politico da época. Militava com ardor nas fileiras do partido liberal, cujos principaes chefes na Provincia de S. Paulo eram naquelle tempo o coronel Tobias, Feijó, Gabriel e outros prestimosos cidadãos.

Quando irrompeu na Provincia de S. Paulo a rebellião de 1842, o dr. Pinheiro Machado transportou-se a Sorocaba, séde do ephémero governo de Raphael Tobias e ali tomou parte activa no movimento revolucionario.

⁽¹⁾ Informações de sua familia nol-o dão nascido em 1819. A data que fica no texto é extrahida do termo de matricula na Faculdade. Como este era baseado no baptisterio, quem sabe se teria havido confusão entre a data do nascimento e a do baptismo?

Subjugada a rebelião, seguiu a sorte dos seus chefes e refugiou-se com elles nos confins da Província do Paraná.

De regresso a S. Paulo, quando serenou a tempestade politica, fixou-se de novo em Itapeitinga e ahí contrahiui enlace matrimonial com D. Maria Manuella Ayres, filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Ayres, chefe politico local e parente de Raphael Tobias.

Foi então nomeado juiz municipal do termo. Nesse cargo, porém, por pouco tempo se conservou, pois, a pedido seu, foi removido para o de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Para lá se transportou, fazendo o trajecto por terra, com sua familia. Isto em 1846.

Não lhe aprazia a carreira da judicatura.

Demittiu-se do juizado municipal e poudo dar expansão ao seu temperamento, empenhando-se nas agitações politicas e organizando as phalanges do partido *luzia*, então desalentado e quasi exânime pelos revezes que lhe oneravam o passivo, após longo decennio de cruentas e épicas contendias.

Em poucos annos, a influencia e o prestigio de Pinheiro Machado extendiam-se por toda a região alta do Rio Grande do Sul, abrangendo tambem as cidades de S. Borja, Itaqui, Uruguayana e Allegrete, na fronteira.

O partido liberal adorava-o; os adversarios respeitavam-no, embora na ausencia lhe chamassem com enfado *o boi de botas*, appellido que, aliás, o popularizou.

Em 1856, o dr. Pinheiro Machado foi eleito deputado provincial.

Em 1864, pleiteou victoriosamente o mandato á Assembleia Geral.

Era seu competidor Gaspar Martins, que começava a apparecer.

Não se resignou este á derrota. Disputou perante a camara a cadeira de Pinheiro Machado e conseguiu a annullação do collegio de Piratiny e de outros, cuja votação lhe fôra adversa.

Com taes depurações, deu-se empate entre os dois candidatos. Decidiu a sorte a favor de Pinheiro Machado.

Declarada a guerra do Paraguay, seguiu para o Rio Grande com o Imperador, e alli, utilizando-se de suas innumeras e devotadas relações, auxiliou o general Portinho, seu intimo amigo, a organizar uma forte divisão com o effectivo de quatro mil homens.

Ficou destacada essa força, no começo das operações, em Corrientes, sobre as ribanceiras do rio Aguapehy; invadiu posteriormente o Paraguay pelo Alto Paraná, e, sempre victoriosa, tomou parte em varios combates.

Por esta época, tendo o seu filho primogénito, ainda menor, o actual senador e general Pinheiro Machado (¹), seguido para o Paraguay, sem sciencia e consentimento paternos, para lá se transportou o dr. Antonio Pinheiro Machado com o fito de reconduzilh-o aos estudos.

Dessa excursão trouxe os germens de grave molestia, da qual veio a fallecer, em 1874.

Quando deputado geral, em 1864, tomou parte em varios importantes debates de carácter politico, juridico e administrativo e noutros de interesse internacional, revelando em todos esses torneios oratorios grande aptidão intellectual e vigorosa dialectica.

Possuia aprofundado conhecimento das seculares questões de limites entre o Brazil e os nossos vizinhos. Consultado pelo illustre Barão de Cotegipe, seu adversario politico, que lhe conhecia a competencia, sobre o litigio que mantinhámos com a Argentina a respeito do territorio das Missões, o dr. Pinheiro Machado enviou ao preclaro estadista extensa monographia sobre o grave e complicado assumpto, para elle familiar.

Era pae do general dr. Pinheiro Machado e dos drs. Antonio e Angelo Pinheiro Machado,

(¹) É' o caso de repetir-se com Corneille «... la valeur n'attend pas le nombre des années!

formados todos por esta Faculdade, em 1878, 1880 e 1882.

ANTONIO JOAQUIM RIBAS. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1818; filho de Antonio Joaquim de Macedo.

Alto, claro, olhos e cabellos castanhos, estes longos e repartidos ao lado; barba nenhuma: leve-a depois e deixava-a toda, mas elegantemente aparada e bem tratada; fronte desenvolvida e pensadora. Olhar vago, quando meditava; parecia então abstrahir-se, á medida que, ao contrario, mais se concentrava. Bello adolescente, quando se matriculou no primeiro anno; bonita figura varonil, um lustro depois.

No moral, talento superior, apto para todos os estudos scientificos, criterio seguro, e, não obstante, imaginação de poeta.

Ao matricular-se no Curso Juridico, dispunha o talentoso estudante da inapreciavel vantagem de poder construir o seu edificio scientifico sobre os solidos alicerces de bons estudos preparatorios. Discipulo dilecto de Julio Frank, delle recebera instrucção mais solida e mais copiosa que a necessaria para a matricula na Faculdade. Estudára bem philosophia e melhor ainda historia universal e literatura. Tambem apprendera latim e grego, além de varias linguas vivas, como o francez, o inglez e o allemão.

Todo esse preparo excepcional concorreu

com o seu precioso subsidio para a brilhante carreira que o joven Ribas ia encetar e que deveria desde logo ser assignalada por successivos triumphos.

Mas, quem era o illustre Mentor a quem com justiça deve reverter grande parte na messe de glorias colhida por este outro Telemaco?

O nome de Julio Frank é ainda hoje proferrido com amor na Academia de S. Paulo, onde perdura a sua memoria, perpetuada por um retrato a oleo no salão do director e um monumento erguido num pateo interno do vasto mosteiro de S. Francisco, exactamente em frente á sala, hoje modificada, onde leccionava historia o inclito professor ⁽¹⁾. Julio Frank era allemão, nascido em Gotha, em 1809.

(¹) Esse monumento funebre consta de um catafalco sobre plataforma quadrilatera, á qual dão accesso alguns degraus e é encimado por um obelisco de cerca de quatro metros. Todo o monumento, que é de cantaria, está amparado por gradil de ferro preso nos angulos a quatro pilastras adornadas por mochos symmetricos. Obra modesta, mas de feição artistica. Numa das faces do pedestal lê-se este epitaphio:

HIC JACET JULIUS FRANK
IN HAC PAULOPOL. ACADEM. PUBL. PROF.
NATUS GOTHÆ. ANN. MDCCCIX
OBÛT XIX JUNII ANN. MDCCCXLI
ÆTATE SUÆ XXXII
SIT EI TERRA LEVIS

A respeito dessas homenagens, escreve Couto de Magalhães na *Revista da Academia*, de 1859:

«Numa das salas da Academia existe um retrato a oleo, num

Bem joven ainda veiu para o Brazil. Do Rio passou por S. Paulo e seguiu para Sorocaba.

Sobre a sua estada nessa cidade correm varias tradições, mais ou menos imaginarias.

pateo um tumulo de cantaria sobre o qual se eleva uma alta pyramide: são de Julio Frank. Custaram quatro contos, e foram feitos por dois irmãos de nome Galvão.»

Esses irmãos eram Jouquim e Julio Mariano Galvão de Moura Lacerda, filhos do brigadeiro Galvão. O primeiro formou-se em 1847 e delle nos occupamos na respectiva chronica; o segundo por longos annos teve nesta capital importante instituto de ensino secundario.

Couto de Magalhães não declara quem concorreu para taes despesas. Não o diremos tambem.

Esse monumento funebre foi levantado alli, porque, sendo Julio Frank protestante, não permittiram o seu enterro em sagrado. Fazia-se então nas egrejas a inhumação dos fieis defuntos. A recusa do bispo, posto que conforme ás leis canonicas, produziu corto desgosto. Dessa impressão ficou vestigio numa nénia de Passos Ourique, registada no *Parnaso Academico*, e na qual se lêem estes versos, tanto mais surprehendedentes quanto o auctor delles pouco tempo depois recebia ordens sacras:

«lllustre Blumenback, o teu amigo,
O sabio Julio, o Julio sem igual,
Existe no jazigo;
E da scioncia a estrada eis sem fanal!
Morreu desconhecido.
E do bonzo a fanatica virtudo
Não quiz compadecido
Dar-lhe asylo sagrado ao ataúde!...
Mas que sepulchro existe mais ditoso
Que nossos corações?
Que logar mais sagrado, mais honroso?
Que cantos, que aspersões
Equivalem ao pranto, aos ais, ao luto?
E negaram-lhe os homens tal tributo?
Oh não! infamia ora,
Nem os humanos têm alma tão fera.

A unica authentica, por nós haurida em fidedigna fonte, é a seguinte:

O chefe de numerosa familia ituana, a dos Kiehl, tinha então em Sorocaba uma venda na esquina da Rua do Commercio com a Rua Direita.

O menino Antonio Lopes de Oliveira ⁽¹⁾, de caminho para a sua escola parou um dia nessa esquina para repassar as lições de latim e de francez que tinha de dar na aula do padre-mestre José Gonçalves ⁽²⁾. Foi então interrogado por um joven allemão mal trajado e de tamancos, que lhe ensinou as lições. Este fê-lo tão bem, que o alumno alcançou grandes elogios do severo pedagogo.

Sciante do facto, o pae do collegial interessou-se pelo alambazado repetidor: arranjou-lhe desde logo o logar de caixeiro na casa do Kiehl

Oh tu, Julio feliz, bemquisto Julio,
Que desfrutas na placida mansão
De seres virtuosos
Divinal compensação,
Acolho os sentimentos d'amizade,
De respeito e d'amor, com que teu nome
A' sã posteridade
Ha de ser transmittido com renome.»

(¹) Esse menino veio a ser pae do conhecido e estimado chefe republicano coronel Manuel Lopes de Oliveira, que foi empregado na Secretaria da Agricultura deste Estado e é fallecido ha quatro para cinco annos.

(²) O padre José Gonçalves, segundo vetusta chronica local, era o typo exemplar do antigo mestre-escola, rispido, severo e a todo momento... de férula em punho!

e mais tarde recommendou-o para S. Paulo ao brigadeiro Raphael Tobias.

E, assim foi sob os auspícios dêsse prestigioso chefe politico que Julio Frank (tal o nome do desconhecido estrangeiro) fez em S. Paulo a sua auspiciosa apparição. ⁽¹⁾

Revelados ahi o seu talento e a sua erudição litteraria, foi convidado a leccionar historia no curso annexo á Faculdade de Direito.

Em breve trecho conquistou o affecto da mocidade, a estima dos lentes e a admiração geral.

Era socio do Instituto Historico Brasileiro e autor de um Compendio de Historia Universal.

Voltemos a occupar-nos de Antonio Joaquim Ribas ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Sobre Julio Frank, encontra-se no *Diccionario Bibliographico* de Sacramento Blake a seguinte curiosa informação :

«Julio Frank... falleceu em S. Paulo depois de naturalizar-se brasileiro, guardando, até ao tumulo, certo mysterio quanto á sua familia, sua posição social e até quanto á sua verdadeira patria e verdadeiro nome, que se suppõe não serem os designados. O que é certo é que chegou ao Rio de Janeiro sem que alguém o conhecesse, pauperrimo, sendo logo preso na fortaleza da Lage, por queixa ou coisa semelhante, do commandante do navio que o trouxe; sendo solto, foi caixeiro de uma estalagem.

Entretanto, conhecia perfeitamente as linguas vivas da Europa, inclusive a latina e a grega, era habil géometra e metaphysico, tinha profundos conhecimentos de historia antiga e moderna e alguns de direito publico e de direito romano.

Deixando a estalagem, foi para S. Paulo e na villa de Sorocaba abriu uma aula de francez, de inglez, italiano e latim.»

⁽²⁾ COUTO DE MAGALHÃES, *Revista da Academia* : «... Como orador

Após notavel curso academico durante todo o seu quinquennio juridico, obteve Ribas o grau de bacharel, e, no anno seguinte, propôz-se candidato ao de doutor.

A sua defesa de theses realizou-se nos dias 13 e 14 de novembro de 1840, e a approvação foi *simpliciter*, tendo deixado de comparecer dois dos lentes sorteados para o arguirem — Chrispiniano e Ramalho, que se deram por enfermos.

Taes ausencias, nos dias designados para defesa de theses, sóem ser interpretadas, qualquer que seja a excusa offerecida, como acto hostil ao candidato.

E o doutorando, effectivamente, assim considerou o caso e delle conservou memoria. Chrispiniano e Ramalho, aquelle principalmente, nunca foram, de então em deante, santos da devoção do Ribas. Essa indisposição recrudesceu alguns annos depois, por ter o Chrispiniano deitado um «R» num filho delle, que, por isso, foi terminar o curso na Faculdade do Recife, para, no espirito paterno, «livrar-se das garras do Ramalho».

Vagando no Curso Annexo á Faculdade, com a morte de Julio Frank, a cadeira de Histo-

parlamentar, de uma voz sonora e apaixonada, ás vezes elle (Ribas) prima pela correcção da dicção e dos periodos e pela deducção logica dos argumentos, encarando as questões com a superioridade do seu espirito.»

ria Universal, offereceu-se a regê-la interinamente o dr. Ribas; acceito pelo governo o gracioso offerecimento, o joven professor entrou em exercicio a 1 de julho de 1841.

Foi posteriormente nomeado cathedratico dessa mesma disciplina, por decreto de 18 de março de 1842.

Brilhantes foram as suas explicações. O talentoso discipulo manteve-se na altura do illustre mestre, e, como elle, segundo attestam chro-nistas contemporaneos, fez da historia um estudo verdadeiramente scientifico, contribuindo com muita efficacia para o progresso da mentalidade brasileira.

Crescia diariamente na literatura, no jornalismo e na cáthedra o renome de Ribas. Assim, quando, após a reforma dos Cursos Juridicos em 1854, teve o governo de preencher os logares recém-creados na congregação dos lentes, a opinião publica applaudiu a nomeação de Ribas, conjunctamente com a de Gabriel para a Faculdade de S. Paulo, e as de José Bonifacio, Broterinho e Silveira de Souza para a do Recife.

Ninguem sobre elle se avantajou no exercicio do alto magisterio. Era um lente completo. Methodico e claro na exposição, profundo nas investigações, criterioso nos conceitos, logico e agudo na critica, invencivel na argumentação. E todas estas vantagens realçadas, quanto á

fórma, por palavra fluente e elegante, dicção nítida e voz de agradável timbre.

Pouco tempo depois da sua nomeação, foi convidado Ribas a reger a cadeira de Direito Administrativo, confiada primeiramente a Silveira da Motta.

O velho lente não se tinha sahido bem no ensino da nova disciplina. Pouco estudioso, embora talentosissimo, Silveira da Motta difficilmente arcava com as objecções e fingidas duvidas que por malicia lhe suscitavam os mais fortes dos seus discipulos. E note-se: era um quinto anno de notabilissimas figuras, o de 1855; basta lembrar que fulguravam nelle nomes como Paulino, Ferreira Vianna, Falcão Filho, Americo Brasiliense, Simplicio de Salles, Evaristo Veiga, Caetano Pinto, Guanabara, Ferreira Rezende, Mafra e tantos outros.

Sempre foi vezo dos rapazes nas Academias tomarem o pulso aos lentes novos, para saberem com quem lidam. Se o verificam fraco, ai dos resultados do ensino! Se, ao contrario, lhe reconhecem talento, erudição e amor ao estudo, augmenta-se o respeito que lhe tributam, e, com real proveito para o progresso scientifico, maior se faz sobre o espirito da mocidade o poder suggestivo da palavra do mestre.

Inteirado dessa malicia inherente á psychologia do ensino, o dr. Ribas applicou intelligente

esforço em penetrar os arcanos do direito administrativo, e, sem chamar á lição, levou toda a semana a explicar um só ponto do programma.

No sabbado, segundo prévio aviso, deu a palavra aos mais distinctos estudantes.

Estes, como era de prever, suscitaram objecções contra as doutrinas da cadeira.

Ouviu-os attentamente o dr. Ribas, e, depois, refutou victoriosamente, e com superioridade manifesta, todas as impugnações.

Tratando, embora, com a maior delicadeza, os discipulos recalcitrantes, espichou-os, todavia, despiedado: a todos levou á parede, a ponto de os deixar sem réplica possível, mudos, vencidos e convencidos.

A moralidade da fabula — o novo mestre cresceu como um gigante no espirito entusiastico e sempre generoso da mocidade.

E esse prestigio, sempre elle o conservou, augmentando-o mesmo consecutivamente em todas as cadeiras que veio a reger, emquanto lente substituto, até que se tornou, quando cathedra-tico de Direito Civil, a 2 de outubro de 1860, um dos mais notaveis jurisconsultos patrios e astro de primeira grandeza na Congregação da Faculdade de S. Paulo.

No exercicio do magisterio, não se contentava o dr. Ribas com o explicar bem: fazia empenho em ser bem comprehendido. Era affeito,

por isso, a exigir dos discipulos noções claras e definições precisas.

Quando, por vagas ou incompletas, não lhe satisfaziam as respostas, formulava outras logo em seguida.

Este systema, impertinente por vezes, suscitou-lhe alguns curiosos incidentes nas aulas, nos actos e nas defesas de theses.

Occorrem-nos ao espirito dois dêsses episodios:

De uma feita, perguntava elle a um examinando:

— Que se entende por — pessoa?

— Pessoa é — todo ente capaz de direitos e obrigações — respondeu-lhe o estudante.

— Que é — ente? — prosegue o dr. Ribas.

— Ente é tudo que existe; mas entro em duvida...

— Que é — duvida?

Ahi, o estudante hesitou, e, instinctivamente, poz-se a fazer movimento oscillatorio com o indicador e o dedo maior da mão direita, dizendo:

— Duvida, sr. dr., duvida...

E continuava com a mimica dos dois dedos extendidos e em movimento oscillatorio:

— Duvida... duvida...

— Não diga nada! — acudiu o examinador. —

O senhor não poderá encontrar definição oral tão expressiva como esse gesto que está fazendo. Duvida é isto mesmo: é a *vacillação* entre dois juizos.

O outro caso occorreu na aula de Direito Civil e deu-se com um estudante distinctissimo, o Carlos de Carvalho, formado em 1871.

Susceptivel em extremo, o *Carvalhinho*, como lhe chamavam, não levou a bem a inquirição, quasi em tom debicativo, a que o lente o sujeitava, e, depois da terceira pergunta impertinente, deixou escapar um:

— Ora!...

— Ora, não! — retorquiu-lhe agastado o dr. Ribas. — O senhor tem obrigação de responder-me e não deve dizer — «ora!»

— Mas, sr. dr. . . — começou o Carlos de Carvalho, já todo inflammado.

Felizmente, o Rubião, seu amigo intimo, deu-lhe um beliscão e fêl-o calar-se, evitando assim algum incidente desagradavel.

Embora grande jurisconsulto, não se assignalou o dr. Ribas como grande advogado.

Eram luminosos e convenientes os seus pareceres; as razões por elle elaboradas passavam sempre por dissertações juridicas de alto valor. Entretanto... para bom advogado, faltava-lhe a intuição da strategica forense.

Porque é que muitas vezes a esperteza de um rábula leva de vencida a sciencia de um jurisconsulto?!

E era realmente avultado o patrimonio scientifico do dr. Ribas. Serviriam de prova, a

não haver outras, algumas obras suas, de subido valor, quaes o *Direito administrativo brasileiro*, o *Curso de direito civil* e a *Consolidação das leis do processo*.

A sua proficiencia juridica recebeu consagração official em varias commissões de nomeação do governo por elle desempenhadas, entre essas a de membro revisor do projecto do codigo civil elaborado pelo dr. Joaquim Felicio dos Santos.

Não era totalmente refractario ás seducções da politica, tanto assim que por mais de uma vez redigiu folhas partidarias (*O Piratininga*, *O Constitucional*, *a Imprensa Paulista*) e deixou-se eleger deputado provincial.

Acreditavamos que elle sempre tivesse militado nas fileiras liberaes. Verificámos, porem, que não. O seu nome fez parte muitas vezes da chapa conservadora para deputados provinciaes. Eleito, não deixava de manter, nas questões accentuadamente partidarias, a devida solidariedade com a orientação daquelle partido. Entretanto, não tinha devoção pela politica.

O dr. Ribas fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1850-51 e consecutivamente até o de 1860-61.

Infelizmente, não existem impressos annaes da nossa legislatura provincial, senão de 1863 em deante, e, assim, não nos é dado apreciarmos

no periodo anterior a acção parlamentar do illustre jurisconsulto.

Mas que, de facto, não lhe dominava o espirito a paixão pela politica — deprehende-se da propria circumstancia da sua carreira publica. Fôra extranhavel, realmente, que, sendo partidario devotado, elle tivesse ficado durante tantos annos a marcar passo na Assembleia Provincial, quando lhe sobrava merecimento para as mais elevadas posições na politica, na administração e no governo.

Fino cultor das letras e affeiçãoado especialmente á litteratura dramatica, o dr. Ribas... Elle teve o titulo de conselho, chamêmol-o, portanto, «conselheiro Ribas», como o fazia indefectivamente o dr. Vicente Mamede, e é, além disso, mais euphonico. Diziamos que o conselheiro Ribas não deixou, salvo algumas ligeiras composições poeticas, nenhum monumento litterario. Os drs. Paulo do Valle e Diogo de Mendonça celebram-lhe a competencia como literato e dramaturgo. E José Bonifacio, ainda estudante, reza pela mesma cartilha e dá noticia nos *Ensaio Litterarios* (outubro de 1850) de uma obra d'elle, infelizmente inedita, sobre a historia da Provincia de S. Paulo (1).

(1) COUTO DE MAGALHÃES, na obr. cit., reproduz a seguinte nota, de José Bonifacio:

«Extrahe da *Historia dos paulistas* (m. s.), pelo sr. dr. Ribas, o

O conselheiro Ribas jubilou-se por decreto de 23 de fevereiro de 1870, e pouco depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde abriu escriptorio de advocacia.

Falleceu em Petropolis, a 22 de fevereiro de 1890.

Era commendador da Ordem de Christo e socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

CLAUDINO TEIXEIRA GUIMARÃES. — Portuguez, nascido em 1810, em Villa Real, Provincia de Traz os Montes; filho de Antonio Teixeira de Moura. Fez um curso regular na Academia.

Falleceu, pouco depois da formatura, em S. Paulo.

CONSTANTINO JOSÉ DE ALMEIDA FARIA. — Paulista ou paranaense, nascido em Curitiba, em 1817; filho de Manuel José de Almeida.

Fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1842-43; na legislatura immediata, figura o seu nome entre os da chapa derrotada.

Foi juiz municipal de Curitiba em 1844.

Falleceu a 15 de junho de 1846.

fragmento que ali publicamos. O nome do auctor é seu maior elogio, e os que lerem poderão apreciar o criterio do historiador e a illustração do literato.»

CAPITULO II

A turma academica de 1835-39



PARTE SEGUNDA

Mendonça Pinto — Mascara severa, alma bondosa — Resenha biographica — Seu temperamento sociavel — Na cidade e no campo — Nos sertões da Mantiqueira — «Laudator temporis acti» — O Theatro de S. José e o monumento á Independencia — A grande loteria do Ypiranga — «Ensaio dramatico» — Ardil de um «bicho chronico» — Espirito Santo fallivel — Original redacção — Grave problema de geographia — Fausto de Aguiar — Mediano em tudo — Na administração — Na politica — Prematura autonomia da Amazonia — Francisco José Furtado — Tormentosa puericia — Em Olinda — Na Paulicéa — A sua vida publica — O gabinete 31 de agosto — Notas complementares.



DIOGO DE MENDONÇA PINTO. — Paulista, nascido nesta capital, a 12 de dezembro de 1818; filho do capitão (depois tenente-coronel) Caetano Pinto Homem.

De estatura regular, magro, tez morena, pouca barba e negra, olhos e cabellos castanhos.

Era myope e trazia luneta. Usou, depois, monoculo: o que o obrigava a franzir os sobr'olhos e lhe dava um ar de poucos amigos.

Esta impressão desfavoravel da sua physio-mia accentuou-se com a idade e a neurasthenia, de modo que elle parecia estar sempre de mau humor. Pura illusão! Logo que se dirigia a al-guem, de subito se modificava a dureza daquella expressão, para dar logar a amavel sorriso, mais sincera expressão do seu temperamento.

Intelligencia regular, bom estudante.

Dado ás letras, especialmente á literatura dramatica.

Logo após a formatura, exerceu cargos judiciais. Foi primeiramente juiz municipal do termo de Areias, e, depois, do de S. Sebastião.

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1844-45, 1850-51, 1852-53, 1854-55 e 1856-57, fazendo parte constantemente da chapa do partido conservador.

Desempenhou por longos annos com zêlo e dedicação o cargo de inspector geral da Instrucção Publica nesta provincia, a saber, desde 1851 até 1873, e os seus relatorios, alguns dos quaes desenvolvidos, formam uma bibliotheca de 22 volumes.

Em 1852, foi nomeado professor substituto de Historia e Geographia e de Rhetorica no Curso Annexo á Faculdade, passando dois annos depois a cathedratice de Historia e Geographia, na vaga do dr. Ribas, que, por sua vez, succedera a Julio Frank.

De temperamento sociavel, era o dr. Diogo de Mendonça geralmente estimado no *high-life* paulistano, e sua casa um aprazivel centro de attracção, tanto pela franqueza e cordialidade com que elle acolhia as pessoas de suas relações, como pela amabilidade de sua senhora, gentileza, fina educação e formosura de sua filha, depois casada com o conselheiro Costa Pereira, e pela amenidade das festas e partidas familiares que frequentemente se organizavam naquella hospitaleira vivenda.

A' «*Sinhá* Diogo» reunia-se gracioso farrancho de moças e meninas, suas primas e suas amigas, e com ella formava formoso ramallete, que attrahia, salvo a comparação, borboletas e beija-flores, que deveriam antes volitar sob as arcadas do convento de S. Francisco...

O dr. Diogo residia, a principio, no Largo da Sé, depois na Rua de Santa Thereza, esquina de S. Gonçalo; mudou-se para a Avenida do Braz, numa confortavel casa de campo, proximo á varzea do Carmo, assaz elegante para a época. Habitou, por fim, noutra chacara, nas immediações do Gazometro, alugada posteriormente ao governo da provincia para o *Instituto de Menores Artifices*.

Nos seus ultimos annos, aposentado em ambos os cargos que accumulava, o dr. Diogo de Mendonça, alquebrado por invalidez mais que pela idade, passou a residir effectivamente nos

Campos do Jordão, na internada do Embury, hoje Villa Jaguaribe. Ahi levantou confortavel *chalet*, recobrou a saude, e, retrahido do bulicio social, viveu de saudades e de recordações, lendo, ou, antes, relendo os seus auctores predilectos, e tambem naquellas frigiditas e serenas regiões, em altitude superior a 1.200 metros, acolhendo os ecos já esmorecidos das agitações e das luctas estéreis dêste mundo inferior...

No Embury, como em S. Paulo, a sua casa era um ponto de attracção, e alli era o unico, para todos os moradores, convalescentes e excursionistas. De Pindamonhangaba, de S. Bento de Sapucahy-mirim, e mesmo desta capital, subiam a escarpada Serra da Mantiqueira familias e cavalheiros com destino aos campos do Embury, não sómente para espairecerem naquella verdadeira higienopolis, como tambem com o programma de visitar o dr. Diogo de Mendonça e gosar por alguns dias da doce convivencia que elle formava naquelles páramos proximos do céu.

Alli se dançava, á noite, jogavam-se prendas, decifravam-se charadas, fazia-se musica, ouviam-se cantos e recitativos, então muito em voga. De dia, eram passeios pelo campo, excursões a pé, de trolly ou a cavallo, pic-nics, desportos athleticos apropriados, etc., etc.

Por iniciativa sua e com a cooperação de toda a gente que lá ia convalescer ou por méra

diversão, foi erecta a capella consagrada a N. S. da Saude, concorrendo com o altar o proprio dr. Diogo e com a imagem da padroeira a sua familia.

Tambem a expensas suas, quasi exclusivas, construiu-se alli gracioso jardim, destinado a logradouro publico, e foi ensaiada a cultura de arvores fructiferas da Europa, formando bom pomar que algum tempo depois ainda se conservava pelos cuidados do dr. Domingos Jaguaribe, e cujos vestigios, quiçá, ainda hoje perduram.

Era tal o apego do dr. Diogo de Mendonça ao clima abençoado daquellas montanhas que com pertinacia se conservou por cerca de vinte annos ininterruptamente naquelle exilio voluntario.

Quando alguem o convidava a fazer uma excursão a S. Paulo ou ao Rio, excusava-se peremptoriamente. As transformações que encontrasse, entristecel-o-iam. Pouco se lhe dava, por exemplo, que no logar outróra occupado pela velha e pittoresca Paulicéa se levantasse agora formosa cidade moderna, indifferente á sua alma. Esse espectaculo não poderia senão enchê-lo de saudade e de tristeza...

Era tal o seu amor ao passado que até na sua propria pessoa physica elle mais affeiçoava o homem de outróra, que a sua decrepitude, dizia elle, que apenas vagava na terra para fazel-o soffrer.

Por isso, quando algum amigo lhe pedia o retrato, elle dava a reproducção moderna de uma antiga photographia.

— Não lhe dou o retrato de quem sou — explicava — mas de quem fui. É mais grata a perspectiva de um edificio novo, que a das suas ruínas.

Quando deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, sempre se interessou pelo desenvolvimento da instrucção publica, e bem assim pela construcção de um theatro, para representações dramaticas; foi um dos auctores da lei que autorizou a edificacção do Theatro de S. José.

Na sessão legislativa de 1855, figura o seu nome entre os dos iniciadores da lei n.º 26, de 18 de abril daquelle anno, que propunha se abrisse uma subscripção nacional para a erecção, na collina do Ypiranga, de um monumento commemorativo da independencia do Brazil.

Como por longos annos não teve execução, já não diremos aquelle decreto legislativo, mas o seu patriotico pensamento, o dr. Diogo de Mendonça foi solícito em voltar frequentemente ao assumpto e clamar, pela imprensa, em pról da realisacção da grandiosa ideia.

Reconheceu depois que o meio mais pratico, dados o nosso ambiente social e costumes inveterados, seria a extracção de uma grande loteria... Estudou este ponto e teve uma lembrança

luminosa, ainda que tão simples como o caso do ovo de Colombo. Occorreu-lhe que deveria ter melhor exito um plano loterico baseado na attracção de avultadissimo premio alliada á modicidade do preço dos bilhetes, muito embora em numero crescido. Pensava, com razão, que o publico raramente indaga da quantidade dos bilhetes, e, portanto, da maior ou menor probabilidade do premio: o que mais o impressiona é um enorme *bolo* de mil contos, por exemplo.

E cresce a tentação de o haver, quando basta para *habilitar-se* a esse objectivo a modica despesa de cinco ou dez mil réis.

A esse plano, por instigação do dr. Diogo de Mendonça, obdeceu a extracção da primeira loteria para o monumento do Ypiranga, e o seu resultado foi esplendido.

Como dissemos, o dr. Diogo era dado á litteratura dramatica. Nesse genero preferia a especie — drama-historico.

Num volume sob o titulo *Ensaíos Dramaticos*, dado á publicidade em 1872, reuniu elle todas as suas composições theatraes e mais alguns artigos de critica sobre arte dramatica, insertos em folhetins no *Correio Paulistano*.

Dos seus dramas, foi levada á scena no antigo *Theatro de S. José* a *Famalia Razique*.

A acção passa-se na Bahia, na época da independencia do Brazil, por occasião da resisten-

cia e expulsão das forças sob o mando do general Madeira.

Parece que o successo da representação não correspondeu á expectativa do auctor. É o que se deprehende da critica do mesmo, com muita amargura e alguma *verve*, contra varios actores, especialmente a talentosa actriz Julia de Azevedo, accusada de não haver estudado o seu papel.

Os outros dramas do dr. Diogo de Mendonça intitulam-se *O Conde de Ourem* e *Nemesis*. O primeiro tem por objecto uma pagina da historia de Portugal, e o segundo varios episodios da guerra do Brazil com o Paraguay.

Resente-se o drama da falta de unidade de tempo e de logar; e mesmo a de acção não é muito uniforme. Ha, todavia, uma circumstancia que recommenda o gosto literario do auctor: é o facto de, pondo em scena as figuras do dictador Solano Lopes e de m.^{me} Linch, haver conseguido guardar certa medida na apresentação dêsses personagens, isto numa época em que permaneciam recentes as irritações do espirito popular e estava ainda alvoroçado o sentimento nacional em relação a quanto se referia ao «tyranno sanguinario» e á «perversa aventureira» que lhe instigára as loucas ambições.

Valentim Magalhães, nas suas *Horas Alegres*, refere o seguinte episodio, facto real ou *bonne*

blague, que elle diz occorrido com o dr. Diogo de Mendonça.

Havia em S. Paulo um *bicho* de nome Guedes, que disputava o *record* do *chronicismo* ao classico Vincent...

Um dia, ameaçado de *recambio* pela justissima impaciencia paterna, resolveu, por fim, deixar o *curral dos bichos* e matricular-se no curso superior. Entre os exames que lhe falhavam para tal fim, incluia-se o de historia e geographia, materias essas em que elle estava totalmente crú, *in albis*, *a quo*, ou que melhor nome tenha no calão academico. Que fazer? Recorrer a empenhos? São falliveis.

Teve uma ideia arrojada, que poderia dar bom exito ou mallograr-se. Deliberou executá-la. Foi ter com o dr. Diogo, cathedratico daquellas disciplinas e severo examinador, e falou-lhe:

— Tendo que fazer amanha o meu ultimo exame, que é o de historia, venho pedir a v. s.^a...

— Vem pedir-me — quê? Que o approve?...

— Não, sr. doutor. Venho pedir-lhe que me reprove.

— Quê?! Que o reprove?!

— Sim, senhor.

— O senhor está zombando de mim?!

— Sou incapaz disso. Respeito muito o meu mestre.

— Mas, então, que ideia é essa?

— É que eu não quero estudar, e estou sob a coacção da vontade de meu pae...

— E o senhor sabe alguma coisa de historia e geographia?...

— Sei, sim senhor; tanto assim que sou explicador dessas materias aos meus companheiros e dou aulas particulares...

— Mas como é, então; que poderei reprová-lo?

— Entretanto, eu preciso de ser reprovado, porque meu pae...

— Que tenho eu com isso? Se o senhor souber e fizer bom exame, ha de ser approvado; do contrario, será reprovado. E fique sabendo que não me presto ás tortuosidades que o senhor propõe.

— Pois, então, já conheço o que me cumpre fazer: sahirei reprovado — concluiu o Guedes.

E retirou-se.

No dia seguinte, prestou exame, e fêl-o pessimamente, porque, de facto, quasi nada sabia

Entretanto, persuadiu-se o dr. Diogo de que o Guedes errava de proposito. Segredou, por isso, aos outros examinadores:

— Este maroto sabe. Está respondendo mal de proposito, para ser reprovado. Eu conheço-o, elle até lecciona. Quer ser reprovado para contrariar o pae. Acabemos com isto e aprove-mol-o. Grandissimo traste!

No dia immediato, o nosso Guedes, lépido e

contente, matriculava-se na Academia, e, congratulando-se por esse faustoso acontecimento com seu velho progenitor, prevalecia-se da oportunidade para dar-lhe, por via epistolar, uma promissora *dentada*.

Quando em banca de exames, ou na sua aula, interrogava algum discipulo ou candidato, não aprazia, ao dr. Diogo, que *assoprassem* o interrogado.

A sua bonhomia não chegava ao extremo de fechar os olhos ou tapar os ouvidos a essa irregularidade.

Percebeu, de uma feita, que, ainda que muito subtilmente, um dos assistentes murmurava as respostas ao examinando, um *bicho* de nome Guilherme Tell. Quem lhe servia de *ponto* era o Chico da Cunha, que, depois, se formou em 1873.

O dr. Diogo de Mendonça não se deu por achado, mas de malicioso formulou uma pergunta difficil.

O *ponto* emmudece. Emmudece tambem o examinando.

Assestando neste o seu monoculo, disse em tom zombeteiro o dr. Diogo:

— Desta vez não lhe deu assistencia o *espirito santo*.

Outro incidente em exames.

O ponto sorteado era *Guerras Punicas* e o examinando o Hippolito de Camargo.

— Exponha ! — ordenou seccamente o dr. Diogo.

— Tres é que foram as guerras punicas...

— Quê?! Contesto!...

— !!!

— Sim, contesto a correcção de — «tres é que foram».

O Camarguinho, que desde *bicho* era dado ás letras, replicou susceptibilizado:

— A oração póde não ser elegante, mas é correcta...

— Pois, então, analyze-a... ou, antes, deixemo-nos disto e volvamos ás guerras punicas.

Não suscitava no ensino dos discipulos da sua aula controversias de alcance philosophico; antes, por vezes, preocupava-se com questões de *lana caprina* e tinha sobre taes pontos objecções de algibeira, segundo se diz na giria escolastica.

Acontecia, porém, que por fim já os rapazes lhe conheciam as baldas e tambem traziam promptas as formulas acceitas e consagradas pela cadeira para a solução das difficuldades propostas.

Assim, em geographia, um dos problemas habituaes era — se o mar Caspio é mar ou lago. Dissesse o alumno que — é *mar*, elle oppunha-

lhe a definição de *lago* e mostrava que ella quadrava perfeitamente áquelle denominado mar.

Se o examinando respondesse — que é *lago*, elle replicava que todos os geographos o denominavam *mar*, que era esse o consenso unanime e que toda a gente não podia estar em erro.

A formula que dava logar á nota *boa* era esta: «O mar Caspio é um *lago*; entretanto, os geographos teem convencionado denominar-o *mar*, e por não termos auctoridade para corrigil-os, nós conformamo-nos com essa denominação, ainda que impropria.»

Analogas *difficuldades* eram suscitadas e analogas *soluções* deveriam ser dadas em relação ao Mar Morto e ao Mar de Galiléa, tambem chamados Lago Asphaltite e Lago de Genezareth.

O dr. Diogo de Mendonça Pinto falleceu nesta capital, a 1 de maio de 1892, deixando um filho, o sr. Antonio Publio da Granja Mendonça, hoje residente em Santo Amaro.

FAUSTO AUGUSTO DE AGUIAR. — Fluminense, ou, antes — carioca, pois nasceu na freguezia de Sant'Anna, da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Assim reza a sua certidão de idade, e accrescenta que a 19 de dezembro de 1817, e que é filho de João Francisco de Aguiar.

De estatura inferior á mediana, tez morena, olhos e cabellos negros, e barba incipiente.

Dos livros de assentos dos exames, que foram salvos do incendio de 1883, consta a sua approvação *plena* nos actos do 2.º, 3.º e 5.º annos, quando collegas delle, nos mesmos dias, *naufregaram*. E parece que houve, realmente, por essa época, *dias tempestuosos* na Academia, tendo-se perturbado a habitual bonança, em consequencia da immigração dos revolucionarios olindenses, de que já falámos e sobre os quaes adeante voltaremos.

Não é temerario induzir-se do facto de ter superado incolume os mares escapellados que Fausto de Aguiar tenha sido bom estudante, ou, ao menos, regularmente applicado: presumpção depois corroborada pelas provas, que deu, de san e criteriosa mentalidade como politico e funcionario administrativo em toda a sua vida publica.

Depois da formatura, exerceu por algum tempo a advocacia no Rio de Janeiro.

Na alta administração, foi presidente do Ceará, de 13 de maio de 1848 a 2 de agosto de 1850. Dessa presidencia passou para a da Provincia do Pará, de que tomou posse a 13 de setembro de 1850 e onde foi conservado pelo governo imperial até 20 de agosto de 1852.

Nesse anno, fez-se eleger deputado á Assembleia Geral, pela provincia que administrava

(certo não lhe foi coisa difficil), á 9.^a legislatura (1853-56). Foi consecutivamente reeleito para a 10.^a legislatura (1857-60), para a 11.^a (1861-64, dissolvida em 1863), para a 14.^a (1869-72) e para a 15.^a (1872-75). Nesse anno, tendo-se dado no Senado, na representação do Pará, a vaga de Souza Franco, foi eleito e escolhido senador pela provincia o conselheiro Fausto de Aguiar, em lista triplice com o conego Siqueira Mendes e o dr. João Lourenço Paes de Souza.

Quer na Camara dos Deputados, quer no Senado, a sua figura como parlamentar foi sempre de pouco destaque.

Acompanhou constantemente o partido conservador.

Exerceu por algum tempo, no principio da sua carreira, o cargo de inspector geral da Instrucção Publica da Provincia do Rio de Janeiro, e em 1854 foi nomeado official maior da Secretaria de Estado do Imperio, e mais tarde promovido a chefe de secção, director, e, por fim, director geral da Secretaria, cargo em que foi aposentado.

O conselheiro Fausto de Aguiar falleceu no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1890.

Quando, em 1876, veio em lista triplice para senador o conselheiro Fausto de Aguiar, era o mais votado o conego Siqueira Mendes, então prestigioso chefe do partido conservador do Pará.

Apesar da guerra pessoal e deprimente que lhe fazia toda a imprensa liberal, que lhe dava o appellido de *Conego Quinino*, esteve durante algum tempo mais ou menos assentada a escolha do prestimoso politico pelo imperador. Aconteceu, porém, que, sciente dessa eventualidade, manifestou o conego a um amigo seu a opinião de que por pouco tempo teria de occupar a curul senatorial, por isso que estava imminente a separação do Pará e a consequente autonomia da Amazonia.

Esse conceito foi indiscretamente divulgado, penetrou no paço de S. Christovam e deu em resultado... a escolha de Fausto de Aguiar.

Além de relatorios presidenciaes e pareceres de secretaria e de commissões do parlamento, o conselheiro Fausto de Aguiar é auctor de um apreciado opusculo sobre attribuições das assembleias provinciaes e prerogativas dos presidentes de provincia.

FRANCISCO JOSÉ FURTADO. — Piauiense, nascido em Oeiras, a 13 de agosto de 1818; filho do cirurgião Francisco José Furtado e de D. Rosa da Costa Alvarenga, de uma das mais illustres familias do Piauihy.

Contava apenas dois annos de idade, quando teve a infelicidade de perder o pae. Sua mãe contrahiui segundas nupcias com o sr. Raymundo

Teixeira Mendes, politico influente na Provincia do Maranhão, na cidade de Caxias, onde passou Francisco José Furtado a sua infancia e puericia.

Foi-lhe o padraсто um segundo pae; a despeito dos deficientes recursos de longinqua cidade provinciana, deu-lhe solida educação primaria e secundaria e fêl-o matricular-se em 1835 na Academia de Olinda.

Nesse mesmo anno, o respeitavel cidadão cahia victimado pelo punhal do sicario, e o joven estudante deplorava amargamente a perda do seu segundo pae.

É possivel que essa catastrophe, resultado de ardentes luctas partidarias, tenha contribuido para incandescer os sentimentos politicos, ainda embryonarios, do futuroso adolescente.

E, de facto, o joven Furtado, fervoroso adepto das ideias liberaes, começou desde cedo a acompanhar com interesse a politica nacional; e no seu 4.º anno do Curso Juridico, juntamente com Carvalho Moreira, Alexandrino Reis, Dias Vieira e outro collega, redigia o *Argus Olindense*, de inequivoca feição partidaria.

Não asseguramos que fosse moderada e serena a linguagem da folha academica. Apostariamos, mesmo, pelo predicado opposto.

O que é certo é que, amenidade ou doestos, os conceitos do *Argus* desagradaram ao director da Academia e a alguns lentes. Dessa colera re-

sultaram algumas *bombas*, que foram acolhidas com vaias e protestos pelos estudantes de Olin-da, e, dahi, processo academico, condemnações, suspensões e emigração para S. Paulo.

Todos estes factos ficaram já por nós relatados na parte primeira do historico desta turma e complementarmente o serão nas notas biographicas de Carvalho Moreira.

Francisco José Furtado, quando veio a S. Paulo, já quintannista, contava pouco mais de 20 annos.

Estatura regular, tez morena de brasileiro nortista, olhos e cabellos negros, bastante piloso, trazia a barba *en collier*, á moda do tempo, e sempre a usou do mesmo feitio; rosto grande, sympathico; cabellos repartidos á esquerda, gravata preta e de volta. Na rua trazia sempre casaca e trazia chapéu alto.

Mesmo quando na quadra juvenil, era pouco expansivo e de uma compostura séria, quasi grave.

Foi bom estudante, intelligente, de grande applicação e de exemplar moralidade.

No physico, dava assim ares de Jules Favre.

Era, quanto ao moral, a circumspecção, o espirito de ordem e a honradez personificada.

Pouco após a formatura, foi nomeado juiz municipal do termo de Caxias, e em 1848 juiz

de direito da mesma comarca. Foi removido, pouco depois, para uma das varas da capital do Pará, e, posteriormente, em 1856, para S. Luiz do Maranhão.

Começou a carreira politica como deputado á Assembleia Provincial do Maranhão.

Em 1848 teve assento na Assembleia Geral, como representante do Maranhão, á 7.^a legislatura, dissolvida no anno seguinte.

De 10 de novembro de 1857 a 30 de maio de 1859 dirigiu, como seu presidente, os destinos da Provincia do Amazonas, e fê-lo com justiça, moderação e consummada habilidade, resistindo ás solicitações de acanhada e oppressora politica partidaria.

Em 1861, pela segunda vez, e em 1863, pela terceira, foi eleito deputado geral, sempre pela Provincia do Maranhão.

A sua palavra era sobria, a oração concisa, mas conceituosa e de fórma irreprehensivel. A dialectica vigorosa e irresistivel.

Na sessão legislativa de 1863 foi elevado, pelo voto da maioria da Camara dos Deputados, á cadeira de presidente daquela Assembleia; e nesse elevado posto revelou diariamente os nobilissimos predicados do seu rigido character.

Abria-se, no anno seguinte, uma vaga na Camara vitalicia, na representação.

A lista triplice apresentada para a escolha Imperial foi assim votada: Francisco José Fur-

tado, 759 votos; Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, 756; Isidoro Jansen Pereira, 756.

Por carta imperial de 30 de julho de 1864, deu a Corôa o seu *placet* á eleição de Furtado, que poucos dias depois era chamado ao Paço de S. Christovam para organizar o gabinete de 31 de agosto.

Já antes, em 1862, havia sido ministro da Justiça, no gabinete de 24 de maio, presidido por Zacharias, e que teve apenas quatro dias de vida.

Arrastou o gabinete Furtado existencia difficil e attribulada, tendo de arcar, no interior, com difficuldades oriundas de afflictiva crise commercial na praça do Rio de Janeiro, e no exterior debellar a guerra com o Paraguay, legado fatal do ministerio que o precedera.

Ao governo de 31 de agosto é devido o glorioso decreto da instituição dos *voluntarios da patria*.

A 12 de maio de 1865 cahiu o ministerio Furtado, sendo, nessa data, succedido pelo do Marquez de Olinda.

Nomeado juiz commercial da Côrte, o conselheiro Furtado exerceu esse cargo até 1870, obtendo então aposentadoria com honras de desembargador.

Pouco depois, a 23 de junho dêsse mesmo

anno, veio a fallecer, não deixando a sua familia nenhuma outra herança a não ser a do seu nome honrado e glorioso.

Do seu consorcio com D. Marianna Martins dos Santos teve seis filhas e dois filhos, entre os quaes o dr. Godofredo Furtado, engenheiro, hoje fallecido, que residiu em S. Paulo, foi conceituado professor de mathematicas na Escola Normal e ardente sectario da philosophia positiva de Augusto Comte.



CAPITULO III

A turma academica de 1835-39



PARTE TERCEIRA

Carvalho Moreira — «Primus inter pares» — O «Grupo Olindense» — A «Camelleida» — Advogado, politico e parlamentar — Habil diplomata — A bulla «Gesta tua non laudantur...» — De Londres para Paris — A sua demissão, na Republica — Opinião do imperador — Dois memoraveis incidentes — Reintegração, aposentadoria e fallecimento — Espolio bibliographico — O regulamento 737 — Interessante informação a respeito — Padre Bermudes — Caetano de Almeida — Agua e melado — Augusto Chaves — Luiz Carlos — Freitas Castro — Guedes do Carvalho — Magalhães Gomes — Manuel Frederico — Nicolau Barbosa.



FRANCISCO IGNACIO DE CARVALHO MOREIRA.
— Alagoano; filho do capitão João Moreira de Carvalho e de D. Maria Joaquina de Almeida e Silva; nascido na cidade de Penedo, a 26 de dezembro de 1816.

Talhe esbelto, tez entre morena e clara, cabellos castanho-escuros, barba incipiente, cuidadosamente feita *en collier* e depois á ingleza,

olhos vivos e intelligentes, physionomia animada e extremamente sympathica.

Era de tracto amabilissimo, distinctas maneiras e figura elegante e altiva.

Na intimidade era brincador e deleitava-se em cantar modinhas e lunduns: o que fazia com extrema graça.

Trajava com apuro. Verdadeiro typo de fidalgo, sem a minima *recherche* ou apparente preocupação de impressionar.

Foi estudante de primeira categoria, pelo talento e applicação, e como tal se assignalou desde que, juntamente com o *grupo olindense*, immigrou para S. Paulo, já quintannista.

E não se notabilizava sómente na Academia e nas rodas academicas, nem tambem na imprensa politica, nas letras e na tribuna judiciaria. Os seus triumphos como advogado no fôro criminal, já nessa quadra juvenil, não se limitavam á comarca da capital: extendiam-se ás circumvizinhas — Santos, Campinas e Atibaia, onde a sua palavra eloquente era applaudida com enthusiasmo.

Como dissemos, Carvalho Moreira havia feito na Faculdade de Olinda os quatro primeiros annos do seu curso juridico.

Dado á politica e ardoroso adepto da ideia liberal, redigia naquella cidade, juntamente com

os quintannistas Fabio Alexandrino de Carvalho Reis e Antonio Borges Leal Castello Branco, o seu collega Francisco José Furtado e mais o terceirannista João Pedro Dias Vieira, uma folha de polemica, *Argus Olindense*, de feição partidaria bastante carregada.

Dêste simples facto ou quiçá mesmo de alguns excessos de linguagem explicaveis, se não justificaveis, pelo exaltamento dos verdes annos ou pelas paixões da época e do meio social, originaram-se contra esta distincta pleiade de moços as iras do olympo academico... queremos dizer, da congregação da Faculdade de Olinda.

Dias Vieira, o primeiro que fez acto, cahiu fulminado por um *R* inclemente. Essa injustiça provocou protestos, vaias e clamores por parte do corpo academico. Dahi, processos e penas de suspensão aos cabeças.

Para se subtrahirem ao meio incandescente, onde não contavam com a serenidade e a justiça dos mestres, Carvalho Moreira, Furtado, José Augusto Chaves e varios outros estudantes mais ou menos compromettidos naquelles lamentaveis successos preferiram transferir-se para S. Paulo e aqui proseguir e terminar os seus estudos.

Formaram então na nossa Academia o denominado *grupo olindense*, ao qual já nos temos, por vezes, referido.

A esse grupo pertencia o terceirannista Ma-

nuel Pereira da Silva, por antonomazia *Bezerro do Piauí*, com a collaboração de quem Carvalho Moreira escreveu a *Camelleida*, poemeto satirico, de 35 paginas, offerecido ao padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, director interino da Faculdade de Olinda, e injuriosamente aggressivo ao mesmo e a alguns lentes daquella Academia.

Referindo-se a este opusculo, dado á publicidade em S. Paulo, sob o pseudonymo de «Delai-Lama do Japão», o dr. Paulo do Valle, no seu *Parnaso Academico*, insere a seguinte informação:

«...a *Camelleida*, publicada em 1839 e attribuida a Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, illustre Barão de Penedo, quando cursava o seu 5.^o anno em S. Paulo. É um poemeto heroe-comico, e não uma especie do genero lyrico propriamente; e, o que é ainda mais, só contém uma atroz injuria, em vez de ser uma narrativa que faça rir sem escandalo.»

Terminado o seu curso juridico, o talentoso bacharel contrahiu casamento numa distincta familia santista, apparentada com os Andradas.

Exerceu por algum tempo, e com brilhante successo, a advocacia no fôro do Rio de Janeiro, onde era apontado e admirado entre os primeiros jurisconsultos da época, hobreando com Caetano Alberto, Nabuco e Teixeira de Freitas.

Era um dos mais distinctos membros do In-

stituto da Ordem dos Advogados, e foi, em 1851, o seu presidente.

Deputado geral por Sergipe á 7.^a legislatura (1848-49) e por Alagoas á 8.^a (1850-52).

Em 1851, iniciava a carreira diplomatica, na qual os mais assignalados triumphos lhe estavam reservados.

Seguira, então, para Washington, como ministro plenipotenciario do Brazil.

Foi depois, em 1855, transferido para Londres, onde, nas questões diplomaticas as mais delicadas, se assignalou notavelmente, prestando ao Brazil serviços relevantissimos. Figura entre elles a reclamação sobre o conflicto Christie, que perturbou as nossas relações com a Inglaterra e esteve a ponto de occasionar um *casus belli*.

Em remuneração dêsse notavel successo, Carvalho Moreira foi agraciado com o titulo de Barão de Penedo.

Mais tarde, em 1872-73, por occasião da questão religiosa que nesse periodo agitou a sociedade brasileira, ao eminente diplomata deveu o governo brasileiro a expedição, pela Santa Sé, da celebre bulla *Gesta tua... non laudantur*, pela qual o papa Pio IX fazia censuras e admonições ao ardoroso bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira.

Conserva-se ainda no espirito publico a impressão da calorosa polemica suscitada a propo-

sito dêsse acto, que não chegou a ser publicado, porque o internuncio apostolico, a pedido do destinatario e de eminentes catholicos do Brazil, resolveu abafál-o e solicitar do Santo Padre a sua retirada e annullação — o que se deu, attendendo-se a que estava já processado e prêso D. Vital e fôra crueldade augmentar-se a afflicção ao afflicto.

Procurou insistentemente a imprensa catholica negar a existencia dessa bulla; não conseguiu, porém, convencer nem mesmo os mais ingenuos. Á medida que a contestação era sophistica e subterfugiosa, o relatorio enviado ao governo pelo diplomata brasileiro, e que teve de ser publicado, trazia o cunho inequivoco da verosimilhança e da verdade.

Referia o Barão de Penedo que, confabulando amistosamente com o chefe da egreja, lhe expuzera longamente a unanimidade dos sentimentos catholicos do povo brasileiro, a sua tradição de obediencia e de amor á Santa Sé, a inalteravel prudencia do governo do Brazil e o seu respeito e solidariedade em relação aos interesses da religião, não convindo que mal comprehendido excesso de zêlo viesse perturbar essa harmonia de vistas, etc., etc.

Accrescentava que, falando depois, com a conveniente reserva, do bispo de Olinda, se queixára da sua falta de cordura e ouvira do Santo Padre este conceito: «*Una testa calda!*...»

Passada a tempestuosa polemica, o Barão de Penedo deu á publicidade, em livro, toda a historia da sua missão a Roma. Esse trabalho foi contestado pelo bispo do Pará e depois arcebispo da Bahia, D. Antonio de Macedo Costa, em varios pontos, especialmente no referente á expedição da bulla *Gesta tua*.

Ao livro do erudito prelado oppoz victoriosa replica o Barão de Penedo.

Por alguns annos ainda, foi o eminente diplomata conservado á testa da nossa legação em Londres, e quasi se póde dizer que era a primeira figura da diplomacia brasileira.

Contra a sua estabilidade naquelle posto elevadissimo não prevaleceram poderosos esforços nem objecções mais ou menos fundadas.

Assim, como se effectuassem, no antigo regimen, por intermedio da legação brasileira em Londres, varias operações financeiras, e, na conformidade dos estylos, eram reservados aos respectivos negociadores pingues commissões, arguiu-se o Barão de Penedo da acceitação dessas propinas pecuniarias, sendo ministro plenipotenciario.

É sabido que esses avultados brindes, que, por vezes, attingiam milhares de contos de réis, os despendia elle integralmente no fausto do seu régio tratamento e com os esplendores das festas da legação brasileira, que reunia todo o mais fino

e aristocratico *high-life* londrense, a começar pelo príncipe de Galles, seu dedicado amigo.

Foi também acoimado o Barão de Penedo por ter accedido, accumulando-o com a sua posição diplomática, um logar de membro da directoria de uma conhecida e opulenta empresa ferro-viaria do Brazil, a qual tem sua séde em Londres.

Achando procedente esta accusação, o gabinete de 10 de março de 1888, o governo brasileiro, sendo Ministro dos Extrangeiros o conselheiro Rodrigo Silva, removeu-o de Londres para Paris.

Nessa legação se encontrava o illustre diplomata, quando sobreveiu a Republica, em 1889.

Não se considerou incompatibilizado com o novo regimen e continuou a prestar os seus serviços á patria republicana, por pouco tempo, aliás, pois foi demittido em principios de 1890 por Quintino Bocayuva, Ministro dos Extrangeiros, por deliberação collectiva do governo provisório da Republica.

Deu causa, ou, antes, deu occasião a esse acto politico o facto de ter ido o Barão de Penedo ao encontro do imperador, quando este, banido do Brazil, aportou á Europa.

Consta que D. Pedro II, que, na sua senectude, se tornára menos discreto e reservado que quando joven, havia manifestado a opinião de

que o Barão de Penedo devia pedir exoneração.

E como alguém respeitosa e modestamente houvesse ponderado que s. m. dá conselho opposto ao Barão de Itajubá, respondeu-lhe o imperador:

— O caso é differente. Ao Itajubá eu disse que a patria antes de tudo e de todos, sendo dever dos brasileiros prestarem serviços ao Brazil, qualquer que seja a sua constituição politica. Com o Penedo, porém, ha circumstancias especiaes...

O imperador queria alludir, sem dizer claramente, á intimidade das suas relações com o Barão de Penedo e ao muito que este lhe devia, ao ponto de, por causa delle, ter provocado crises ministeriaes.

Ha, effectivamente, na politica nacional, dois factos notaveis, nos quaes foi envolvido o nome do Barão de Penedo. Um delles foi a retirada do conselheiro Manuel Francisco Corrêa do gabinete 7 de março de 1871, em janeiro de 1873, por não ter obtido annuencia da Corôa á demissão do Barão de Penedo da legação de Londres.

O outro facto deu-se ainda com o mesmo chefe politico e constituiu, segundo acreditada versão, o objecto da mysteriosa *preliminar* que elle propoz ao imperador e que, não resolvida, trouxe em resultado a queda da situação conser-

vadora em 1889 e a formação do gabinete Ouro Preto, em 7 de junho daquelle anno.

Demittido do seu alto posto, o illustre Barão de Penedo deixou-se conservar por algum tempo na Europa e fixou residencia em Pau, no sul da França.

Serenados os tempos, veiu ao Brazil, e, mediante acção judicial, obteve a annullação do decreto que o demittira e a sua reintegração no quadro da diplomacia, com o direito á percepção de todos os vencimentos, como se em effectivo exercicio do seu alto cargo.

Foi posto em disponibilidade, e, a requerimento seu, aposentado.

A sua vigorosa mentalidade e o seu vasto saber fizeram-lhe jus ao gráu de doutor pela Universidade de Oxford, alta distincção, até ao presente outorgada com extrema parcimónia a estrangeiros.

Falleceu o Barão de Penedo no Rio de Janeiro, a 1 de abril de 1906, na avançada idade de 80 annos, deixando filhos e netos.

Não é minguada a contribuição bibliographica com que elle enriqueceu as letras patrias:

— *Constituição politica*, do Imperio do Brasil. — Rio de Janeiro, 1842;

— *Do Supremo Tribunal de Justiça*, memoria. — Rio, 1848;

— *Da Revisão Geral e Codificação das leis civis e do processo*, memoria.—Rio, 1846;

— *Relatorio sobre a exposição internacional de 1862*.—Londres, 1863;

— *O Empréstimo Brasileiro*, contrahido em Londres, em 1863.—Paris, 1864;

— *Missão especial a Roma* em 1873.—Londres, 1881;

— *O Bispo do Pará* ou a missão a Roma.—Lisboa, 1887;

— *A Exposição Internacional e a Educação*. Londres, 1885.

Toda a pessoa, algo versada na jurisprudencia patria, considera, com razão, um dos monumentos do nosso direito processual o Regulamento n.º 737, de 25 de novembro de 1850, e, outrosim, julga saber que esse trabalho constitue uma das glorias do grande jurisconsulto que foi o conselheiro Nabuco.

Ha, entretanto, uma rectificação a fazer-se a esse inveterado conceito. O leitor o julgará, com a seguinte informação, cuja authenticidade garantimos.

Tendo tido occasião, no Rio de Janeiro, de visitar o Barão de Penedo e de tributar-lhe as homenagens da sua admiração, o dr. Sá Vianna, illustre advogado do fôro fluminense, lente da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e So-

ciaes e auctor de apreciadas obras de direito, entreteve-se com o eminente diplomata sobre assumptos da sua predilecção: direito, sociologia, Instituto da Ordem dos Advogados, Teixeira de Freitas, etc.

A palestra era para ambos seu objecto, extremamente agradável, e o Barão de Penedo experimentava vivissima e grata impressão ao perceber que o seu nobre interlocutor não lhe desconhecia a alta competencia como jurisconsulto.

Vieram a falar no Regulamento 737, e, então, o dr. Sá Vianna, comparando-o com as leis e decretos hodiernamente elaborados, manifestou a sua admiração por aquelle regulamento, tão conceituoso nas suas prescripções, tão perfeito na fôrma, claro, conciso, completo: uma verdadeira obra prima...

Á medida que assim se exprimia, notava que o Barão de Penedo era tomado de grande emoção.

— V. ex.^a não concorda?

Em vez de responder, elle, por sua vez, perguntou ao dr. Sá Vianna:

— Sabe quem o elaborou?

— Quem não sabe? Foi o Nabuco.

— Não — contestou o Barão de Penedo. — O Nabuco, certamente, teve parte. Eu lhe conto...

E referiu então que aquelle memoravel trabalho foi preparado por uma commissão composta de Caetano Alberto, Nabuco e elle, mas

principalmente por Caetano Alberto. Ficou assentado que Nabuco se incumbiria da redacção. Aconteceu, porém, que, por muito atarefado com trabalhos politicos, não poudo Nabuco desempenhar-se daquella incumbencia. Teve de acceitál-a elle, Carvalho Moreira, e, assim... era da sua penna toda a redacção do Regulamento 737.

Era ministro da justiça Eusebio de Queiroz, que assignou o respectivo decreto e approvou o trabalho, sem alteração de uma virgula.

IGNACIO RODRIGUES BERMUDES. — Espiritosantense, natural da Victoria; filho de Joaquim Pinto de Amorim; nascido em 1802.

Já não estava, portanto, na puericia, quando, em 1835, se matriculou no primeiro anno do Curso Juridico.

Fôra frade. Obteve secularização e era presbytero secular quando veio a S. Paulo.

O estimulo natural da idade e da posição, auxiliado por preparo mental que já trazia, fez do padre Bermudes um dos primeiros estudantes, aliás numa turma notavel, como a dos bachareis de 1839.

Em seguida á formatura, voltou para a sua provincia natal, onde se envolveu activamente nas luctas politicas.

Foi logo eleito em legislaturas consecutivas membro da Assembleia Provincial, e, por vezes, presidente da Assembleia.

Em 1842, deputado á Assembleia geral á quinta legislatura (1842-45).

A sua actividade partidaria fêl-o dentro em pouco prestigioso chefe politico, e os seus correigionarios, na Provincia do Espirito Santo, eram appellidados — *bermudistas*.

Falleceu a 1 de novembro de 1857.

JOSÉ CAETANO FURQUIM DE ALMEIDA (1) — Mineiro, nascido a 11 de novembro de 1816, em Camandocaia, hoje cidade de Jaguary, então termo da villa de Pouso Alegre; filho do capitão Manuel Furquim de Almeida.

Nenhuma informação possuímos contemporanea da sua quadra academica.

Estabeleceu domicilio em Vassouras, Provincia do Rio de Janeiro. Alli, por algum tempo, exerceu a advocacia; depois, adquiriu fazenda de café na freguezia de S. Sebastião de Ferreiros, do mesmo municipio, e teve casa commercial no Rio de Janeiro.

Em 1875, era vereador da Camara Municipal de Vassouras.

Falleceu na capital do Imperio, a 24 de outubro de 1887.

(1) Esse é o nome constante da relação official dos bachareis formados de 1839. No termo da matricula não figura o appellido *Furquim*, do qual, tambem posteriormente, não fazia uso o dr. José Caetano de Almeida,

Quando fazendeiro, era, naturalmente, senhor de escravos. Tratava-os com muita humanidade, e, por vezes, melhorava-lhes o rancho, mandando-lhes dar aguardente e melado.

Dizia então, por gracejo, a quem lhe louvava o espirito bondoso :

— Sim, mando-lhes dar melado. Não coninto, porém, que bebam agua em seguida...

— ?!

— É um gôsto fino de mais para escravos.

JOSÉ AUGUSTO CHAVES. — Bahiano. Estatura regular, tez clara, pallida, imberbe, olhos e cabelos negros, physionomia sympathica, algo melancolica.

Fazia parte do *Grupo Olindense*, ao qual já nos temos referido, e não constituia nelle figura apagada.

Em S. Paulo, foi bom estudante, tanto pela intelligencia como por modelar applicação.

De posse do seu pergaminho de bacharel, voltou á patria bahiana, onde exerceu por algum tempo a advocacia, e, depois, de corpo e alma, devotou-se á politica, nas fileiras do partido conservador.

Foi desde logo deputado provincial, e, depois, deputado geral, successivamente, ás 8.^a, 9.^a, 10.^a e 11.^a legislaturas, a saber, de 1850 a 64; mais tarde, ás 14.^a, 15.^a e 16.^a, a saber, de 1869 a 78; e ás 18.^a e 19.^a, a saber, de 1886 a 88. Total, 9 le-

gislaturas e 25 annos de deputação á Assembleia Geral. Poucos homens politicos terão excedido este *record* parlamentar.

Com o advento da Republica, o dr. José Augusto Chaves poz termo á sua carreira politica.

Falleceu na capital do Estado da Bahia, a 18 de fevereiro de 1882.

LUIZ CARLOS DA ROCHA — Mineiro, filho de Francisco Carlos da Rocha; nascido em 1815.

Seguiu a carreira da magistratura.

Foi nomeado juiz municipal em 1846 e promovido em 1853 a juiz de direito.

Fez parte da Assembleia Provincial de Minas no biennio de 1848-49.

Falleceu na sua provincia natal, a 20 de março de 1870.

LUIZ DE FREITAS CASTRO. — Rio-grandense, nascido em Porto Alegre, a 3 de outubro de 1815; filho de João Marinho de Freitas.

Foi eleito deputado geral, supplente, á 9.^a legislatura (1853-56) e nessa qualidade teve occasião de exercer o mandato legislativo.

Em 1856, e de então por deante, em varios biennios, teve assento na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul.

Como politico, militava no partido conservador.

Exerceu por algum tempo o cargo de procurador fiscal.

Dedicou-se depois á advocacia e era um dos mais provecos advogados do fôro porto-alegrense, pelo que o seu escriptorio se tornou rendoso, especialmente com o producto de consultas.

Falleceu na sua cidade natal, a 14 de maio de 1871.

Era homem de costumes austeros e algo retrahido á sociabilidade.

Era pae do distincto advogado e jurisconsulto rio-grandense, dr. Fausto de Freitas Castro, formado em S. Paulo em 1865, e de quem já nos occupámos.

MANUEL BENTO GUEDES DE CARVALHO. — Paulista, nascido em Santos, em 1813; filho de Manuel Alves Guedes de Carvalho. Exerceu, a principio, a advocacia em Santos, e ahi foi vereador no quadriennio de 1841-45. Seguiu, depois, a magistratura, e foi nomeado juiz municipal da Franca.

Neste ponto se encontrava quando naquelle municipio irrompeu o movimento sedicioso conhecido sob a denominação de *Anselmada* e que constitue um dos mais curiosos episodios da historia paulista.

A esse respeito, os cultores das chronicas patrias aguardam anciosos o promettido trabalho do dr. Leão Bourroul.

Em 1853, o dr. Guedes de Carvalho foi nomeado juiz de direito.

Em diversas legislaturas, a saber, nas de 1850-51 e 1852-53 e na de 1858-59, teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo, sempre com os suffragios do partido conservador, ao qual se arregimentára.

Falleceu em Campinas, em 1858.

JOÃO HONORIO DE MAGALHÃES GOMES. — Mineiro, nascido em Ouro Preto, em 1807; filho de João de Deus de Magalhães Gomes. Tinha ordens sacras e contava 28 annos de idade, quando se matriculou na nossa Academia.

Dispondo de poucos recursos, obteve, no seu segundo anno, o emprego de official da Thesouraria de S. Paulo, e, depois da formatura, conseguiu a nomeação de inspector de rendas provinciaes na capital de Minas, cargo que exerceu até 1852.

De então em diante, exerceu a advocacia e vaccinava, de braço a braço.

Era liberal e foi um dos compromettidos na revolução de 1842.

Fez parte da Assembleia Provincial mineira nos biennios de 1850-51, 1852-53, 1854-55, 1856-57.

Falleceu em Ouro Preto, a 9 de junho de 1861.

MANUEL FREDERICO DA COSTA PINTO. — Mi-

neiro; filho do tenente-coronel Antonio da Costa Pinto e nascido em 1817.

Escasseiam-nos a respeito delle outras informações, a não ser a seguinte, do *Memorial Paulistano*:

«Minas, escripturario interino da thesouraria da fazenda de S. Paulo; juiz municipal em Minas em 1845; procurador fiscal dos terrenos diamantinos em Minas, 1861.»

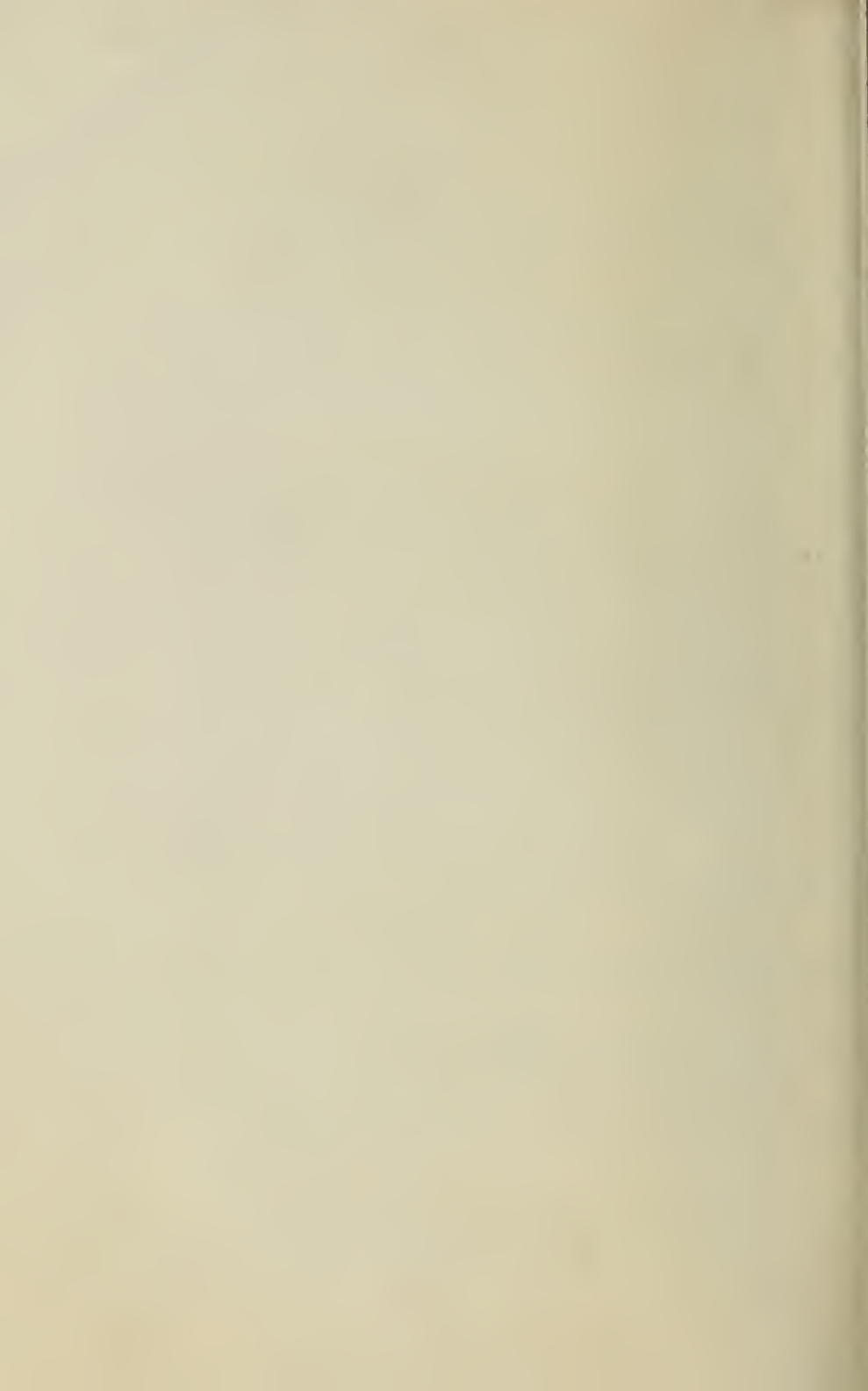
NICOLAU RODRIGUES BARBOSA. — Rio-grandense, nascido em Piratiny, em 1817; filho de Manuel Rodrigues Barbosa.

Pouco tempo sobreviveu á formatura.

Nomeado juiz municipal do termo do Rio Grande, contrahiou nessa cidade a molestia que devia victimál-o em 1841; veiu a fallecer, solteiro e na flôr da idade, na sua terra natal.

É tio, pelo lado materno, do dr. Carlos Barbosa, actual presidente do Estado do Rio Grande do Sul.





CAPITULO IV

A turma academica de 1850-54



PARTE PRIMEIRA

O predomínio da classe academica na Paulicéa de antanho — Con-
flicto com os cadetes — Como se originou — Graves proporções
que assumiu — A imminencia de uma *Saint Barthelemy* de estu-
dantes — Um *meeting* de toda a Academia — «A palacio! A pala-
cio!» — A attitude do presidente da provincia — Noite de angus-
tias — Documento curioso — A representação dos estudantes —
Apaziguamento passageiro das vaías aos caloiros — Digressão a
proposito de vaías — Um officio sobre esse objecto — Os lentes da
turma de 1850-54 — Dados estatisticos — Naufragos e emigrados
— Adiamento opportuno.



ERA S. Paulo, nesse periodo, uma cidadesinha
de terceira ordem, contando cerca de 12 para
14.000 almas. Nella predominava o corpo aca-
demico com 200 estudantes matriculados no curso
superior da Faculdade e quasi o dobro de prepa-
ratorianos. Era a classe mais numerosa da Pau-
licéa.

A sua força, porém, derivava principalmente
da união e solidariedade dos estudantes.

No theatro, nos bailes, nas festas, em todas as reuniões populares, o concurso, senão o beneplacito, dos academicos, era uma condição de successo ou mesmo de existencia.

Ufano da sua superioridade, o espirito de classe tinha dividido o mundo em duas categorias: os estudantes e... o resto. A esse «resto» da população, fosse quem fosse, era dada a qualificação de — «futrica».

Em tudo predominava na Paulicéa daquelle tempo a classe academica. Assim, nos bailes, por exemplo: para não se verem constantemente preteridas pela predilecção que o bello sexo sempre manifestava para os estudantes, pensaram por vezes as classes profanas em organizar sociedades mais ou menos exclusivistas. Com esse programma chegaram a fundar a *Concordia Paulistana*, da qual não eram permittidos a participar mais de tres ou quatro estudantes, e mesmo assim como convidados, não na qualidade de socios.

Que foi que aconteceu?

O que era de esperar. O mau humor das moças, que pouco pressurosas compareciam, e a recusa de cutras a comparecerem, pretextando indisposições de saude, etc.

Não poudes por isso prevalecer o systema.

A mesma supremacia academica se manifestava no theatro.

Estabelecera-se em S. Paulo, sob a firma Macedo & Henrique, uma empreza dramatica, cujo

elenco se compunha de artistas portuguezes, com excepção apenas da primeira dama, a Minelvina, que era brasileira. Esta circumstancia fazia-a favorita dos estudantes. Conscia dêsse apoio, queixou-se ella a alguns academicos de que a empresa retribuia mal os seus serviços e os de seu marido, o actor Gonçalves. Foi quanto bastou para que, por occasião do primeiro espectáculo, os estudantes, reunidos no saguão da entrada, fizessem comparecer o director da companhia e o intimassem a elevar ao dobro o salario da Minelvina, sob pena de toda a classe academica, desde aquelle dia, não ir mais ao theatro. Desculpou-se o director com a insufficiencia da receita, mas promptificava-se, não obstante, a condescender com a Academia, concedendo á Minelvina um augmento de 50 %.

Foi recusada a proposta.

A hora do espectáculo estava a soar e a policia do dr. Furtado era inexoravel para com as empresas dramaticas em materia de pontualidade.

Nessa terrivel collisão, teve o director de ceder á imposição dos academicos.

A posse mansa e pacifica dêsse prodominio academico, tão geralmente acceito ou supportado, foi, todavia, interrompida, uma vez, de modo sério, pela classe militar.

Isto deu-se por occasião do denominado «conflicto com os cadetes», cuja memoria muito per-

durou sob as arcadas do mosteiro de S. Francisco e nas *republicas* da Paulicéa.

Foi o caso que não permittia a plateia a quem quer que fosse apresentar-se de chapéu na cabeça nos camarotes — prohibição, aliás, de praxe em todo o mundo occidental. Em S. Paulo, naquelle tempo, era tão observado tal preceito que sómente por inadvertencia podia dar-se a infracção delle.

Um alferes de linha, pertencente ao corpo militar da guarnição da cidade, assomou ao seu camarote conservando na cabeça o *bonnet*. Parece que estava no seu direito. Pois mesmo para saudar os seus superiores, limita-se o militar a uma continencia, sem descobrir a cabeça.

Não o entendeu assim um academico bahiano, que viera de Olinda no seu terceiro anno, em 1852, e cursava então o quinto anno... Por signal que foi reprovado e teve de repetil-o... Mas, voltemos ao caso. Chamava-se Francisco Gonçalves Meirelles e delle detidamente nos occupamos na chronica da turma de 1855.

De temperamento impulsivo, extremamente arrebatado e imprudente, o Meirelles promoveu logo estrepitosa algazarra, intimando o alferes a descobrir-se. A manifestação, a principio em tom de vaia, — «péu! péu!», — foi recrudescendo e tornando-se cada vez mais aggressiva e injuriosa, á medida que recalcitrava em obedecer-lhe o mencionado official.

Fazia-se preciso, dada aquella inesperada resistencia, carregar mais forte a aggressão ou empregar a poderosa arma do ridiculo.

Meirelles trepou sobre um banco e com ares de commandante de pelotão proclamava manobras com o vocabulario milicial: — «Meia volta á direita!» «carregar arma!» «apontar arma!» — E a voz de «fogo!» era o signal de uma fuzilaria de brados e insurdecedora pancadaria de bengalas e tacões sobre as táboas do assoalho.

E isto recommençava incessantemente.

Todos os olhares estavam, como é natural, assestados sobre o recalcitrante, á espera do momento da sua retirada, que não podia tardar, tal a situação critica em que se encontrava. De facto, elle levantou-se e esquivou-se do camarote, rompendo então uma vaia estrondosissima.

A Academia não foi desauctorada, é certo, mas esse *hors d'œuvre* tão divertido, como diz o nosso informante ⁽¹⁾, não foi senão uma victoria de Pyrrho. As suas consequencias apresentaram-se mais tragicas do que comicas.

Ao terminar o espectáculo, um grupo de

(1) O nosso presado amigo, de saudosa memoria, dr. João Paulo de Almeida Magalhães, de quem adeante nos occuparemos. A elle e á amavel interferencia do dr. Antonio Augusto Moreira de Toledo, devemos importante subsidio para a elaboração da presente chronica e de mais um ou dois capitulos que teremos de escrever sobre essa mesma turma academica.

militares, que se consideraram melindrados, não porque houvesse sido chasqueado um camarada, mas pela irrisoria parodia das praticas militares, o que importava offensa a toda a classe, aguardaram o Meirelles á porta do theatro e aggrederam-no physicamente. O estudante teria sido gravemente maltratado, se os collegas não tivessem todos acudido em seu auxilio, intervindo a policia pouco depois.

Nos dias immediatos, eram frequentes os encontros desagradaveis entre estudantes e soldados. A animosidade ia em *crescendo* e já se travavam conflictos em que as avarias materiaes não eram sem importancia.

Corriam assim as coisas, quando, num encontro havido no Largo do Carmo entre as partes belligerantes, foi arrojado um cadete do barranco que faz fundo áquella praça, rolando até á rua que margeia o Tamanduatehy, onde chegou em estado lastimoso e com perigo de vida.

A soldadesca, justamente exasperada por esse facto, mandou significar aos academicos, em fórma de *ultimatum*, que, se o cadete viesse a morrer, ella romperia com todas as considerações e faria uma *razzia* sobre todo o corpo academico. Estava-se, pois, ante a tetrica perspectiva de uma nova Saint Barthelemy, da qual os huguenotes seriam os estudantes.

Estes, sem perda de tempo, correram a pre-

parar-se. As casas de armas exgotaram todo o seu sortimento, ainda que não dispondo senão de armamento de pouca efficacia, na maior parte armas de caça, pistolas, espingardas pica-páu, etc. Tudo se vendeu.

Numa das republicas chegaram a construir trincheiras e barricadas.

Circulou, no dia seguinte, a noticia de haver fallecido o cadete.

Era o que faltava para aggravar terrivelmente a situação.

Subiu ao auge a emoção em toda a cidade.

Foi convocado um *meeting* geral dos estudantes, inclusivé os de preparatorios, e a reunião effectuou-se numa chácara do paredão do Piques.

Era enorme a agitação dos rapazes. Discursavam em gritos, e os applausos eram na proporção directa da violencia do orador. Propunha este que se acceitasse a guerra, aquelle que se tomasse a offensiva... Verdadeiro pandemonium!

Appareceram, felizmente, alvitres mais reflectidos, menos imprudentes, e com elles transigiu a maioria, que era dos exaltados.

Prevaleceu que iriam todos, incorporados, acompanhando uma commissão de tres delegados, á presença do presidente da provincia, representar-lhe sobre a situação da cidade. Foram acclamados para membros dessa commissão os academicos Gama Cerqueira, Paulino de Souza e Fer-

reira Vianna, representando este o elemento mais exaltado e os dois primeiros a opinião moderada.

Aquella massa volumosa de rapazes pôz-se em movimento, formando uma linha a dois de fundo, de extensão enorme, e tomou pelas ruas da cidade, a caminho do *pateo do collegio*, onde penetrou.

A guarda do palacio, sobresaltada, bradou ás armas, defendendo a entrada do edificio, no temor de um assalto hostil ao governo.

Era então presidente da provincia o dr. Josino do Nascimento Silva, que ordenou a immediata introdução da commissão academica.

Não lhe foi feita uma petição, mas uma verdadeira notificação: «O corpo academico, alli representado, vinha saber se o governo podia e queria garantir-lhe a vida, e de que modo; e, no caso negativo, a resposta lhe serviria para tratar elle mesmo de se defender.»

O presidente houve-se na altura do cargo. Sem sombra de perturbação, em tom paternal, procurou acalmar os animos, e garantiu que não só a vida dos academicos não correria perigo algum como que a ordem publica seria inteiramente mantida; que as providencias que ia tomar consistiam no impedimento do batalhão desordeiro, que pela madrugada seguiria para Santos, á ordem do ministro da guerra.

A resposta foi recebida com calorosas acclamações ao presidente, ao corpo academico, etc.

Diminuiu algum tanto a agitação dos espiritos, mas não cessou totalmente, por estar correndo o boato de que os soldados ameaçavam desobediencia á ordem presidencial e invasão da cidade para executarem o plano sinistro.

Foi mais uma noite de insomnia e apprehensões. Verificou-se no dia seguinte que, ou eram falsos os boatos, ou, se verdadeiros, mais prudente aviso tinha prevalecido no animo dos officiaes do batalhão.

A narração, que ahi fica, é, em fundo, a fiel reproducção do depoimento que nos enviou testemunha presencial dos acontecimentos e quem sabe se *pars magna* nos mesmos.

Sobre esse emocionante episodio dos annaes da nossa Academia deparou-se-nos importante documento no Archivo Publico do Estado. Nada menos que o original da representação dirigida ao presidente da provincia pelo corpo academico.

É uma exposição curiosissima, que traz a assignatura de 146 estudantes de todos os annos e é datada de 3 de abril de 1854. Em seguida a cada assignatura vem a indicação a lapis, provavelmente feita em palacio, da categoria de cada signatario, a saber o anno que estava cursando.

A narração diverge nalguns pontos da do nosso informante, e deve, quanto aos factos, ser mais conforme á verdade historica.

Eis em sua integra esse precioso documento, fielmente trasladado, inclusivé as notas a que acima alludimos:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.

Ante-hontem, como v. ex.^a já deve saber, foram os estudantes do Curso Juridico insultados de um modo insolito e grave por alguns militares desvairados que, não contentes com os doestos e ameaças, levaram o arrojo ao ponto de açularem a guarda e cahirem armados sobre os espectadores inermes, cujo crime tinha sido estigmatizar com energia o comportamento desregrado e pouco vulgar do cadete Moreira.

O facto, ex.^{mo} sr., foi tão patente e os insultos e provocações tão publicos que ninguem ousará depôr em contrario, nem contestar o que affirmamos; os proprios delinquentes não terão a coragem de negál-o; proseguirão em sua obra de iniquidade e cobardia insufflando no espirito de seus collegas o odio de classe e as distincções repulsivas de academicos e militares.

Passemos ligeiramente a orientar a v. ex.^a do occorrido naquella noite, appellando para o testemunho de todas as pessoas honestas e imparciaes que se achavam no theatro, bem que

estejamos certos de que a nossa dignidade é um seguro garante da verdade que avançamos.

Num dos espectáculos anteriores, apresentando-se no camarote o alferes Caldas com o boné na cabeça, contra os costumes e cortejos observados em todo o mundo civilizado, foi intimado pelos espectadores (em maioria academicos) para que procedesse segundo as regras e costumes respectivos.

O mencionado alferes, bem longe de reconhecer o seu erro e corrigir seu proceder, portou-se de maneira estolida, provocando com olhar ameaçador a plateia que, então, indignada, rompeu em gritos de — «fóra!»

Alguns cadetes insubordinados e desordeiros, insufflados pelo alferes despeitado (cuja covardia, segundo o testemunho de muitas pessoas, o levou ao ponto de fazer espera a um dos academicos que se mostrara mais indignado do seu grosseiro procedimento) conceberam o plano de insultar-nos e desaffrontar assim o seu collega injuriado, segundo diziam.

Em consequencia disto, mui calculadamente postou-se o mencionado cadete Moreira com o boné na cabeça em um camarote da primeira ordem, olhando insolentemente para os espectadores, com intenção bem patente de arrastál-os a uma scena desagradavel. Ao clamor de geral indignação, respondeu o imprudente meneando uma chibata, e assim offendendo a um auditorio

numeroso e respeitavel, até que finalmente foi expellido do camarote por ordem da auctoridade respectiva.

Não parou nisto a offensa á ordem e á dignidade publica.

No intervallo immediato, sahindo, como é costume, os espectadores para o largo contiguo, ali foram os estudantes aggredidos pela guarda, capitaneada por esses desordeiros e indisciplinados cadetes, chegando a sua sanha a tal ponto que indistinctamente espancaram e perseguiram de bayonetas caladas a todos que encontravam em seu furor de exterminio.

Felizmente para nós, appareceu nesse interrim o muito digno e honrado sr. dr. chefe de policia, que poz termo ao desenfreamento da força publica e ao cannibalismo dos desordeiros, prendendo aos que mais salientes se mostraram no conflicto.

Collocados nesta dura posição, victimas de um odio gratuito, expostos ao furor de alguns cadetes indisciplinados e turbulentos, que continuam em seus insultos e provocações (como ainda succedeu no domingo pelas immediações da Luz) qual o procedimento que devem ter os academicos ?

Este, ex.^{mo} sr., é o de recorrer a v. ex.^a pedindo medidas energicas e terminantes para que seja garantida a ordem publica, a segurança individual, e para que não seja insultada uma cor-

poração que respeita as leis e préza a sua dignidade.

Confiamos na justiça e rectidão de v. ex.^a attenda ao nosso reclamo, certo de com isso prestar um assignalado serviço á ordem publica e livrar-nos de recorrer ao extremo de repellir — a força pela força.

S. Paulo, 3 de abril de 1854.

José Francisco de Carvalho Nobre.....	1. ^o
Americo de Moura Marcondes.....	2. ^o
José Antonio de Souza Gomes	1. ^o
João Augusto de Padua Feury	4. ^o
Antonio de Aguiar Barros	2. ^o
Manuel Marcondes de Moura e Costa	5. ^o
José Antonio Getulio de Almeida Machado.	5. ^o
Antonio de Queiroz Telles Junior.....	5. ^o
Sebastião José Pereira Junior	5. ^o
Francisco Gonçalves Meirelles Junior	5. ^o
José Luciano da Silva Barboza.....	5. ^o
Julio Henrique de Mello e Alvim	5. ^o
Bento Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio ..	2. ^o
Joaquim José de Assis	5. ^o
Evaristo Ferreira da Veiga	4. ^o
Felix Xavier da Cunha.....	5. ^o
Pedro Xavier Alves Carneiro	5. ^o
José Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio ...	2. ^o
José Thomaz da Silva Quintanilha Junior .	4. ^o
Francisco José de Souza Gomes	2. ^o
Joaquim José Palhares Junior.....	2. ^o
José Maria Corrêa de Sá e Benevides	5. ^o

Thomaz Alves Junior	5.
Miguel de Cerqueira Lima.....	3.
Antonio Carlos Carneiro Viriato Catão....	5.
Antonio Ferreira Vianna.....	4.
Rodrigo Antonio Monteiro de Barros	5.
Candido José de Andrade.....	5.
Americo Brasiliense de Almeida Mello.....	4.
José Sebastião Ferreira da Silva	2.
Joaquim Mariano Campos do Amaral Gurgel.	2.
Manuel de Almeida Mello Freire.....	2.
João Rodrigues da Costa	4.
João Carlos Garcia de Almeida.....	2.
José Joaquim Cardoso de Mello	1.
Joaquim Gomes Pinheiro Machado.....	
Raphael d'Aguiar Barros	1.
Augusto José de Castro e Silva	2.
Francisco Antonio de Souza Queiroz Junior.	2.
Vicente Joaquim Torres	5.
Manuel Rodrigues Jardim.....	5.
João Gomes Ribeiro de Avellar	
Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva	4.
João Teixeira de Miranda Junior	1.
Antonio Dias Novaes	1.
Dario Raphael Callado	5.
Augusto Fausto Guimarães Alvim	2.
Gabriel Caetano Guimarães Alvim.....	1.
José Luiz de Andrade Junior	1.
Henrique Cerqueira Lima	3.
Jeronymo Xavier Ferreira	

Antonio Gomes Baptista.....	
Raphael Tobias d'Aguiar Filho.....	2. ^o
João Capistrano Ribeiro de Alkmim.....	
João Luiz de França Miranda.....	1. ^o
Bento Francisco de Paula Souza.....	2. ^o
Francisco de Paula Toledo Junior.....	1. ^o
Fernando Lourenço de Freitas.....	1. ^o
José Manuel de Mesquita Junior.....	1. ^o
Antonio Affonso d'Aguiar Whitaker.....	
João Carlos de Oliva Maia.....	1. ^o
Francisco Antonio da Luz.....	
José Fernandes da Costa Pereira Junior...	3. ^o
Raphael Dalney de Avellar Brotero.....	3. ^o
Manuel Antunes Pimentel Junior.....	
José Figueiredo de Andrade.....	
João Ribeiro dos Santos Zamith.....	
Antonio Francisco Caminada.....	
Antonio Herculano da Costa Britto.....	
Carlos de Assis Figueiredo.....	
Americo de Oliveira Monteiro de Barros...	
Brasilico Pinheiro Tiburcio.....	
José Antonio de Oliveira Seabra.....	3. ^o
Luiz Dias Novaes.....	3. ^o
Felisberto Gomes Jardim.....	4. ^o
Vicente Mamede de Freitas.....	4. ^o
Luiz Ladislau de Toledo Dantas.....	4. ^o
Bernardo Jacyntho da Veiga.....	4. ^o
Hilario Gomes Nogueira de Castro.....	4. ^o
Antonio Pinto do Rego Freitas.....	
Antonio Achilles de Miranda Varejão.....	3. ^o

Flavio Fornése	3.
Manuel Antonio de Passos	
João José Pereira Bastos Junior	
Manuel Gisteira Passos	
Francisco Infante Vieira	1.
João Pinto Moreira	
Eduardo José de Moura	1.
Joaquim de Azevedo Carneiro Maia	
Augusto Americo de Faria Rocha	
Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello	1.
José Ferreira Dias Junior	
Antonio José de Moraes Pupo	
Caetano José de Andrade Pinto	4.
José Diogo de Menezes Fróes	4.
Misael Candido de Mesquita	2.
Domingos Alvarenga Pinto	2.
José Feliciano Horta de Araujo	1.
Luiz Gomes Ribeiro	2.
José Maria Vaz Pinto Coelho	1.
Frederico Augusto de Almeida	4.
Pedro Velloso Rebello	3.
André Dias d'Aguiar	2.
José Alves da Silva Oliveira	1.
Augusto de Castro	3.
Antonio Pereira dos Santos	2.
Thomaz Antonio de Paula Pessoa	
Manuel Baptista da Cruz Tamandaré	1.
Paulo José Pereira de Almeida Torres ...	1.
Francisco Vieira Braga Junior	3.
Manuel Marques de Sá	3.

José Ladislau Terra.....	1.º
Frederico N. Seabra Perestrello.....	3.º
Henrique d'Avila	4.º
Vertuliano Teixeira de Freitas.....	
José de Calazans Soares de Souza.....	1.º
Francisco Eugenio Pacheco e Silva.....	1.º
Francisco Pereira de Noronha.....	
Manuel da Silva Gouvêa.....	1.º
Carlos Baptista de Castro.....	
Manuel José de Moraes Barros.....	2.º
Candido Lopes de Oliveira.....	2.º
José Manuel Portugal.....	2.º
José Antonio de Souza Lima.....	2.º
Marfayette Rodrigues Pereira.....	2.º
Amelino Rodrigues Milagres.....	2.º
J. R. de Andrade.....	2.º
Francisco Antonio de Araujo Junior.....	2.º
Carlos Marques Lisboa.....	2.º
Francisco de Paula Santos Junior.....	1.º
José Luiz dos Santos Teixeira Junior.....	1.º
Antonio José da Rocha.....	1.º
Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão	1.º
João d'Aguiar e Castro.....	
Hygino Alvares d'Abreu e Silva.....	2.º
Benjamim Rodrigues Pereira.....	1.º
José Antonio Pimenta Bueno Junior.....	1.º
Washington Rodrigues Pereira.....	1.º
João Carlos de Souza Peixoto.....	1.º
Bernardo Clemente Pinto.....	1.º
Carlos Frederico de Lima e Silva.....	4.º

Eduardo Luiz Crescencio Voldetaro.....	1. ^o
Venancio José de Oliveira Lisboa.....	1. ^o
Antonio Moreira Tavares.....	3. ^o
José Antonio Sampaio.....	3. ^o
Antonio Lourenço de Freitas.....	3. ^o
Carlos Frederico Castrioto.....	3. ^o
Frederico Moreira da Rocha	5. ^o
Americo Vespucio Pinheiro e Prado.....	3. ^o
Candido Xavier de Almeida e Souza.....	5. ^o
Antonio José de Siqueira e Silva.....	3. ^o
João Thimotheo de Araujo.....	1. ^o
Gabriel de Paula e Almeida Magalhães....	4. ^o
Virgilio de Siqueira Cardoso	2. ^o
Paulino José Soares de Souza Junior.....	4. ^o
Francisco Carlos Mariano Junior	5. ^o
Lopo Cordeiro da Silva Diniz.....	3. ^o
Antonio Carlos dos Reis Junior	3. ^o
Orozimbo Augusto Horta de Araujo.....	3. ^o
Lindorf Ernesto Ferreira França.....	3. ^o
Antonio Rodrigues da Motta e Cunha.....	1. ^o
Francisco José de Vasconcellos Lessa Ju- nior	2. ^o
Francisco Nunes de Seabra Perestrello....	4. ^o
Antonio Nunes de Seabra Perestrello.....	3. ^o
Felisberto Pereira da Silva.....	4. ^o
Affonso Celso de Assis Figueiredo.....	1. ^o
Francisco Quirino da Rocha Werneck.....	1. ^o
Jeronymo José de Campos Fleury	1. ^o
Francisco José de Souza Nogueira Junior..	1. ^o
José Corrêa e Castro.....	1. ^o

Braz Monteiro de Barros.....	1.º
Narciso Tavares Coimbra.....	1.º
Alberto Antonio Soares.....	1.º
João Attaliba Nogueira.....	1.º
João Paulo de Almeida Magalhães.....	5.º
Joaquim Leite Ferreira de Mello.....	3.º
José Simões da Fonseca Junior.....	
Albino dos Santos Pereira Filho.....	1.º
João Baptista Pereira.....	2.º
Carlos Henrique de Aguiar Melchert.....	1.º
Francisco Januario de Cerqueira.....	5.º
Luiz Silverio Alves Cruz.....	5.º
João Alvares de Siqueira Bueno.....	1.º
Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo....	1.º
Luiz da Ponte Ribeiro.....	1.º
Francisco de Paula Barbosa Leite Brandão	
Francisco Antonio de Araujo Bastos.....	
João Paulo dos Santos Barreto Junior....	2.º

Esses communs padecimentos contribuíram para a cessação das vaias contra os caloiros, que haviam começado com muita vehemencia naquelle anno.

Não foram, porém, longas as treguas concedidas.

Eram as vaias o legado de annos anteriores religiosamente observado e transmittido para as gerações subseqüentes.

Ora com maior, ora com menor ardor e

mesmo violencia, a tradição mantinha-se viva e determinava não raro a intervenção da policia, quando a perseguição, por excessiva, exasperava os caloiros e provocava reacção. Degenerava, em taes casos, em perigoso combate, do qual sempre resultavam algumas contusões.

Em 1862, houve uma variante, honrosa para a turma academica que se bacharelou em 1865, pois era esta a dos segundannistas daquelle anno, aos quaes por direito costumeiro cabia a prerogativa de dar vaias.

A innovação foi esta: em vez de acolher com assuadas, estalos, busca-pés e outros máus tratos, os neóphitos do templo de Minerva, receberam-n'os no primeiro dia com musica festiva e amistosas acclamações... sem embargo de espi-rituosos gracejos que não poderiam offender os novatos.

Mas, fechemos a digressão e voltemos á turma de 1854.

Esta havia sido, no seu primeiro anno, brutalmente acoçada pelas vaias.

Era uma desforra que os seus veteranos, do segundo anno, procuravam tirar do quanto haviam soffrido no anno anterior, em 1849, quando caloiros, pois nesse anno quasi enforcaram numa arvore do Largo de S. Francisco o *caloiro* José Bonifacio, como opportunamente havemos de referir.

Como dizíamos, em 1850, foram muito veementes as vaias na Academia. Desta tradição resta vestígio official, no seguinte documento existente por cópia na secretaria da Faculdade:

«Ill.^{mo} sr. — Acabo de receber o officio de v. s.^a em data de hoje, em que me communica que chegou ao vosso (*sic*) conhecimento que se preparavam caçadas aos estudantes novatos, e para prevenil-os v. s.^a pretende mandar alguns individuos do corpo policial para manterem a ordem. Ao que tenho de responder que, dentro dos geraes, eu farei manter a ordem com os empregados da casa; fóra, porém, v. s.^a dará as providencias que julgar necessarias.

Deus guarde a v. s.^a — S. Paulo, 15 de março de 1850. — Ill.^{mo} sr. dr. Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, sub-delegado da Sé. — *Manuel Joaquim do Amaral Gurgel*. — Director interino.»

Os lentes que «leram» (é a expressão consagrada, que, aliás, não se deve intepretar literalmente) para a turma academica de 1850-54 foram os seguintes:

No primeiro anno, na unica aula então existente, de Direito Natural, o dr. Brotero;

No segundo anno, em 1851, na primeira cadeira, em continuação, o mesmo lente; e na segunda, de Direito Ecclesiastico, o bondoso padre

Anacleto Coutinho, de quem os rapazes *judiavam* a valer. Chegava o desacato ao ponto de atirarem sobre elle bolinhas de papel, como fazem nas escolas primarias os meninos travessos aos rabugentos pedagogos.

Era inveterada tradição a *bica* nos actos do segundo anno. Quem é que poderia conter as brincadeiras?

Nesse anno foi confirmada a regra de absoluta bonança. Apresentaram-se a acto 47 segundannistas, e, dêstes, tiveram: approvação plena — 46, simples — 1, reprovação — 0.

Querem resultado mais animador... das bolinhas de papel?

No terceiro anno (1852), a cadeira de Direito Civil foi regida pelo dr. Veiga Cabral, já muito nosso conhecido, e a de Criminal, pelo dr. Manuel Dias de Toledo.

A travessia pelos mares do terceiro anno era geralmente borrascosa; raramente deixava de haver alguns naufragos, e grande era o numero dos que soffriam avarias.

Em 1852 apresentaram-se 43 examinandos, e o resultado dos julgamentos foi este: approvados plenamente, 21; *simpliciter*, 17; reprovados, 5. Compunham a commissão julgadora — Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano, e, por vezes, em substituição, Brotero.

No quarto anno, a cadeira de Direito Civil continuou a ser regida pelo dr. Cabral e a de

Commercial regida pelo dr. Falcão Senior. Do resultado dos actos não pudemos colher informação authentica, porque, como se sabe, foram consumidos no incendio de 1880 os respectivos livros de assentos.

No quinto anno preleccionaram, na cadeira de Economia Politica, o illustrado Carneiro de Campos, e, na de Processo Civil, Commercial e Criminal, o talentoso Silveira da Motta.

Não existia ainda a cadeira de Direito Administrativo, assim como, no primeiro anno, a de Direito Romano. Foram ambas creadas nesse mesmo anno, por decreto legislativo de 28 de abril, mas não foram inauguradas senão no anno seguinte.

Tinham-se matriculado em 1850 no primeiro anno do Curso Juridico de S. Paulo 69 estudantes.

Desses, apenas 36 receberam o gráu de bacharel em 1854.

Com dois mais que emigraram de Olinda elevou-se a 38 o numero dos formados naquelle anno pela nossa Academia.

Dos 33 que não chegaram ao fim do curso em 1854, nesta cidade, formaram-se 4 no anno seguinte, a saber, em 1855, e delles já nos occupá-mos; outros bacharelaram-se em Olinda, e outros, em crescido numero, deixaram de estudar.

Dos 4 primeiros nada temos a accrescentar

ao que sobre elles ficou dicto na chronica referente á turma de 1855.

Passaremos, portanto, em resenha sómente, os outros, e façamol-o promiscuamente, pois não temos a respeito da maior parte delles informações sufficientes para fazer a conveniente discriminação.

São elles, na ordem alphabetica: Alfredo Eugenio Milliet, Americo Brasílio Pacheco, Antonio Manuel Ayrosa, Antonio Manuel de Campos Mello Junior, Antonio Pompeu de Campos Camargo, Carlos Theodoro Bustamante, Christovam José dos Santos Junior, Domingos José de Oliveira Ribeiro, Domingos José Pacheco Guimarães, Francisco Xavier Ratton, Gustavo Julio Pinto Pacca, Gastão Ferreira de Gouvêa Pimentel Belleza, João Rodrigues da Fonseca Rosa, João Evangelista de Almeida, João Carlos de Souza Ferreira, João Baptista Rodrigues da Silva, João Belisario Soares de Souza, Joaquim Hippolito Everton de Almeida, Joaquim Antonio de Oliveira Seabra, Joaquim Candido de Faria Lobato, José Vicente de Azevedo Coutinho, José Maria Velho da Silva, José Vieira de Carvalho, Julio Amando de Castro, Julio Augusto da Cunha Guimarães, Luiz Antonio da Silva Nunes, Manuel Ribeiro de Almeida e Manuel Firmino Pereira Jorge.

Nessa relação de naufragos e emigrados des-

tacam-se alguns nomes que devem chamar particularmente a nossa attenção.

Por isso, como já vae longo este capitulo, adiâmos, para o seguinte, a noticia e os commentarios que elles reclamam.





CAPITULO V

A turma academica de 1850-54



PARTE SEGUNDA

Os que abandonaram o curso ou emigraram para Olinda — Alfredo Milliet — Um soneto celebre — A encantadora Laura Milliet — Americo Pacheco — Antonio Ayrosa — Campos Mello Junior — Pompeu de Camargo — Carlos Bustamante — Serviço politico involuntario — Christovam dos Santos — Pacheco Guimarães — Domingos Ribeiro — Ratton — Em vez de doçuras, amarguras — Duello impossivel — Pimentel Belleza — Gustavo Pacca — Evangelista de Almeida — João Belisario — Rodrigues da Silva — Fonseca Rosa — Souza Ferreira — Ewerton de Almeida — Oliveira Seabra — Faria Lobato — Azeredo Coutinho — Velho da Silva — Vieira de Carvalho — Silva Nunes — Julio Guimarães — Amando de Castro — O Bocage academico — Estro humoristico. — «Comendo Içá...» — Ribeiro de Almeida — Pereira Jorge — Pedro Jobim.



PROMETTEMOS, na nossa chronica anterior, que nesta haviamos de tratar dos estudantes que, matriculados no 1.^o anno do Curso Juridico de S. Paulo em 1850, não se formaram em S. Paulo, ou por terem abandonado os estudos ou por terem ido terminál-os em Olinda.

Em desempenho dêsse compromisso, eis-nos com a penna em punho :

ALFREDO EUGENIO MILLIET. — Paulista, nascido nesta capital, em 1834; filho de Affonso Milliet. Era irmão da senhorita Laura Milliet, a quem já nos referimos na 1.^a serie destas *Tradições e Reminiscencias*, e cujos encantos agitaram tantos corações na Academia, a ponto de produzir sonetos que se tornaram celebres ⁽¹⁾ e

(1) Está nesse numero o soneto academico de Silveira de Souza, que especialmente os estudantes do Recife conservam de cór. Convém registá-lo aqui, porque não figura, que o saibâmos, em nenhum florilégio, parnaso, meandro poetico ou que melhor nome tenha:

«Este anno endiabrado e seus terrores
Não podem consentir que um só momento
Libe doce prazer meu pensamento
Nesta grata illusão dos meus amores.

Em casa tres milhões de expositores,
Mais esta Ordenação, mais este Assento;
E na rua é preciso andar attento,
Para não se esbarrar co'os taes doutores.

Cem mil «asneiras» dessa gente antiga
É força consultar, temos lição:
Para todos, porém, vou dando figa;

Tem direitos tambem meu coração,
E se amor e civil não fazem liga:
Não quero ser doutor, não quero, não!

As seguintes estrophes gemidas do mesmo poeta e com o mesmo destino são ainda mais sentimentaes, embora menos academicas:

Quanto te amei! Meu coração de bardo,
Minha vida, meu ser, minh'alma ardente,
Meus dias, noites, meu futuro e sonhos,
Tudo, tudo a teus pés lancei, e nunca,
Mulher, um teu olhar!

tambem, infelizmente, o suicidio de um estudante. (1)

Posteriormente, toda a familia se mudou para o Rio de Janeiro.

Quanto te amei! Minhas canções doridas,
Orvalhadas de pranto, amor sem termo:
Poesia e paixão, um templo n'alma,
Incenso, adoração, mulher, votei-te,
E nunca um teu sorriso!...

(1) O mallogrado estudante mineiro, de talento auspicioso, José Feliciano Coelho Duarte, cuja morte foi pranteada por toda a Academia. Ainda agora ouvimos confirmada na ante-sala do Senado Paulista, por auctorisada testemunha presencial, então estudante de preparatorios, o emocionante episodio do cordeirinho preto, companheiro inseparavel de Feliciano Coelho, que acompanhou o feretro, conduzido por academicos, até ao cemiterio do convento de S. Francisco. D'ahi desapareceu.

Pouco após esse tragico desenlace, a familia Milliet mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se entregou com muito exito á carreira commercial. Um dos irmãos de D. Laura teve importante casa de baixela e outros artefactos de *christofle*, na Rua do Ourives n.º 8, em predio ha pouco demolido para a abertura da Avenida Central.

A interessante menina de cabellos de oiro, face côr de jambo e olhos côr do céu, casou-se com um commerciante, alguem nos disse que inglez, que residiu por algum tempo em Santos e depois se mudou para o Rio de Janeiro.

O que nos affirmam com maior segurança é que o marido de Laura não foi para ella um Petrarcha, antes se assemelhava no zelo a Othelo. Trazia enclausurada a sua formosa companheira, e, quando algum amigo o censurava por isso, respondia:

— Não quero que os olhos da Laura façam a outro homem o mal que me fizeram.

D. Laura enviuvou, e então, voltando a cohabitar com seus paes, applicou-se a dar lições de piano, pois era de uma educação perfeita, conhecia musica a fundo e executava-a com muito gosto e maestria.

Á gentileza de pessoa da nossa amizade devemos a graça do retrato em daguerreotypo de D. Laura Milliet, no periodo aureo da sua formosura. Um primor de esthetica! Dal-o-emos em reprodução na proxima série destas *Tradições*.

Quanto ao Alfredo Milliet, interrompeu os estudos, depois do primeiro anno, pois o seu nome já não apparece entre os dos collegas que se apresentaram a fazer acto do segundo, em 1851, e de então em diante até á formatura dos da sua turma.

Era tio da esposa do dr. Horacio Belfort Sabino, formado em direito em 1889 e chefe do serviço stenographico do Congresso Legislativo de S. Paulo.

AMERICO BRASILIO PACHECO. — Paulista, nascido nesta capital, em 1831; filho do dr. Joaquim José Pacheco, de quem longamente nos occupamos na chronica do anno de 1833, inserta na 5.^a série destas *Tradições e Reminiscencias*.

Americo Pacheco seguiu para o norte depois do 1.^o anno; não sabemos se se bacharelou no Recife ou se abandonou os estudos, o que se nos afigura mais provavel.

ANTONIO MANUEL AYROSA. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Manuel Antonio Ayrosa.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Não se encontra o seu nome entre os que fizeram acto do 2.^o anno em 1851 ou do 3.^o em 1852, nem tão pouco na relação dos bachareis formados em 1854, ou, posteriormente, pela Academia de S. Paulo.

ANTONIO MANUEL DE CAMPOS MELLO JUNIOR. — Paulista, nascido nesta capital, em 1834; filho do dr. Antonio Manuel de Campos Mello, formado em direito em 1833 e que chegou ás mais altas culminancias da politica.

A Campos Mello Junior não faltava talento; era, porém, pouco affeito ao estudo, dava preferencia ao cortejo ao bello sexo, bailes, saraus, etc.

Fez em S. Paulo o 1.º e 2.º annos e terminou o curso na Academia de Olinda.

Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, e, por pouco tempo, em S. Paulo, alli pelos annos de 1875 a 80.

ANTONIO POMPEU DE CAMPOS CAMARGO. — Paulista, nascido em Campinas, em 1827; filho de Antonio Pompeu de Camargo. Abandonou o curso após o 1.º anno.

CARLOS THEODORO BUSTAMANTE. — Mineiro, nascido em 1830; filho do Barão de Pouso Alto.

Cursou em S. Paulo os tres primeiros annos. Mal succedido no acto do 3.º, em 1852, victima do inexoravel cutello de Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano, emigrou para Pernambuco e lá se formou em 1855.

De volta ao sul, e possuidor de grande fortuna, fez-se fazendeiro e industrial, e tem applicado em empresas ferro-viarias e associações be-

neficientes a cooperação dos seus avultados capitães.

Saudoso do regimen transacto, o dr. Bustamante foi procurado, ha tempos, por importante chefe monarchista, o conselheiro Andrade Figueira, que solicitou d'elle uma dadiva para a caixa de projectada revolução restauradora.

Annuindo á ideia, elle de prompto tomou da penna e encheu um cheque, que, dentro de envelope, entregou ao impetrante. Este, por discreto, não o examinou no momento, e, sim, sómente em caminho, de volta da casa do dr. Bustamante.

Verificou, então, que o cheque era de 500\$000 réis.

O facto causou aos organizadores do movimento amarga decepção, pois esperavam uma assignatura de vinte ou quiçá de cincoenta contos de réis. Tal foi o desgosto, que fez gorar a revolução ainda em ovo.

E assim, sendo monarchista, o dr. Bustamante prestou, com este facto, revelante serviço á Republica e tambem... aos proprios monarchistas.

O dr. Carlos Bustamante possui bella fazenda agricola no municipio de Barra Mansa, nas immediações da Volta Redonda, e é grande proprietario no Rio de Janeiro.

CHRISTOVAM JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Christovam José dos Santos.

DOMINGOS JOSÉ PACHECO GUIMARÃES. — Fluminense, nascido em 1831; filho de Francisco José Pacheco Guimarães.

DOMINGOS JOSÉ DE OLIVEIRA RIBEIRO. — Ser-gipano, nascido em 1829; filho de José Antonio de Oliveira Ribeiro e tio do dr. Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal.

FRANCISCO XAVIER RATTON. — Fluminense, nascido na Côrte, em 1832; filho de Ignacio Ratton.

Bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Delle nos foi referido o seguinte episodio por pessoa muito da sua amizade:

O Ratton era um excellente rapaz, jovial, intelligente, mas pouco dado ao estudo.

Em materia de amor, era um D. Juan; entretanto, muito cauteloso nos lances mais arriscados.

Depois de longo namoro com uma caipirinha da vizinhança, obteve della a promessa de sahirem a passeio numa noite de luar, que ficou assentada.

Ella levaria uma companheira e preveniu o Ratton para que trouxesse comsigo o namorado dessa amiga, seu collega, para juntos melhor se divertirem. Ficou assentado que o encontro seria no fundo do quintal da casa paterna, que dava para o morro do Chá.

O Ratton, no dia apazado, preparou-se, premunindo-se de pão de lot e uma garrafa de Porto.

— Para que é isto? — perguntou-lhe o amigo.

— Pois não sabes? «Pão de lot e vinho...

— ... faz o velho menino». Sei disso, assim como:

Pão de lot e Porto
Resuscita um morto.

— Conheço esses adagios — proseguiu o moço — mas o que não comprehendo é a applicação delles.

— Cala a boca — disse o Ratton — e reza para que não nos sobrevenha algum contratempo.

À meia-noite, como ficára combinado, aproximaram-se os dois moços, trémulos de emoção, do ponto do *rendez-vous*.

Qual, porém, não é a sua surpresa, quando, em vez das duas graciosas meninas, avistam, como que esperando-os no ponto combinado, dois vultos masculinos de chapéu desabado, embuçados em ponches ou capotes e armados de formidaveis cacetes.

Apavorados ante a minaz apparição, no primeiro momento quasi lhes faltou o apoio das pernas. Entretanto, os vultos encaminham-se de manso para elles e fazem-lhes signaes para que esperem.

Pois, não ! Disparam em vertiginosa fugida, que mais se accelera á medida que os vultos embuçados os seguem, chamando-os insistentemente...

Decorreram muitos dias sem que o Ratton se animasse a passar em frente da casa da namorada. Afinal, resolveu-se a fazê-lo e pôr-se em communicação com a menina, ao menos para ter a explicação do extranho obstaculo que surgira naquella noite afanosa e a tantas doçuras esperadas substituiu-a terrivelmente o enorme perigo de que o livrára, e ao seu companheiro, a agili-dade das suas gambias.

Eis, porém, que a sua Dulcinéa, ao avistál-o, volta-lhe o rosto com desdem, e, para desfeiteál-o, bate com a rotula á sua passagem.

— Que terá havido?! — indaga elle dos seus botões.

Veu-lhe depois a explicação do enigma.

Os vultos masculinos, cuja catadura afugentou os prudentes namorados, eram simplesmente as duas travessas raparigas em *travesti*. Que vergonha ! Fugirem de duas mocinhas ! Das proprias namoradas ! Cuidaram ellas que, sob os trajes de homem e com o complemento do disfarce ado-

ptado, melhor occultariam, em caso de mau encontro, a brejeira aventura. Estavam longe de imaginar que os primeiros illudidos pudessem ser os basbaques dos seus namorados... Qual não foi, portanto, a decepção que tiveram, quando os viram correr espavoridos, fugindo á sua tão bem intencionada aproximação! Que tolos! Que *sarabés!*...

Este incidente foi para os dois rapazes irremediavel desastre. De então em diante, as moças não tiveram para elles senão motejos e sorrisos de escarneo. Decididamente, os semi-deuses tinham cahido do Olympo e perdido, com a queda, a aureola de poesia que envolve os namorados.

Este episodio põe em relevo a psychologia feminina. A mulher jámais perdôa, naquelle a quem se devota, um acto de covardia. Somente aos homens fortes e de animo alevantado concede o premio do seu amor. Venus, em todos os tempos, tomou-se de paixão por Marte. É a lei da attracção dos contrarios.

Não sabemos o destino que teve, ao deixar a Paulicéa, o bacharel em letras Ratton. Suppomos que falleceu prematuramente. Aliás, tel-o-iamos conhecido, porque alguem de nossa familia fôra seu amigo de infancia.

Conhecemos ligeiramente um filho delle, quando *bicho* em S. Paulo, em 1868. Mudou-se logo para o Rio e exerceu lá, por algum tem-

po, um emprego de official na secretaria da Marinha.

Cremos que foi com elle, visto a identidade do appellido patronymico, que se deu um caso tragi-comico alli pelos annos de 1882 ou 83.

Tendo perdido recentemente pessoa de sua familia, a quem carinhosamente estimava, via-se o dr. Duque Estrada Teixeira dominado por excessiva excitação nervosa, que por vezes o impellia de modo irreprimivel a actos de impetuosa violencia. Foi, em tal situação de espirito, procurado pelo Ratton, por quem elle se considerava offendido.

Ao avistál-o, Duque Estrada, sem proferir uma palavra e sem dizer tir-te, nem guar-te, num movimento impulsivo, toma de um chicote e acomette com ira o visitante. Este, imaginando um accesso de loucura, foge. O seu aggressor acompanha-o. Sahem á rua, ambos a correr, em pleno Catete, um fugindo, o outro a perseguil-o dando-lhe de rijo. Penetram numa casa, sahem e entram na mesma attitude e ambos no mesmo exercicio... até que, com intervenção de muitas pessoas, poudes escapar e occultar-se Ratton.

No dia seguinte, incumbiu este dois amigos de que fossem ter com o Duque Estrada e em seu nome lhe pedissem explicação e satisfação daquelle facto incomprehensivel.

No desempenho da delicada missão, os dois

cavalheiros procuram o illustre parlamentar. Antes, porém, de poderem explicar o objecto da incumbencia, sómente ao proferirem o nome do Ratton, pergunta-lhes soffregamente o Duque Estrada:

— Onde está elle?!

— Aqui perto, na casa delle, aguardando a sua resposta.

— Eu lh'a vou dar pessoalmente...

E *in continenti* toma de novo do chicote e num impeto desce a correr as escadas, sahe á rua, vae direito a casa do Ratton, e ataca-o com gana, como na vespera. Este foge pelo interior da casa, percorre-a toda, sempre perseguido, sahe á rua... Repete-se, em summa, a mesma scena violenta e escandalosa do dia anterior e termina-se do mesmo modo.

O Ratton, desta vez, teve de ficar de cama.

Reuniu amigos communs, delle e do Duque Estrada, e pediu-lhes que deliberassem sobre o expediente que lhe cumpria tomar.

O conselho, depois de longa ponderação, resolveu que o que o Ratton tinha de melhor a fazer era... não fazer nada. Aquillo era por certo algum accesso de loucura, e não deveria ter outras consequencias.

Conformou-se o Ratton com esse laudo e applicou-se a tratar das contusões que lhe cobriam o corpo.

Abafada, embora, pela imprensa, por inter-

venção de amigos dos protagonistas dêste episodio, a noticia delle penetrou no Paço de S. Christovam. Decorridos oito dias, ordenava o imperador ao ministro da marinha que dêsse demissão ao Ratton.

— Mas, senhor...

— Um funcionario publico, como todo o cavalheiro, offendido em sua honra, deve desaffrontar-se sem demora.

Já se vê que o imperador não subscrevia, neste ponto, a doutrina do Evangelho.

GASTÃO FERREIRA DE GOUVÊA PIMENTEL BELLEZA. — Maranhense, nascido na cidade de S. Luiz, em 1829; filho de Miguel Ferreira de Gouvêa Pimentel.

Esplendido nome para provocar a indisposição do velho Cabral!

E quem sabe se não foi algum motivo dessa natureza que determinou a interrupção dos estudos do Gastão Belleza no Curso Juridico de S. Paulo?

GUSTAVO JULIO PINTO PACCA. — Bahiano, nascido na cidade de S. Salvador, em 1832; filho de Manuel Joaquim Pinto Pacca.

Formou-se pela Academia de Direito de Olinda, tendo feito em S. Paulo sómente o 1.º anno.

Depois de formado, veio para o sul, e a

principio exerceu a advocacia, depois seguiu a carreira da magistratura.

Foi promotor publico, juiz municipal e juiz de direito em diversos termos e comarcas das provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo.

Casou-se em Rezende com D. Senhorinha de Azevedo Carneiro Maia e era pae do dr. Gustavo Pacca, formado em 1887, do sr. Oscar Pacca, thesoureiro da Caixa Economica, e sogro do dr. Adolpho Maia, formado em 1883. Falleceu na flor da idade.

JOÃO EVANGELISTA DE ALMEIDA. — Mineiro, nascido em S. João d'El-Rey, em 1830; filho de Francisco de Paula de Almeida Magalhães e irmão do dr. João Paulo de Almeida Magalhães, de quem adeante falaremos.

JOÃO BELISARIO SOARES DE SOUZA. — Fluminense, nascido em 1832; filho de Bernardo Belisario Soares de Souza.

Era bacharel pelo Collegio de D. Pedro II.

Irmão primogenito de Francisco Belisario, que tanto se illustrou na politica brasileira.

JOAQUIM BAPTISTA RODRIGUES DA SILVA. — Paulista, de Sorocaba, nascido em 1826; filho de João Baptista Rodrigues da Silva e irmão de Bernardo A. Rodrigues da Silva, mais moço que elle, porém seu veterano na Academia. Joa-

quim não atravessou a barreira do 3.º anno, guardada em 1852 por Manuel Dias, Cabral e Chrispiniano.

Parece-nos que terminou o seu curso na Academia de Olinda.

JOÃO RODRIGUES DA FONSECA ROSA. — Paulista, nascido em 1830; filho de Manuel Rodrigues da Fonseca Rosa.

Não passou do 1.º anno.

JOÃO CARLOS DE SOUZA FERREIRA. — Fluminense, nascido em 1831; filho de José Manuel Ferreira.

JOAQUIM HIPPOLITO EWERTON DE ALMEIDA. — Maranhense, nascido em 1832; filho de Joaquim Hippolito de Almeida.

Estudou em S. Paulo apenas o 1.º anno.

JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA SEABRA. — Fluminense, nascido em Campos, em 1828; filho de Manuel Antonio de Oliveira e Souza.

Estatura regular, cheio de corpo, tez clara, louro, quasi imberbe. Temperamento jovial e expansivo.

Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II. Bastante talentoso.

JOAQUIM CANDIDO DE FARIA LOBATO. — Mi-

neiro, nascido em 1828; filho de Candido de Faria Lobato.

JOSÉ VICENTE DE AZEREDO COUTINHO. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Vicente de Azeredo Coutinho. Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Foi victimado no acto do 3.º anno, em 1852, e alçou o vôo para Pernambuco.

JOSÉ MARIA VELHO DA SILVA. — Fluminense, nascido em 1834; filho do dr. José Maria Velho da Silva, medico e lente de Literatura no Collegio de D. Pedro II.

Altura regular, magro, moreno. Intelligencia mediana.

Fez na Europa os seus estudos secundarios e trazia uma carta de bacharel em letras pela Universidade de Pariz.

Cursou em S. Paulo sómente o 1.º anno.

JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO. — Fluminense, nascido em 1831; filho do Marquez de Lages.

Bacharel do Collegio D. Pedro II. Cursou apenas o 1.º anno.

LUIZ ANTONIO DA SILVA NUNES. — Rio-grandense, nascido em 1830; filho de Luiz Antonio da Silva. Bacharel do Collegio D. Pedro II. Es-

udou em S. Paulo até ao 4.º anno e concluiu o curso na Academia de Olinda.

Foi advogado no Rio, presidente da Provincia do Espirito Santo e deputado geral pela mesma.

Era genro do Visconde de Maritiba.

JULIO AUGUSTO DA CUNHA GUIMARÃES. — Paulista, nascido em 1831; filho de José Joaquim Guimarães.

Não passou do primeiro anno.

JULIO AMANDO DE CASTRO. — Fluminense, nascido em 1830; filho do brigadeiro Antonio Rodrigues Gabriel de Castro.

Trazia para a matricula no Curso Juridico uma carta de bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

De pequena estatura, magro e fanado, tez entre entre-clara e morena, olhar ardente, quasi emberbe, apenas no sobrelabio ligeiro buço.

Temperamento excentrico: sobranceiro á opinião alheia, entretanto acanhado; no fundo, ceptico e zombeteiro.

Trajava mal e levava uma vida de bohemio.

Como estudante: grande talento, applicação nenhuma.

Couto de Magalhães qualifica-o de «Bocage academico» e refere a respeito delle varias par-

ticularidades que justificam aquella antonoma-sia (¹), entre as quaes a extraordinaria facilidade de improvisar versos humoristicos e por vezes licenciosos, e bem assim o vezo de compôr satiras mordazes contra os que lhe cahiam no desagrado.

«Havia no seu modo de vida — diz o citado biographo — a manifestação clara do profundo desprezo em que elle tinha as coisas humanas. Seu trajar, suas palavras, seu trato individual, mostravam que na somma de sua vida não entravam os algarismos da soberba e do orgulho. Alguns estudantes designavam-no por «Diogenes», desde uma viagem que elle fez ao Rio, em que levava todos os seus trastes, moveis e roupa numa das algibeiras da casaca com que viajava: póde-se por ahi aquilatar da quantidade.

Soffreu aqui em S. Paulo algumas decepções, entre outras a de levar um R num dos annos. Supportava-as, porém, com a impassibilidade de um verdadeiro philosopho e, na occasião em que occorreu a sua reprovação, dizem que mandou convidar alguns amigos e, ao jantar, improvisou um canto inteiro de um poema satirico contra a Academia.»

(¹) COUTO DE MAGALHÃES. — *Traços biographicos sobre os poetas academicos*, no fasciculo de setembro de 1859 da revista *Exercicios Literarios* do Club Scientifico.

Talvez não desagrade ao leitor poder apreciar algumas amostras do estro humorístico de Amando de Castro.

Estavam muito ao sabor da época os mottes glosas.

Alguem propoz ao Amando o seguinte motte brutalmente anti-feminista:

MOTTE

Todo o homem que é casado
Deve ter um pau no canto
Para benzer a mulher
Quando lhe der o quebranto.

O vate popular compoz de improviso a seguinte

GLOSA

Dos casados a união
Devêra ser santa e pura,
Ao homem trazer ventura,
Transportar-lhe o coração;
Neste mundo de illusão,
Inconstante, desgraçado,
Já que pelo seu peccado
Tornou-se a mulher perversa,
Tem uma sorte diversa
Todo o homem que é casado.

Se a mulher tem genio máu,
Se tem o genio atrevido,
Não fará mal o marido
Em assistir-lhe de pau;
Para isso um bacalhau
Dizem ser remedio santo:
De repente, e por encanto,
Fica a mulher com juizo.
E tambem, se fôr preciso,
Deve ter um pau no canto.

Se a mulher, como acontece,
Toma conta do marido,
Tudo então está perdido,
É o homem quem padece;
Como um escravo obedece
A tudo quanto ella quer.
Mas o homem, se quizer
Isto evitar sem trabalho,
Deve ter um bom vergalho
Para benzer a mulher.

Mulher ha, e tão esperta
Que finge ter um ataque,
E o seu marido basbaque
Já fica de bocca aberta.
Deste mal a cura certa
Tens, marido, a cada canto.
Não te pegues c'o algum santo
E nem com Nossa Senhora:
Pega num pau de vassoura,
Quando lhe der o quebranto.

Com endereço ao conselheiro Josino do Nascimento, então presidente da provincia, e que era calvo e narigudo, improvisou o Amando o seguinte epigramma, que fez successo:

De teus mui raros cabellos
Eu nada digo de novo;
Pareces pinto pellado,
Que ha pouco sahio do ovo.

De cima do Corcovado
Vê-se o Rio de Janeiro.
De cima do teu nariz
Pode vêr-se o mundo inteiro.

Outra composição delle, do tempo da sua puericia, quando alumno do Collegio de D. Pedro II, contra o respectivo reitor.

MOTTE

O reitor dêste collegio
Tem nariz de sacristão.

GLOSA

Se é dos cabras privilegio
Erudição muito vasta,
Desta regra não se afasta
O reitor dêste collegio.
E se não é sacrilegio
Pôr em motte a religião,
Direi por comparação,
Para acabar o retrato,
Que tem cara de beato,
Tem nariz de sacristão.

Morava o Amando, talvez por deficiência de meios, no convento de S. Bento. Quando apparecia com alguma composição do genero em que elle primava, a saber, dessas mais que livres, dizia que lhe tinha sido inspirada pelas arcadas do claustro.

Refere, noutro logar ⁽¹⁾, Couto de Magalhães, que o mesmo poeta academico, num espectaculo de gala, no theatro, bateu palmas, e, no meio do pasmo geral, e logo depois das gargalhadas dos estudantes, seguidas de formidavel rôlo, poz-se a recitar conhecido soneto insultuoso á gente e aos costumes da antiga Paulicéa ⁽²⁾.

⁽¹⁾ COUTO DE MAGALHÃES. — *Primeira viagem ao Araguaya. Secção I.*

⁽²⁾ O celebre soneto-epigramma, de Pinheiro Guimarães Senior, o «Caixa d'olhos», formado em 1832, grande literato e um

«Não n'ò poudo concluir — prosegue o narrador — que lh'o não consentiu o berreiro de indignação que se levantou do coração á guela dos patriotas. O poeta, porém, salvou o pello e a pelle, pois os estudantes que haviam preparado a troça (que eram, aliás, paulistas) tiveram a providencia de lhe acautelar retirada e esconderijo.»

Depois dêsse e de outros factos analogos, e com o firme proposito de «fazer vida nova», Julio Amando de Castro emigrou para Olinda. E parece que, de facto, teve a necessaria energia para regenerar-se e que lá — foi outro homem, pois conseguiu bacharelar-se, e, de posse do seu pergaminho, occupou cargos publicos nalgumas provincias do Norte.

Seguiu a carreira da magistratura. Estudou, impoz silencio á musa brincalhona e deu conveniente orientação ao seu bello talento.

É fallecido desde muitos annos.

dos fundadores do theatro academico e da *Sociedade Philomatica*. Vido a nossa chronica relativa áquelle anno.

Ha quem attribua ao proprio Amando de Castro a auctoria dêsses versos. O equivoco é devido, provavelmente, ao escandalo provocado pela recitação delles num espectáculo de gala, segundo informa Couto de Magalhães.

Dêste soneto, que supponho inedito, e cujo texto completo não nos tem sido possivel obter da memoria de alguns homens antigos, conservamos apenas o primeiro quarteto:

Comendo içá, comendo cambuquira,
Passa a infeliz gente paulistana;
E esses a quem chamam caipira,
Que parecem não ser de especie humana...

MANUEL RIBEIRO DE ALMEIDA. — Fluminense, nascido em 1830; filho de Manuel Ribeiro de Almeida.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Foi approvedo no 2.^o anno em 1851, mas não teve a mesma ventura no acto do 3.^o anno em 1852.

MANUEL FIRMINO PEREIRA JORGE. — Paulista, nascido em 1832; filho do dr. Firmino Pereira Jorge, formado em 1832.

Chegou até ao 4.^o anno. De então em deante, cursou a Faculdade de Olinda, pela qual se formou.

De volta a S. Paulo, abriu escriptorio de advocacia em Itú, onde foi chefe do partido conservador e gosou de grande prestigio politico.

Era homem probo, cavalheiro estimavel e advogado talentoso e conceituado.

Falleceu em 1882 ou 83.

PEDRO FORTES MARCONDES JOBIM. — Fluminense, nascido na capital do Imperio, em 1833; filho do dr. José Martins da Cruz Jobim, senador pela Provincia do Espirito Santo, e, por longos annos, director da Escola de Medicina, do Rio.

Era bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Era bastante intelligente e dotado antes de espirito que de sentimento religioso, pois era de uma religiosidade combativa.

Abandonou, logo depois do primeiro anno, o Curso Juridico de S. Paulo.

Passaremos agora á analyse, propriamente, da turma dos bachareis formados em 1854.

É o estudo que vamos fazer no capitulo seguinte.



CAPITULO VI

A turma academica de 1850-54



TERCEIRA PARTE

Viriato Catão. — Um assalto d'armas — Cartaz que faz barulho — «Dagoberto ou a sêde implacavel de sangue» — Fernandes Moreira — Queiroz Telles — Memoravel pleito eleitoral — Serviços ao progresso de S. Paulo — Espinhosa situação politica — Desenlace fatal — Candido de Andrade — Almeida e Souza — Dario Callado — Eduardo Callado — Felix da Cunha — Depoimento de um contemporaneo — Esboço menos summario — Suas produções literarias — Mais alguns dados complementares — Mariano Junior — Fernandes da Silva — Gama Cerqueira — Incidente com o Marquez de Paraná — Esboço biographico.



ANTONIO CARLOS CARNEIRO VIRIATO CATÃO.
— Mineiro, nascido em 1830; filho de Olympio Carneiro Viriato Catão.

É um nome altisonante. Quadra bem ao portador.

Viriato Catão teria sido grande estudante, se houvesse tido espirito disciplinado e capaz de applicar-se a determinada tarefa.

As suas inclinações, porém, eram indomáveis, mas de breve duração.

Além disso, o conceito dos collegas pouco apreço lhe merecia. Eram gente pacata e pequena collectividade.

Tinha paixão pelo scenario, qualquer que fosse, contanto que em objectivo a numerosa assistencia; era sedento de acclamações, applausos da turba. Apparecer era-lhe preocupação constante. Fazia-lhe horror a sombra. Á apathia e á indifferença preferia desapprovação e apupadas do publico.

Dotado de temperamento irrequieto, combativo, tomava parte saliente em todos os motins em que era envolvido, bem ou mal invocada a solidariedade academica. Assim tambem, não perdia occasião de exhibir-se em qualquer certamen, desporte ou espectaculo que estivesse em moda e ao qual affluisse a mocidade academica.

E quando de algum rôlo com *futrica* lhe resultava contusão, exhibia-a aos collegas como glorioso trophéu...

Um francez, mestre d'armas, mr. Perigout, appareceu em S. Paulo com o proposito de propagar a sua arte *animo lucrandi*. E como meio de incitamento organizou no vasto salão do pavimento superior da Academia um assalto d'armas, espectaculo esse que foi muito concorrido, especialmente pela estudantada.

Effectuaram-se alguns certamens, sobresa-
hindo o de florete, entre o professor e o acade-
mico rio-grandense Henrique d'Avila, que mais
tarde foi ministro e senador... porém, então, sim-
ples quartannista.

A este, que logo se fez admirar pela destreza
e elegancia, deferiu toda a assistência a palma
da victoria. Pudera não!

Antes de terminado o espectáculo, apresen-
tou-se extra-programma, prompto para bater-se a
sabre com o antagonista que lhe acceitasse o car-
tel de desafio — o Viriato Catão!

Movimento sensacional em toda a assem-
bleia.

Acóde, por fim, ao arrogante appello um ad-
versario... Era um latagão, mas estudante de
preparatorios. Já o Viriato Catão não apreciou
essa circumstancia. Frente a frente, os athletas
medem-se altaneiros com o olhar...

Cresce a emoção dos espectadores.

A lucta annuncia-se renhida.

Retiram-se por momento os dois campeões,
para os devidos aprestos. Voltam logo, revestidos
de mascaras de ferro e terrivelmente armados de
enormes espadas... de páu com largos cópos de
sola.

Nada mais natural que as laminas de páu,
pois que o duello não era devéras e sim méra
porfia desportiva. Todavia, o contraste entre a
ênphase do desafio, a attitude theatral do Ca-

tão, o seu ar de mata-moiros e aquellas volu-
mosas armas de mentira — provocou hilaridade
geral.

E, assim, com desespero do Catão, foi essa
a nota comica do espectáculo.

Estavam em moda, ou, antes, eram a fe-
bre, a mania da época, as composições drama-
ticas.

Alguns academicos haviam produzido dra-
mas, comedias, monologos, que foram levados á
scena; por exemplo, o Delamare e o Manuel Fran-
cisco Corrêa. Obras de fancaria, cujos auctores
mais se preocupavam em apparecer logo do que
em apparecer bem.

A cada passo e cada hora, ouvia-se que este
estava escrevendo um drama sobre assumpto
muito feliz, aquelle tinha quasi terminado um
trabalho que deveria dar sorte, aquelle outro
estava ensaiando em segredo composições de
grande futuro.

Chegaram mesmo a lançar annuncios de pro-
ximas representações, entretendo e mystificando
o publico. Entre estes, appareceu um que merece
especial menção pelo espirito e felicidade e que
o conselheiro Lafayette recorda sempre com muito
gaudio.

Surgiu numa bella manhan, pregado em to-
das as esquinas, o seguinte cartaz, com os dize-
res devidamente dispostos para chamar a attenção:

«Vae á scena proximamente

O DRAMA DE GRANDE APPARATO

de genial quinto-annista,
constando de 4 actos e 5 quadros,
intitulado

AS GLORIAS DE CAMPOS

ou

O PODER DA GOIABADA»

Effectivamente, além de ser a goiabada industria do municipio de Campos, acontecia que os estudantes campistas, ao chegarem a S. Paulo, vinham abarrotados de latas e caixelas d'este doce, que consumiam com profusão e distribuiam aos amigos.

A colonia campista tomou em grosso a brincadeira, e, como era numerosa (25 ou 26 estudantes), e, portanto, com direito ao respeito, considerou-se melindrada em seu amor-proprio particularista e procurou desaffrontar-se castigando o sacrilego.

Felizmente, o espirituoso auctor da brincadeira soube esconder-se.

Continuava a grassar a epidemia dramaturgica.

Viriato Catão não era de animo a tolerar que outros se embarcassem em demanda da gloria ficando elle em terra.

Não tardou muito que fosse annuciado

prompto de encenação um drama por elle composto, em tres actos, sob o titulo «Dagoberto» e o terrivel sub-titulo (sub-titulo era coisa indispensavel nesse tempo) «A sêde implacavel de sangue» (!!!)

No primeiro acto, ao subir do panno, a scena perfigurava uma noite de medonha tempestade: os relampagos esfusiavam numerosos, cahiam raios medonhos, o vento sibilava impetuoso e de momento a momento ribombava o trovão. Em mar encapellado sossobrâra um navio e abafados chegavam os gritos longinquos dos naufragos clamando soccorro.

No meio dêsse apparato aterrador, o protagonista declamava um monologo fóra de circumstancia, longo, frio...

Não se recorda o nosso informante nem do enredo, nem do desenlace do drama. Devia ser obra de carregação, pois não sobreviveu á primeira e unica representação.

Não obstante, no fim de cada acto, o auctor era chamado á scena e calorosamente victoriado. Ao finalizar o espectaculo, as acclamações tocaram ao delirio e passaram do recinto do theatro para a rua. Em prestito numeroso, o dramaturgo foi conduzido até sua casa, onde fez servir aos manifestantes cerveja á discreção.

Houve quem attribuisse aquellas ovações ao espirito de classe. Outros, mais maliciosos, olharam-nas como coisa encommendada.

Ao sahir da Academia, exerceu por algum tempo a promotoria publica de Baependy.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Minas no biennio de 1856-57.

É fallecido ha muitos annos.

ANTONIO FERNANDES MOREIRA JUNIOR. — Mineiro, nascido em 1828 ; filho de pae de egual nome.

ANTONIO DE QUEIROZ TELLES JUNIOR. — Paulista, nascido em Jundiahy, a 16 de agosto de 1831 ; filho do coronel Antonio de Queiroz Telles, depois Barão de Jundiahy.

Estatura regular, moreno, olhos e cabellos pretos, pouca barba. Physionomia grave e sympathica ; expansivo, na intimidade.

Assignalou-se na Academia pelo talento e applicação. Era, além disso, geralmente estimado pelos collegas, tanto pela rectidão de character como por sua natural affabilidade.

Ainda estudante, cursando então o seu quinto anno, o joven academico paulista contrahiu matrimonio, a 13 de junho de 1854, em Itú, com D. Rita M'Boy Tibyriçá Piratininga, filha do abastado fazendeiro daquelle municipio João Tibyriçá Piratininga, da familia Almeida Prado.

Após a formatura, dedicou-se á advocacia no fôro de Itú, e no exercicio dessa profissão muito se assignalou.

Filiado por tradição de familia no partido

conservador, a elle se manteve fiel; fez-se activo e prestidigioso batalhador e nessa qualidade, pelo voto dos seus correligionarios politicos, teve ingresso na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1856-57, 1858-59 e 1860-61.

Desta ultima data a 1868, o dr. Queiroz Telles, comquanto activo partidario, esteve condemnado «ao ostracismo», como então se dizia, para exprimir o dominio exclusivo do partido que se achava no poder e a posição precaria, politicamente falando, das parcialidades em opposição ao governo.

Com a quéda da situação *progressista* a 16 de julho de 1868 e a consequente dissolução da Camara dos Deputados, suscitaram-se varias candidaturas para as proximas eleições, e, naturalmente, foram lembrados os nomes dos principaes chefes e dos mais notaveis politicos do partido conservador.

Vigorava naquella epoca o systema de eleição por districtos de tres deputados.

Pelo primeiro districto eleitoral de S. Paulo eram indicados, em consequencia de compromissos que vinham de longe, os nomes de João Mendes, Rodrigo Silva e commendador Antonio Joaquim da Rosa (¹).

(¹) Agraciado, mais tarde, com o titulo de Barão de Piratininga.

Era chefe politico no municipio de S. Roque e adjacencias, cidadão respeitabilissimo e fino cultor das letras.

Este ultimo era impugnado por importante fracção do partido dominante, afim de haver na chapa logar para o dr. Antonio de Queiroz Telles.

A divergencia foi ardente, mas a combinação official continuou a ser a primeira.

Orgulhosos dos merecimentos do seu candidato, os propugnadores da eleição do dr. Queiroz Telles, os seus parentes, amigos e admiradores, desenvolveram a favor della ardente cabala. O senador Fonseca, por exemplo, dirigindo-se pessoalmente a eleitores ⁽¹⁾ e chefes politicos da sua amizade, dizia-lhes:

— Venho pedir-lhes que honrem os seus votos, votando no meu cunhado, dr. Antonio de Queiroz Telles.

O resultado da eleição foi o que se devia esperar: o triumpho integral da chapa governista. *Plus ça change, plus c'est la même chose.*

O candidato dissidente alcançou honrosa votação, mas teve de contentar-se com a *victoria moral*.

Desgostoso por esse revez politico, o dr. Quei-

(1) Convem lembrar que vigorava então o regimen da eleição indirecta, e que, portanto, o corpo eleitoral era muito diminuto. Basta dizer que não eram mais do que 30 os eleitores da capital, assim distribuidos: Freguezia da Sé, 17; de Santa Ephigenia, 10, e do Braz, 3. Não havia no municipio da capital mais que essas tres freguezias urbanas e seis ruraes, que eram as seguintes: Penha, O' Gualhos, S. Bernardo, Juquery e Cutia, as quaes não contavam ao todo senão 22 eleitores.

roz Telles não mais se apresentou candidato aos suffragios populares, nem mesmo alguns annos depois, quando se lhe offerecia azado ensejo para fazer parte de uma lista triplice para senador por S. Paulo.

Entretanto, o seu retrahimento do scenario politico estava longe de significar desinteresse da causa publica e do progresso da sua provincia natal.

Por isso, logo que se aventou a ideia da construcção de uma estrada de ferro de Campinas a Mogy-mirim, á frente da sua execução viu-se logo o illustre paulista, como o paladino o mais esforçado e o mais ardente daquelle grandioso empreendimento.

De então em deante, o dr. Queiroz Telles absorveu a sua intelligente actividade no serviço da nova empresa, que, organizada em sociedade anonyma, em boa hora o elegeu seu presidente.

Ainda hoje a colossal empresa ferro-viaria, que se denomina Companhia Mogyana e constitue o justo orgulho da iniciativa paulista, vota respeitoso culto ao seu primeiro presidente, re-eleito successivamente em muitos periodos sociaes, como premio dos serviços relevantissimos que lhe prestou.

O dr. Queiroz Telles exerceu o cargo de presidente da Companhia Mogyana desde 1873 até 1886.

Nessa data, sobreveiu-lhe incompatibilidade,

legal, por ter sido, pelo ministerio Cotegipe, nomeado presidente de S. Paulo.

Grave e melindrosa a situação desta provincia naquelle periodo historico, vespera da queda da escravidão e ante-vespera da monarchia. Duas revoluções se encaminhavam a passos accelerados: uma, ostensivamente, a revolução social e economica logo após homologada pela lei, a 13 de maio de 1888; outra, menos apparentemente mas tambem a passos largos, a revolução republicana, que teve triumphante desfecho a 15 de novembro de 1889.

Os pródromos de uma e outra dessas ideias-forças já começavam a concretizar-se em factos perturbadores da ordem constituida.

Consistiu a missão de Queiroz Telles (já antes Barão, então Visconde e pouco depois Conde de Parnahyba) em moderar a marcha accelerada do primeiro dêsses movimentos e em paralyzar a do segundo.

Para o desempenho de ambas essas espinhosas tarefas, surgiam difficuldades no proprio seio do partido conservador, a começar pelo seu conspicuo chefe (¹), que acabava de declarar-se abo-

(¹) Era o conselheiro Antonio Prado, presidente da «União Conservadora», agremiação politica, vigorosamente constituida e que congregava as mais vivas forças do antigo e tradicional partido conservador. Em dissidencia a essa organização partidaria, havia a fracção conservadora «mendista», chefiada pelo dr. João Mendes de Almeida.

licionista, em memoravel discurso no senado do imperio, e cujas ideias de extrema tolerancia para com a evolução da democracia pura sempre foram muito conhecidas.

Nessa apertada collisão, fez quanto poude o Conde de Parnahyba para conciliar a sua lealdade para com o governo do imperador com a solidariiedade, de que não se queria desprender, que o ligava ao partido conservador paulista.

Quando lhe pareceu impossivel esse accordo de deveres, insistiu por sua demissão e deixou o governo da provincia.

Sem embargo dos graves cuidados politicos aos quaes acabamos de alludir, assignalou-se como fecunda em serviços ao progresso paulista a administração do Conde de Parnahyba.

Foi elle quem iniciou em grande escala o movimento immigrantista. Encarou com vistas largas esse momentoso problema e procurou resolvê-lo com arrojo tal, com tal coragem, que pareceram então temerarios, mas que ultteriores acontecimentos vieram justificar.

De volta do Rio de Janeiro, de onde trazia incubado o germen fatal da febre amarella, que então grassava na capital do imperio, o benemérito paulista succumbia, sete dias depois, a 6 de maio de 1888, victimado pela implacavel molestia. Deu-se o obito em Campinas; dahi, foi transportado o corpo para Jundiahy, onde ficou

sepultado, em meio do luto e da consternação geral.

O Conde de Parnahyba era irmão do Barão de Japy e sogro e tio do dr. Jorge Tibyriçá.

CANDIDO JOSÉ DE ANDRADE. — Paulista, nascido nesta capital, a 3 de dezembro de 1833; filho de Jeronymo José de Andrade.

Claro, alto, magro, cabello frizado, temperamento lymphatico.

Estudante applicado e de mediana intelligencia.

Poucos mezes depois da formatura, foi nomeado promotor publico de Jacarehy, 1855; dois annos depois era juiz municipal do mesmo termo e em 1860 secretario de policia nesta capital. Nesse cargo se conservou até 1866, data essa em que deixou o functionalismo publico para se entregar aos labores da imprensa jornalistica.

Foi então que, com a cooperação de seu irmão, José Maria de Andrade, e de Salvador de Mendonça, José Bonifacio e Bernardo Gavião, fundou, ou, antes, fez resurgir o notavel organ da imprensa paulista, *O Ipiranga*, cujo nome lembrava glorioso patrimonio do partido liberal e as penas festejadas de Carrão e Gabriel.

O dr. Candido de Andrade foi deputado á Assembleia Provincial no biennio de 1868-69.

Findo o mandato legislativo e suspensa a publicação do *Ipiranga*, o dr. Candido de An-

drade retirou-se da actividade politica. Voltou, então, á magistratura, e foi nomeado juiz municipal de Pirassununga, cargo que exerceu com a maxima inteireza.

Abandonou, por fim, a vida publica e applicou-se á lavoura, em fazenda de sua propriedade no municipio do Rio Claro, onde falleceu a 8 de janeiro de 1907.

Era pae do dr. Raul de Andrade, recém-formado pela nossa Faculdade de Direito.

CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA. — Paulista, nascido em Santos, em 1827; filho de Candido Xavier de Carvalho.

Tez clara, estatura regular, corpulento.

Intelligencia regular, pouca applicação.

Exerceu por algum tempo o emprego de ajudante de bibliothecario da Faculdade. Seguiu, depois, a magistratura, foi juiz municipal em S. Paulo, em 1857, e juiz de direito em Araraquara.

Casou-se com D. Brazilisa Ribeiro dos Santos, da familia Ribeiro dos Santos.

DARIO RAPHAEL CALLADO. — Nascido em Montevideo, em 1833 ⁽¹⁾; filho do general João Chrysostomo Callado.

Trazia, para matricular-se na Faculdade de

(1) O Uruguay fazia então parte integrante do Brazil. Era a Provincia Cisplatina.

S. Paulo, carta de bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

De estatura regular, moreno, imberbe.

Bom estudante, embora muito joven.

Ao sahir da Academia, foi successivamente promotor publico da comarca da Estrella, delegado de policia na Côrte, juiz de direito em 1860, chefe de policia de Minas no mesmo anno, do Rio Grande do Sul em 1861 e da Côrte em 1867.

No exercicio dêsse cargo desapareceu o dr. Callado, sem que se soubesse o seu destino.

Ficou a suspeita de haver perecido afogado, victima de um crime ou de accidente, «suppondo-se ser delle, diz Sacramento Blacke, um cadaver que, quasi reduzido á ossada, foi descoberto na caixa d'agua de Santa Thereza, alguns mezes depois do seu desaparecimento, quando se procedia á lavagem da mesma caixa» (1).

EDUARDO ALEIXO CALLADO. — Nascido egualmente em Montevideu, em 1832; filho do general João Chrysostomo Callado e irmão do precedente.

Era talentoso e contado entre os melhores estudantes do anno.

Seguiu a carreira diplomatica.

Começou como addido á legação do Brazil na Venezuela, em 1856; foi removido para Londres em 1857 e para Paris em 1859, e de novo

(1) SACRAMENTO BLACKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*.

para Londres em 1862. De então em diante, foi promovido a cargos de categoria superior, chegando ao de ministro plenipotenciario, que exerceu em diversos paizes da America do Sul, até que requereu sua disponibilidade e aposentadoria.

É fallecido ha poucos annos.

FELIX XAVIER DA CUNHA. — Rio-grandense, nascido em 16 de setembro de 1833; filho do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

Uma das mais brilhantes mentalidades cuja trajetoria tem illuminado as arcadas da Academia de S. Paulo.

Procurando, no testemunho dos contemporaneos de Felix da Cunha, a confirmação circumstanciada da tradição que ainda hoje se perpetua do seu extraordinario talento, recebemos de um delles a seguinte resposta que desejáramos fosse menos summaria:

«De Felix da Cunha, por exemplo, que dizer, senão proclamál-o talento de primeira agua?

Era de faculdades bem equilibradas, sem angulos, e, portanto, difficil de ser estudado.

Dos seus discursos e escriptos pouco me ficou além do conceito.»

Felizmente, para preencher a lacuna, depa-rou-se-nos interessante esboço traçado por Sim-

plicio de Salles, (1) ainda na quadra academica de Felix da Cunha, documento, por isso mesmo, tanto mais precioso.

Eil-o :

«Felix é uma creança (2). Physionomia de creança, voz aguda e sonora de creança, imaginação povoada de sonhos brilhantes; entusiasta da belleza na mulher, na politica, na historia, na morte. É uma creança que suppre talvez a justeza do raciocinio pela belleza da expressão.

É uma creança, mas que tem roubado o somno a algum Themistocles, que nelle vê o ornamento futuro de alguma crença talvez nova, que elle fará surgir, ou talvez velha, que elle resuscitará.

Felix é de uma figura attractiva que obriga a amál-o a quem o vê pela primeira vez; todo o orgulho do talento e a ousadia do reconhecimento do proprio merito.

Ama o povo pela belleza da democracia: amaria o throno, se nelle se assentasse uma formosa rainha.

Algum dia, entre as turbas populares, ouvindo com respeitoso silencio, novo tribuno convidará a plebe ao assalto do throno. Em um dia

(1) De Antonio Simplicio de Salles, formado em 1855, nos occupámos na nossa chronica do referido anno, inserta na terceira série, já editada em livro, destas *Tradições e Reminiscências*. O trabalho do Simplicio, a que nos referimos, tem por titulo *Perfis Academicos* e foi publicado em 1854. O extracto, que damos no texto, encontrámo-lo no *Parnaso Academico*, de Paulo do Valle.

(2) Tinha, então, pouco mais de vinte annos.

de effervescencia proporá a decapitação do tyranno ou reprehenderá ao povo pasmado de sua coragem e insolencia o sangue que derramou, as victimas que precipitou na morte.

Ama com excesso. Este orgulho que tem talento, que tem coragem, que tem dignidade em gráu elevado, parece fazêl-o notavel; abraça o amigo, curva-se ante elle e beija-lhe as plantas com o respeito com que o calabrez beija a barra do vestido da sua Madona.

Ama o povo e sua soberania: saúda as multidões em revolta, detesta o despotismo. Ama tambem o Oriente, as fadas, as sultanas e o serralho. Inveja ao grão senhor a posse das suas huris. Quizera, como este, atirar-lhes o branco lenço, pomo da discordia feminina.

Algum dia será, como Lamennais, o propheta do futuro, ou, como Spinoza, as esperanças da Synagoga.

Ambição immensa, talento brilhante, coração elevado, orgulho.»

Felix da Cunha fulgiu como estrella de primeira grandeza, quer como estudante de Direito, nas aulas, quer como poeta, jornalista e orador, nas associações literarias e nas revistas academicas que então se publicavam (1).

(1) Assidua collaboração delle se encontra nos «Ensaio», do *Atheneu Paulistano*, e no *Acayaba*, que viu a luz da publicidade de 1851 a 1854. Dessas revistas encontram-se collecções, infelizmente truncadas, na bibliotheca da Faculdade.

Na *Revista Literaria do Ensaio Philosophico* deu elle inserção a um bellissimo trabalho literario do qual não resistimos á tentação de trazer para aqui um breve trecho, para que os nossos leitores apreciem o estro inspirado e másculo do poeta e o seu apaixonado culto á liberdade.

É um canto ardente dedicado ao «Sete de Setembro» :

Brazil, de teus irmãos prantêa os vôos
 Sopeados pelas roscas das algemas ;
 E ao laurel popular fermeia um goivo,
 Que o luto exprima em funeraes emblemas !
 Aprendi no epitaphio dêsses tumulos
 Ao santuario incensar da liberdade —
 Fanal de Deus — que aclarando o abysmo,
 Da patria salva a mão da tempestade,
 Aprende nas lições que a historia escreve,
 Nos pergaminhos reaes com sceptros rôtos,
 Que o povo e Deus sómente assim serão
 Dos mares do porvir os dois pilotos.
 Sim, que o genio de Deus erguendo o globo,
 Ninguém, em vez de Deus, o globo adora.
 E se o genio do povo é que ergue os reis,
 Porque, em vez d'elle, os reis amaes agora?

 Morre — e quando entre as angustias a tua alma
 Erguer-se em leve adejo á eternidade,
 Teus vingadores surgirão das cinzas
 Bradando : Viva ! viva a liberdade !...»

Concluido o seu curso academico, voltou Felix da Cunha á sua provincia natal e abriu escriptorio de advocacia em Porto Alegre, onde tambem collaborou na imprensa politica pugnano ardentemente pelas ideias liberaes.

Foi eleito deputado á Assembleia Provincial para o biennio de 1856-57 e á Assembleia Geral á decima primeira legislatura (1861-64).

A sua popularidade crescente havia-o já collocado na suprema direcção do partido liberal quando veio surprehendêl-o a morte, ainda no vigor da idade. Falleceu em Porto Alegre a 21 de fevereiro de 1865.

Era irmão de Francisco Cunha, eximio jornalista, ex-redactor da *Republica*, ex-ministro do Brazil em Montevideu e actualmente consul geral em Génova.

FRANCISCO CARLOS MARIANO JUNIOR. — Paraense, nascido em 1829; filho de Francisco Carlos Mariano.

Estudou o terceiro e o quarto annos em Pernambuco.

Exerceu cargos de magistratura na Provincia do Amazonas.

FRANCISCO FERNANDES DA SILVA. — Paulista, nascido em 1825; filho de José Fernandes da Silva.

Pouco vestigio deixou a sua passagem pela Academia.

Depois de formado, exerceu a promotoria publica no Paraná, em 1855, e o juizado municipal em 1856.

Falleceu prematuramente, em 1862.

FRANCISCO JANUARIO DA GAMA CERQUEIRA (1).

— Mineiro, nascido em S. João d'El-Rey, a 3 de janeiro de 1827; filho de Januario Francisco de Jesus Cerqueira e de D. Maria Carlota da Gama.

Alto, magro, moreno, olhos e cabellos pretos.

Chegou a S. Paulo em 1848, com 21 para 22 annos.

Havia já exercido emprego de fazenda na thesouraria de Minas Geraes, e ahi, em Ouro Preto, tivera desavença com o commandante da guarda nacional, que o queria obrigar a serviços daquella milicia, em consequencia do que resolveu ausentar-se da capital mineira e vir a S. Paulo conquistar um pergaminho de bacharel em Direito.

Da Ordem Benedictina obteve, como era frequente naquelle tempo, hospitalidade no respectivo convento e nelle habitou durante quasi todo o seu curso academico.

Terminados os estudos preparatorios, matriculou-se, em 1850, no curso superior.

Foi estudante distinctissimo. Sua intelligencia de fino quilate recommendava-se mais pela rectidão do juizo que pela abundancia de ideias: criterio são e reflexão paciente.

Os seus conceitos tinham sempre uma justa medida no fundo e na fórma. Submettia-os a tão rigorosa disciplina, que, mesmo na maior intimi-

(1) Até ao seu quarto anno assignava-se sómente «Francisco Januario de Cerqueira».

dade, não deixava sahir uma phrase sem que a julgasse sufficientemente castigada.

Trabalhador assiduo, e, sobretudo, methodico, logrou uma consideração geral, não só por parte dos collegas, como dos mestres e do director da Academia. Por mais de uma vez, ainda estudante, foi convidado para examinador na banca de historia e solicitado para escrever artigos de polemica para o jornalismo liberal.

Antes de se formar, contratou casamento em distincta familia desta capital e realizou o enlace logo após a collação do gráu.

No Rio de Janeiro, para onde seguiu, foi apresentado ao Marquez de Paraná, então presidente do conselho e ministro da fazenda, pelo Visconde de Condeixa, particular amigo do Marquez.

O grande estadista brasileiro, que tinha, como Napoleão, o dom peculiar de conhecer ou de adivinhar os homens, teve a intuição segura de que estava deante d'elle um moço aproveitavel.

Interessando-se logo pelo novo bacharel, mostrou-lhe uma relação de empregos de fazenda, então vagos, para que escolhesse um. Respondeu-lhe o pretendente — que nenhum lhe agradava. Offerceu-lhe então Paraná alguns logares de secretarios do governo, que tambem estavam por preencher-se, e, como Gama Cerqueira parecesse mediocrementemente seduzido pelo convite, agastou-se o presidente do conselho e disse-lhe:

— Pois são estes os unicos empregos vagos, que lhe posso offerecer.

Accrescentou, gracejando:

— Ha ainda um outro, que ponho tambem á sua disposição: é esta pasta! Será para mim um grande favor, se o senhor a quizer acceitar e o imperador annuir á substituição.

Desculpou-se, confuso com a facécia, o Gama Cerqueira, e declarou que acceitaria o logar de secretario da Provincia do Paraná.

Foi «incontinenti» nomeado (1).

(1) A respeito dêsse episodio, que nos foi communicado por pessoa fidedigna e muito afeiçãoada ao conselheiro Gama Cerqueira, recebemos, contestando a sua veracidade, interessante, bem escripta e bem sentida missiva do seu illustre filho e nosso estimavel collega dr. L. B. da Gama Cerqueira, lente cathedratico da Faculdade de Direito. Em homenagem á sua palavra e ao nobilissimo sentimento que a inspira, damos integral agasalho á mencionada rectificação, aliás preciosa, ainda como fonte de outras informações.

Eil-a:

«Collega e amigo Dr. Almeida Nogueira.

Com as minhas affectuosas saudações, muitos votos pelo seu bem estar.

A iniciar, no *Estado de S. Paulo*, a publicação das suas apreciadas *Tradições e Reminiscencias da Academia de S. Paulo*, avisou o illustre collega que acolheria com apreço qualquer rectificação ou informe, no intuito de imprimir ao seu valioso trabalho maior interesse e fidelidade historica.

É acudindo a esse appello que venho trazer-lhe ligeira corrigenda a um ponto das notas biographicas de hontem, relativas ao Conselheiro Gama Cerqueira, meu saudoso Pae.

A par de conceitos muito gratos á minha piedade filial (embora justissimos), ha um episodio que posso garantir-lhe não ser authenticico: o da entrevista com o Marquez de Paraná, em que este, agastado, offerecêra a meu Pae a pasta que occupava.

Ouvi, mais de uma vez, a meu Pae, em palestras de familia, a narração dêsse trecho da sua vida, e elle, sempremeticulosamente

Pouco tempo depois, era promovido a presidente de Goyaz.

Dêse cargo, em 1859, foi removido para a presidencia da Provincia do Amazonas.

Voltou depois ao Rio de Janeiro e foi utilizado como auxiliar de gabinete nas secretarias do imperio e da justiça, prestando nesse cargo os mais relevantes serviços.

Em tres legislaturas consecutivas representou como deputado á Assembleia Geral a Provincia de Minas, a saber, nas de 1861-63, 1869-72 e na de 1877, dissolvida no anno seguinte pelo ministerio Sinimbú.

verdadeiro, nunca se referiu a tal facto. Coisa bem diversa foi o que sempre nos contou.

O Visconde de Condeixa, excellente e nobre amigo de meu Pae, pedira e obtivera para elle a presidencia de uma das provincias do Norte.

Apresentado ao Marquez de Paraná, esousou-se meu Pae, allegando falta de preparo e tirocinio dos negocios publicos indispensaveis para exercer condignamente o cargo e corresponder á confiança do Governo, não desejando, outrosim, que sua collocação fornecesse aos adversarios pretexto para censura ao seu partido; e declarou preferir commissão mais modesta e ao alcance de suas habilitações.

Foi-lhe então offerecido o logar de Procurador Fiscal da Provincia do Paraná, que acceitou, sendo immediatamente nomeado.

Exerceu-o por algum tempo, voltando a S. Paulo, a realizar o casamento já ajustado, e no regresso foi nomeado Secretario do Governo daquella Provincia.

Amparado pelo interesse da verdade historica, o meu legitimo interesse pessoal na rectificação pedida já se trahiua á perspicacia do prezado collega.

Na memoria querida e venerada do chefe da familia, a mais leve sombra afflige, como se, em gemma preciosa, que constituísse toda a nossa fortuna, descobrissemos, de repente, indiscreta juça.

E a quem lêr o episodio contestado (que, aliás, já ouvi contar

A 15 de fevereiro de 1877, foi chamado a fazer parte do gabinete Caxias, sendo-lhe dada a pasta da justiça.

Ao descer do governo, estabeleceu no Rio escriptorio de advocacia.

Pareceu-lhe, porém, que a exploração da cultura de café seria o meio de reparar o profundo golpe soffrido por sua fortuna durante os poucos mezes em que tivera assento nos conselhos da Corôa. Comprou em Pirapetinga (Minas) uma fazenda que só tinha boa apparencia; a terra vegetal não passava de um lençol fino estendido sobre areia. O cafezal pouco durava e

figurando diversos outros pretendentes), poderá parecer que o Gama Cerqueira de então era pelo menos, um tanto *presumpçoso* e punha certo exagero no aquilatar os proprios merecimentos... — coisa sem duvida desculpavel em um bacharel recente. Seria, porem, injustiça; pois tenho por certo que a nota caracteristica de toda a sua vida foi sempre a modestia, por vezes excessiva, e a tendencia antes para duvidar do que para presumir demais do proprio valor; o que, concorrendo com uma flexivel e meticulosa severidade em assumptos de convicção e de probidade, e com um grande desprendimento de posições e interesses pecuniarios, explica, para mim, o não ter feito carreira mais brilhante na vida publica esse de quem disse o illustre José Pedro Xavier da Veiga (*Ephemerides Mineiras*, vol. II, pag. 66) «... era um homem quasi sem defeitos».

Censure-me a immodestia da transcripção quem não sentiu ainda a saudade e a ausencia de um Pae extremoso. E o prezado collega, relevando-me o precioso tempo que lhe tomei, deixe-me reiterar aqui a segurança do alto apreço e da sincera estima com que me subscrevo

Collega, admirador att.º e obg.º

L. B. Gama Cerqueira

S. Paulo, 10 de agosto de 1908.

pouco produzia. A sua decadencia começou e foi successiva até exauril-o.

Gama Cerqueira voltou a advogar. Abriu escriptorio em S. José d'Além Parahyba. Foi atacado de uma paralyisia das pernas, devida a ataxia, e, quiçá, motivada pelas suas contrariedades financeiras.

Dessa enfermidade succumbiu a 13 de abril de 1888.



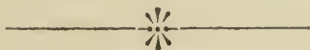
CAPITULO VII

A turma academica de 1850-54



PARTE QUARTA

Francisco Guimarães — Moreira da Rocha — Oraculo ás avesas — Indignação serodia — Seu temperamento — Qual Cousin nem pera-Cousin!... — Francisco de Barros — Uma «gaffe» de Julio Ribeiro — Costa Bueno — Costa Ferreira — João Paulo — Joaquim de Assis — Medina Celi — Getulio Machado — José Joaquim do Carmo — José Luciano — Sá e Benevides — Dois versinhos por um charuto — Por Séca e Mecca — De novo na Academia — Peludos e pellados — Discussão com o imperador — Na Assembleia Provincial de S. Paulo — Um «aparte» do padre Valladão — Aversão ás facecias — Proposta original — Testemunha insinuada — Jornalista e auctor didactico — Dados complementares — Wenceslau da Cruz — Metéoros que desapparecem — O reverso da medalha — Seu breve tirocinio — Julio Alvim.



FRANCISCO LEITE RIBEIRO GUIMARÃES. — Mineiro, nascido em 1831; filho de José Bento Ferreira da Silva Guimarães.

Alto e volumoso, a tal ponto que era conhecido na Academia pelo augmentativo *Chicão*. Conservou sempre esse appellido, antecedido, depois da formatura — pela designação do gráu. *Dr. Chicão* — era como toda a gente lhe chamava.

Em nada mais, quanto aos predicaos physicos, se avantajava, além da estatura, pois tinha pouca barba, tez clara, pés pequenos, mãos pequenas, tudo o mais pequeno.

Quanto ao intellecto, classificava-se entre os regulares; e, na applicação, entre os — menos que regulares.

Dedicou-se ao commercio e teve casa de commissões de café, á Rua Municipal, no Rio, onde residia numa bella chacara, á Rua do Conde de Bomfim. Mais tarde fez-se fazendeiro de café no Oeste paulista, e foi proprietario da grande fazenda *A Paulicéa*, de Santa Ritta do Passa Quatro.

É fallecido ha cerca de quatorze annos.

Era irmão dos commendadores José Bento e Custodio Guimarães, de Barra Mansa, e cunhado do Visconde de Araxá.

FRANCISCO MOREIRA DA ROCHA. — Mineiro, de S. João d'El-Rey; filho de José Moreira da Rocha.

Não pertencia ao grupo dos notaveis. Tinha, todavia, tal constituição psychologica que está a reclamar algumas linhas a mais na presente chronica.

Raciocinava com logica, sufficiente clareza e desenvolvimento; as conclusões, porém, eram indefectivelmente cerebrinas. Como que o mundo objectivo se comprazia em lhe apresentar sem

pre um aspecto illusorio das coisas, de modo a fazê-lo chegar a resultado opposto á verdade.

Os seus amigos consideravam-no uma preguiçozidade, quando se achavam em lances difficeis ou em qualquer complicação. Ouvir o parecer de Moreira era encontrar a chave para a melhor solução, tomando-se o caminho opposto ao indicado por elle.

Era um oraculo contraproducente.

Elle mesmo chegou a acreditar que tinha a razão pelo avesso. Um collega a quem se queixava de um insuccesso extranhou que elle não se prevalecesse dessa tortuosidade mental, de que tanta gente tirava proveito.

— Já experimentei — respondeu elle — mas, infelizmente, fôra essa a unica vez em que eu tinha acertado na conclusão.

Tinha a sensibilidade moral muito retardada. Qualquer insinuação ou phrase de apparencia molestante em direcção a elle, passava incólume; mas, antes do somno, perpassando na memoria os acontecimentos do dia, encontrava o veneno que havia inconscientemente ingerido. O cerebro inflammava-se-lhe então e ia engrossando gradativamente a gravidade do caso e dando a um dicto insignificante as proporções de injuria imperdoavel. Parallelamente, o projecto de des affronta ia crescendo de energia. E ai do protagonista que elle encontrasse pela manhan seguinte!

Tinha bastante talento musical, ouvido fino e gosto apurado. Cultivava a arte com assiduidade e vantagem correspondente.

Era muito jovial, e numa roda de familiares entretinha constante hilaridade. Sobejava-lhe espirito, mas o effeito comico da sua palestra resultava, sobretudo, da extravagancia ou do inesperado das suas lembranças.

Um collega e amigo do Moreira da Rocha nos communicou a respeito delle a seguinte anedota, que damos literalmente reproduzida :

«Chegámos a S. Paulo em 1849 e formámos na Rua do Quartel uma republica de *bichos*, todos mineiros e de S. João d'El-Rey.

A esse tempo, na Academia, o enthusiasmo pela philosophia eclectica estava no apogeu. Cousin, o chefe da escola em França, era havido por uma sorte de propheta; os seus assertos consideravam-se axiomas, e bastava adduzir o seu sentimento para pôr termo á mais acalorada discussão.

Continuava ainda em S. Paulo um mineiro que se bacharelára, e, se não me engano, tambem se doutorára no anno anterior. (1).

Era uma intelligencia robusta e bem abastecido de conhecimentos. Attribuiam-lhe aprofun-

(1) Não, não se doutorou a pessoa a quem allude o nosso informant e cujo nome adeante declina.

dados estudos de philosophia e davam-no como apaixonado secretario do *cousinismo*. De sua opulencia nessa especialidade dera testemunho cabal num concurso em que se inscrevera para tirar a cadeira de philosophia do Lyceu de Taubaté, deixando os outros concorrentes a grande distancia na retaguarda. Os applausos que o acclamaram tiveram éco muito além das raias paulistanas.

Falo do dr. João Ribeiro Mendes, producto de cruzamento de raças e cuja reputação de notavel deve perdurar ahi (¹).

Não se faziam precisos tantos elementos para suggestionar o espirito eminentemente receptivo do Francisco Moreira, que para logo sentiu o pêsso de um prestigio dominador. A cada passo trazia um dicto, um pensamento, ás vezes banal, do Mendes, e repetia-o com tanto maior admiração quanto menos o comprehendia. Era uma verdadeira idolatria.

Numa palestra de estudantes, um *veterano*, fazendo a apologia do Mendes com muito encahecimento, atirou este conceito :

— Elle está tão profundamente inteirado do Cousinismo que, se o proprio Cousin o exami-

(¹) Foi, effectivamente, um dos primeiros estudantes da turma que teve formatura em 1848. Delle se occupa a elegante collaboração do Barão de Paranapiacaba na *Terceira série* destas *Tradições e Reminiscências*.

nasse, teria de reconhecer no Mendes um digno competidor.

— V. está enganado — observou um collega — Quem escreve e fala para o grande publico tem necessidade de uma provisão demasiada de conhecimentos, de que sómente gasta uma parcella, deixando armazenada a maior parte. Não seria, portanto, difficil a Cousin demonstrar a insufficiencia do Mendes.

Moreira encheria nesse conceito um desacato, um sacrilegio, e, não admittindo que o seu idolo pudesse perder a primazia, mesmo em favor de uma summidade scientifica, salta em defêsa delle com estas palavras :

— «Qual Cousin, nem pera-Cousin! Para arguir e espichar o Mendes, — sómente N. S. Jesus Christo!...»

Moreira da Rocha advogou pouco tempo. Tambem por pouco tempo exerceu a magistratura, como juiz municipal na Provincia do Rio Não tinha boa embocadura para o foro.

Dedicou-se ao magisterio particular, no que applicou a maior parte da sua vida, aliás com mediocre successo.

Falleceu em 1890.

FRANCISCO XAVIER PAES DE BARROS. — Paulista, nascido em Sorocaba, em 1831; filho de Francisco Xavier de Barros.

De estatura regular, louro, claro, quasi imberbe.

Cursou em Olinda o segundo anno, em 1852, e os mais na nossa Academia. Teve sempre approvação plena.

Por seu trato affavel, temperamento communicativo, era estimado de todos os collegas.

Depois de formado, não fez uso profissional do gráu. Dedicou-se á vida de lavrador e nella formou fortuna.

Casou-se em segundas nupcias com a viuva do Barão de Itapetininga, tornando-se então um dos mais abastados capitalistas de S. Paulo.

É agraciado com o titulo de Barão de Tatuhy.

O seu titulo nobiliarchico e a sua grande fortuna não alteraram em nada os habitos singelos e a simplicidade de trato do dr. Francisco de Barros.

Esse facto, muito honroso para o Barão de Tatuhy, deu lugar ao seguinte incidente que nos foi referido por pessoa conceituosa.

Era seu amigo e velho camarada o insigne philologo Julio Ribeiro.

Entretanto, os dois amigos tinham-se, desde alguns annos, perdido de vista.

Encontrando-se uma vez em viagem de estrada de ferro, travaram palestra, tratando-se reciprocamente com a antiga familiaridade.

Cahiu a conversa sobre o Barão de Tatuhy,

a cujo respeito o Julio Ribeiro externou alguns conceitos desfavoraveis.

— Mas, Julio, V. não tem razão — dizia-lhe o dr. Francisco de Barros — e explicava os factos arguidos.

— Qual! Chiquinho de Barros — insistia o Julio — V. é muito bom e julga os outros por si, aliás, não tomaria a defesa dêsse Barão de Tatuhy, que se casou por ambição...

— E como não defendê-lo, se o Barão de Tatuhy sou eu?

— É V.?!

— Eu mesmo.

— Então, perdôe-me. A minha *gaffe* não tem concerto possível.

E emmudeceu. Logo depois, para tomar uma compostura, abriu um livro, e poz-se a lê-lo, ou a fingir que o lia.

Julio Ribeiro costumava, elle mesmo, referir esse caso. Revelava-se contrariado com o dezasos que tivera, porque se antipathisára, sem o conhecer, com o Barão de Tatuhy, sempre fôra muito amigo do Chiquinho de Barros.

JOÃO ANTONIO DA COSTA BUENO. — Mineiro, nascido em 1830; filho de Francisco de Paula Bueno da Costa. Teve breve existencia.

Foi juiz municipal nos termos de Macahé e da Barra de S. João, na Provincia do Rio de Janeiro.

Falleceu a 9 de maio de 1862.

JOSÉ FELICIANO DA COSTA FERREIRA. — Pernambucano (¹), nascido em 1828; filho do brigadeiro João Feliciano da Costa Ferreira.

Não se assignalou como estudante. Juiz municipal de Sorocaba em 1856. Findo o seu primeiro quadriennio, foi reconduzido, conservando-se, portanto, nesse termo até 1864.

De então em diante, faltam-nos informações a seu respeito.

JOÃO LUIZ DE AVILA. — Fluminense; filho de Luiz de Avila.

Fez parte do curso em Olinda.

Escasseiam-nos dados a seu respeito.

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES. — Mineiro, natural de S. João d'El-Rey; filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães.

Alto, moreno, cabelludo, olhos grandes e salientes, temperamento bilioso, fala muito apressada. Bastante intelligente e regularmente estudioso.

Fez em Olinda o primeiro e o segundo annos. Ao sahir da Academia, abriu escriptorio de

(¹) O termo de matricula no primeiro anno menciona a naturalidade — Pernambuco; e a relação official dos bachareis formados em 1854 dá-o como natural de S. Paulo.

Neste e no caso antecedente, preferimos o testemunho do termo da matricula.

advogado na cidade de Parahyba do Sul, e ali permaneceu por longos annos.

Mudou-se, depois, para o Rio de Janeiro, e teve casa de commissões de café, a principio como socio da firma Miranda Jordão & Comp., depois em seu nome individual.

A sua casa, na Rua de S. Bento, angariou vasta freguezia de fazendeiros de Minas, do Rio de Janeiro e do nordéste de S. Paulo.

Para melhor consolidar a confiança dos seus committentes e ao mesmo tempo certificar-se da situação economica de cada um, o dr. João Paulo, por vezes, visitava-os nas proprias fazendas e ia comer com elles «uma leitôa de espeto», como lhes dizia ao annunciar o passeio.

Em politica, passou pela seguinte evolução: liberal, radical, e, por fim, republicano.

Falleceu em 1907, em Nova Friburgo.

Era irmão do dr. Gabriel de Magalhães (familiarmente *Bié*), que se formou em 1855 e foi deputado geral por Minas.

JOAQUIM JOSÉ DE ASSIS. — Mineiro, nascido a 17 de janeiro de 1830; filho de Francisco Alves de Assis.

Estatura regular, magrinho, moreno claro, pouca barba.

Fez toda a sua carreira publica na Provincia do Pará, onde se casou, e tornou-se grande proprietario na ilha de Marajó.

Para lá foi nomeado secretario do governo, depois procurador fiscal em 1857, e, mais tarde, director da instrucção publica.

Dedicou-se, posteriormente, ao jornalismo, e, por serviços prestados na imprensa á situação *progressista*, foi-lhe dada uma cadeira de deputado á Assembleia Geral pela Provincia de Matto Grosso, á decima terceira legislatura (1867-68).

Falleceu a 5 de julho de 1889.

JOAQUIM MEDINA CELI. — Paulista, nascido em 1828; filho de pae de egual nome e descendente de nobre familia hespanhola ou arabe.

Alto, magro, moreno, meio zarolho.

Intelligencia regular e pouca applicação.

Foi advogado em Barra Mansa.

JOSÉ ANTONIO GETULIO DE ALMEIDA MACHADO. — Mineiro, nascido em 1826; filho de Henrique Manuel de Almeida.

Depois de formado deixou-se ficar em S. Paulo, e abriu nesta cidade escriptorio de advocacia, á Rua da Bôa-Vista, onde tambem residia.

Exerceu por algum tempo o cargo de curador dos africanos livres, nesta capital.

Foi-lhe attribuida a auctoridade de uma denuncia em carta anonyma, que deu logar ao processo de um academico. A imputação pareceu verosimil porque o Getulio Machado era muito protegido em sua advocacia pelo Furtado, e este,

no desempenho das funcções de delegado, desenvolveu ardente afan em perseguir o denunciado.

Parecia que a tal carta, aliás calumniosa, que figurou nos autos, era sermão encomendado pela propria delegacia.

O dr. Getulio Machado foi eleito deputado-supplente á Assembleia Provincial, no biennio de 1860-61, e tomou assento no segundo anno da legislatura.

JOSÉ JOAQUIM DO CARMO. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1835; filho de pae de igual nome.

Estatura regular, claro, magro, physionomia sympathica.

Logo que se formou, abriu no Rio escriptorio de advocacia e envolveu-senas luctas da politica, collaborando activamente na imprensa partidaria.

Presidente do Paraná de 7 de março de 1864 a 18 de novembro do mesmo anno; da Provincia do Espirito Santo, de 8 de janeiro de 1865 a 28 de agosto do mesmo anno; da do Pará, de 18 de março de 1878 a 7 de abril de 1879.

Deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em varias legislaturas.

Reitor do externato do Collegio de D. Pedro II, e professor de historia universal no mesmo.

JOSÉ LUCIANO DA SILVA BARBOSA. — Paulis-

ta, nascido em Santos em 1832; filho de José Antonio da Silva Barbosa.

Alto, cheio de corpo, moreno pallido, pouca barba.

Intelligencia mediana e mediana applicação.

Exerceu a principio cargos de magistratura, nesta provincia; depois, cargos administrativos, na repartição fiscal.

É fallecido desde muitos annos.

JOSÉ MARIA CORRÊA DE SÁ BENEVIDES. — Fluminense, nascido em Campos, a 7 de junho de 1833; filho do gentilhomen da imperial Camara, José Maria Corrêa de Sá, descendente de Estacio de Sá, fundador do Rio de Janeiro.

Alto, esbelto, tez clara, cabellos negros, pouca barba, negra tambem, physionomia intelligente e aristocratica: bonito moço.

No physico, e bem assim nos sentimentos, no character e nas ideias — verdadeiro typo de fidalgo, mas fidalgo de culta e aprimorada intelligencia.

Era o primeiro estudante do anno, sem embargo da competencia do Manuel Francisco Corrêa.

A natureza dotára Corrêa da mais rica imaginação, porém a Benevides da maior perspicacia. Ambos oradores. Corrêa, politico, poeta e literato; Benevides, jurisconsulto, critico e jornalista.

Eram emulos desde o Collegio de D. Pedro II. Em sciencias e letras tinha Benevides a primazia; mas a musica, o desenho e a gymnastica deixaram-no em lastimavel *bagagem* e roubavam-lhe o primeiro premio.

No curso juridico, felizmente, não faziam parte do programma as bellas artes e a acrobacia; e, assim, via-se livre o Benevides daquelles seus implacaveis inimigos.

O mesmo se dava a respeito da sua aversão ao cultivo das musas. Nunca lhe foi possivel fazer um verso.

Os seus companheiros de casa, inclusive o Paulino, muito se divertiam com essa negação para a poesia, tão accentuada em espirito aprimorado como o de Benevides.

Uma vez, propuzeram-lhe, o Evaristo da Veiga e o Caetano Pinto, para glozar, o seguinte motte:

Tem o céo estrellas
E o meu peito dores.

Por complacencia, o Benevides tentou... mas sem demora deu o braço a torcer.

— Ao menos complete a quadrinha — propoz então o Paulino.

— Não estou para isto, não me applico a frivolidades...

— Sim — acóde o Evaristo — É que v. não póde. Dou-lhe um charuto.

— De Havana?

— Sim, legitimo.

— Pois, então, ahí vae :

Tem minh'alma angustias
E o jardim tem flores...

— Bravo! Bravo! Hurrah! — exclamaram os collegas presentes, saudando o poeta com uma salva de palmas.

Todos o felicitaram com entusiasmo pela producção poetica, inclusive o grave *marechal do futuro*.

Logo após a formatura, o dr. Benevides contrahiui casamento com uma filha do conselheiro Brotero.

Voltou á Côrte, onde advogou por algum tempo de sociedade com José Bonifacio.

Decorrido o anno de pratica, teve nomeação para um juizado municipal na Provincia do Rio de Janeiro. Isto em fins de 1855.

Veiu a S. Paulo em 1857, e aqui teve escriptorio de advocacia.

No anno seguinte, defendeu theses e obteve o gráu de doutor.

Em 1865, a 8 de julho, após brilhante curso e classificado em primeiro logar, foi no-

meado lente substituto da Faculdade, passando em 1878 a cathedratico de Direito Natural, Publico e das Gentes.

Dotado de superior talento e de vasta erudição, além disso brioso como ninguém (o que o impellia a constante estudo), o dr. Benevides em todas as cadeiras que regeu e nas arguições nos actos e defêsas de theses fez sempre a mais brilhante figura.

Não abordava um ponto nas suas prelecções que o não estudasse aprofundadamente e o não exgottasse. Era esse, talvez, um defeito no ensino do eximio lente, porque, dest'arte, no escasso periodo do anno lectivo, como explicar a não ser senão uma parte minima do vasto programma official?

Outro defeito, este muito relativo, pois para outros será optima qualidade: era monarchista sectario do direito divino e catholico ultramontano. Como tal, doutrinava do alto da sua cathedra e não cedia uma linha ás opiniões oppostas. Quem divergisse num ponto dos seus ensinamentos era positivista ou republicano *encapotado*. Era-lhe muito usual o emprego dêsse qualificativo.

Sempre que, ainda longinquamente, a materia se relacionava com a philosophia ou o direito publico, as doutrinas de S. Thomaz de Aquino e de Ventura de Raulica encontravam no illustrado mestre—eloquente campeão e intrepido defensor.

O dr. Benevides jubilou-se em 1890.

Occupou altos cargos politicos e administrativos.

Foi presidente da Provincia de Minas, de 14 de maio de 1869 a 16 de maio de 1870, e da do Rio de Janeiro, de 1 de junho a 27 de outubro de 1870.

Durante a sua administração em Minas, abriu-se no seio do partido conservador numerosa dissidencia que se transformou em ardente e apaixonada opposição ao presidente. Era capitaneada pelo deputado e popularissimo chefe Benjamim Rodrigues Pereira. A chacota popular denominava-a *os pelludos*, em antagonismo aos *pellados*, que eram os governistas. Provinham essas denominações humoristicas da circumstancia de ser pilloso como Esaú o dr. Benjamim, á medida que o dr. Benevides se tornára totalmente calvo e sem um fio de barba. A calva disfarçava-a elle com o auxilio de chinó, mas a barba... não seria decente substituil-a por postiços.

De volta ao Rio, em conferencia com o imperador, o ex-presidente de Minas foi interpellado por S. M. sobre alguns pontos das queixas formuladas pela opposição.

— É verdade, sr. Benevides, que a chapa senatorial foi organizada no palacio do governo?

— Não, senhor. A chapa foi organizada pelos chefes politicos, aos quaes communiquei o pensamento do governo...

— O pensamento do governo?!

— Sim. Os candidatos cuja eleição seria agradável ao governo.

— Mas o governo deve abster-se de qualquer intervenção eleitoral e não póde ter candidatos.

— Perdôe-me V. M. O governo exprime, no systema parlamentar, a victoria de um partido. O pleito eleitoral é o combate que decide da sorte do governo. Como é, pois, que este se ha de desinteressar do resultado das eleições?

— O senhor está enganado. O governo é eleito por um partido, mas não representa uma opinião partidaria: representa a nação e deve egual garantia a todos os partidos e a todos os cidadãos. Um dos seus deveres é assegurar a todos a plena liberdade do voto.

O dr. Benevides insistiu em suas ideias e pretendeu, com a devida venia, dar ao imperador uma lição de direito publico.

A discussão, porém, terminou, conservando sua opinião cada um dos interlocutores.

De volta para S. Paulo, foi eleito deputado a Assembleia Provincial para o biennio de 1872-73.

Representou então brilhante papel não sómente pela eloquencia da sua palavra como tambem pelo desassombro com que desempenhou mandato politico. Collocou-se em esphera superior ás conveniencias partidarias, para encara

todas as questões exclusivamente sob o prisma do interesse publico.

Estava nesse tempo dividido e sub-dividido em diversas *coteries* o partido conservador; o dr. Benevides excluiu-se de todas ellas e... ficou isolado no seio da Assembleia. Por isso, pouco alcançou nas decisões da mesma. Tanto é certo que — uma só andorinha não faz verão.

O dr. Benevides era um homem integro, de nobilissimo character, mas de temperamento mais que rigido — rispido e intransigente.

Uma vez, defendendo a sua attitude politica, dizia elle, com êmphase, da tribuna da Assembleia Provincial:

— Eu não sou *mendista*, eu não sou *pradista*, eu não sou *rodriguiста*, eu não sou *duartista*, eu não sou *delphinista*...

— V. ex.^a é *benevidista*! — aparteou o padre Valladão, provocando hilaridade.

Jurisconsulto, philosopho e orador eloquente, o dr. Benevides levava assim para a tribuna judiciaria poderosos elementos de victoria. Arreceava-se, porém, com razão, das jocosidades e humorismos do adversario, porque não era esse o seu genero e nelle não podia competir, por exemplo, com o Pinto Junior, o Taques, o Falcão Velho e outros que taes.

Entretanto, frequentemente lhe vinha á frente

um ou outro dêsses advogados, assim como lhe acudiam felizes replicas ás suas facecias.

De uma feita, estava-se tomando o depoimento de uma testemunha no plenário, perante o jury. Benevides era o advogado e Taques o promotor publico. Aquelle começa a inquirição, e a testemunha, um pobre caipira, parecia não comprehender. Observa, então, o promotor :

— Repare o nobre advogado que se está exprimindo em termos elevados. Como é que a testemunha ha de entender ?

— Pois, então, lembro um alvitre — propoz o dr. Benevides. — Eu farei as perguntas na unica linguagem que sei empregar, e a nobre promotoria traduzirá as minhas palavras em termos chulos, servindo assim de intérprete, para que as comprehenda a testemunha.

Provocou riso em todo o auditorio a engraçada lembrança. O Taques riu-se tambem, mas visivelmente *desapontado*.

Outra vez, tratava-se de um crime de injuria. O dr. Benevides patrocinava a causa da parte queixosa, que era um padre, e o dr. Pinto Junior a do querellado.

Entre as testemunhas da defesa, o dr. Benevides viu comparecer uma mulata, já madurona, mas ainda pretenciosa. Suspeitou desde logo alguma brejeirice do Pinto *Genistroke*. De facto,

ao ser interrogada, a mulata depoz — que, uma vez, tendo ido levar um presente ao queixoso, este lhe disse que ella era bonita...

— Mentir é peccado, filha, mas não é crime — atalhou o dr. Benevides.

— Explique, rapariga, explique — dizia o dr. Pinto Junior.

— Elle estava-me *cantando*, sim senhor... — accrescentou a mulata, affectando recato.

— Mas, sr. juiz, isto nada tem de commum com o processo: é um escandalo insinuado.

O juiz assim tambem entendeu e mandou encerrar o depoimento.

Entretanto, explicava-nos o dr. Benevides, referindo o caso: a maroteira do Pinto tinha produzido o desejado effeito: desmoralizou-me o processo!

O dr. Benevides tinha muita propensão para as lidas da imprensa e foi successivamente redactor de duas folhas politicas, nesta capital — o *Vinte e dois de Maio* (1872-73) e *A Ordem* (1874-76).

Era vigoroso polemista. Seu estylo, incisivo; proposições dogmaticas auctoritarias; affirmações *tranchantes*. Periodos breves, mas, por vezes, de notavel eloquencia. Eram ligados unicamente pela sequencia logica, sem conjuncções. Tinha locuções felizes, que, como as phrases de Guizot, cahiam com violencia esmagadora.

Deixou, além de alguns opusculos, duas

obras didacticas com as proporções de livro, e, salvo algumas opiniões absolutas do auctor, de real merecimento e incontestavel erudição, a saber:

— *Philosophia elementar do direito publico e interno, temporal e universal;*

— *Analyse da Constituição Politica do Imperio do Brazil.*

O dr. Sá e Benevides falleceu nesta capital a 10 de abril de 1901.

Era pae do dr. José Estacio Corrêa de Sá e Benevides e sogro do dr. José Marcondes de Andrade Figueira, ex-deputado geral, e do dr. Gabriel de Rezende, lente desta Faculdade e senador do Estado de S. Paulo.

JOSÉ WENCESLAU MARQUES DA CRUZ. — Fluminense, natural de Cabo Frio; filho de Joaquim Marques da Cruz (¹).

Estatura regular, tez clara, face corada, nariz aquilino, olhos amortecidos, cabellos castanhos, barba um pouco falha. Physionomia sympathica.

Estudante distinctissimo, proclamado por Simplicio de Salles como superior em talento a Ferreira Vianna. Entretanto, ao passo que este

(¹) Dissémos na Terceira série destas Tradições e Reminiscencias que Wenceslau da Cruz não se tinha formado em S. Paulo. É equivoco, que fica desfeito agora.

se consagrou no vasto scenario da vida publica e pelo voto unanime do povo um dos mais notaveis representantes da intellectualidade brasileira, verdadeira gloria nacional, não passou Wenceslau de uma gloria da Paulicéa academica. O seu nome, laureado nas aulas da Faculdade, na tribuna das associações literarias e nas revistas que então se publicavam em S. Paulo, pouco repercutiu algures, e perdeu, na vida pratica, as auspiciosas irradiações que o aureolavam sob as arcadas do Convento de S. Francisco.

Ha mais de um facto como esse.

Em compensação, outros passam quasi como fronte vulgares, durante o quinquennio do curso, e entretanto, lá fóra, levantam a cabeça e notabilizam-se: tornam-se summidades na jurisprudencia, no magisterio superior, no parlamento, na administração, na diplomacia. Vejam Teixeira de Freitas, João Monteiro, Affonso Celso, Alencar, João Mendes, Campos Salles, Rio Branco e tantos outros.

Ao sahir da Academia, Wenceslau seguiu a carreira da magistratura. Foi juiz municipal de Itaguahy, em 1855; depois, mudou-se para o Rio de Janeiro e fez-se jornalista, até que em 1862 obteve a nomeação para um juizado de direito na Provincia do Rio Grande do Sul.

Cremos que falleceu ainda na flor da idade; aliás, por certo, com o privilegiado talento com

que fôra dotado e as propensões que tinha para os prélíos da politica o seu nome teria surgido á tona da luz da notoriedade nacional.

JULIO HENRIQUE DE MELLO ALVIM. — Catharinense, nascido em 1831; filho do conselheiro Miguel de Souza Mello e Alvim.

Era bacharel em letras pelo Collegio de D. Pedro II.

Depois de formado, exerceu a principio a advocacia na Côrte. Foi, em 1858, juiz municipal do termo de S. João do Principe, e, em 1859, foi agraciado com o titulo de fidalgo cavalleiro.

Seguiu depois a carreira diplomatica, na qual, a começar do cargo de addido, tem galgado os mais altos postos nas legações brazileiras da Europa e da America.

Nestes ultimos annos, tem sido ministro plenipotenciario no Chile, em Portugal e na Italia. Presentemente, está aposentado e reside na Europa.

É casado com uma filha do finado Visconde de Jequitinhonha.



CAPITULO VIII

A turma academica de 1850-54



QUINTA E ULTIMA PARTE

Luiz Silverio — «O dicto por não dicto!» — Dados biographicos — Padre Mamede — Jurisconsulto, professor, pregador e musico — Manuel Francisco Corrêa — Uma sessão de magnetismo — Peccados literarios da mocidade. — Paixão pela oratoria — Na administração e na politica — A sua celebre «preliminar» — Como recebeu a Republica — A sua ultima phase — Lacerda Trancoso — Manuel Marcondes — «Prefiro o inverso» — Illuminação original — A sua vida publica — Gentileza de adversarios — Um *aparte* inesperado — Ultima nota biographica — Manuel Jardim — Amor e... bolos — Dados biographicos — Mathias Morato — Pedro Carneiro — Rodrigo de Barros — Sebastião Pereira — A sua carreira judiciaria — No governo de S. Paulo — Thomaz Alves Junior — Objecções de algibeira — Seus trabalhos juridicos — Vicente Torres — A sua festa de grau — Fallecimento prematuro.



LUIZ SILVERIO ALVES DA CRUZ. — Paulista, nascido em Campinas, em 1830; filho de Custodio Manuel Alves.

Estatura regular, magro, moreno, pouca barba, olhos e cabellos negros; temperamento nervoso, dicção precipitada.

Intelligencia mediana e mediana applicação.

Ao sahir da Academia, foi nomeado promotor publico de Itapetininga e nesse cargo fez o seu quatriennio.

Voltou, depois, a residir em Campinas, sua terra natal, ahi teve escriptorio de advocacia e militou activamente na politica, alistado no partido conservador.

Em tres legislaturas teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo, a saber, nos biennios de 1858-59, 1872-73 e 1876-77.

Quando orava, era tão apressado na dicção, que a sua fala causava o desespero dos tachygraphos.

Competia com elle neste particular o Celidonio dos Reis, e, por isso, como eram muito amigos, combinaram entre si que, quando um delles estivesse na tribuna a falar com demasiada precipitação, o outro o avisasse, puxando-lhe a aba do *paletot*.

Prevalecendo-se dêsse ajuste, o Celidonio trazia atenazado o Luiz Silverio, mal este começava algum discurso.

— Que é isto? — queixava-se, a meia voz, o orador — V. dilacera-me o *paletot*!

— Fale mais pausado — segredava-lhe o Celidonio.

— Ah! Sim... muito obrigado.

Mas era inutil a advertencia. Logo depois,

proseguia o orador no seu tom accelerado. Novos puxões, nova reclamação, até que por fim o Luiz Silverio propunha:

— Bem, agora, o dicto por não dicto; deixe-me em paz, que v. assim perturba-me.

Na administração publica, o dr. Luiz Silverio exerceu o cargo de presidente da Provincia de Goyaz, de 14 de agosto de 1886 a 9 de agosto de 1887.

De regresso à S. Paulo, estabeleceu-se de novo em Campinas e reabriu o seu escriptorio de advocacia.

Ahi veio a fallecer a 17 de fevereiro de 1874.

MAMEDE JOSÉ GOMES DA SILVA. — Paulista, nascido em 1826; filho de José Felizardo da Silva.

Era alto, bem proporcionado, moreno, corado, olhos e cabellos negros, bonito homem.

Seu pae era alfaiate, estabelecido á Rua da Cruz Preta (Quintino Bocayuva), esquina da da Freira (Senador Feijó), onde está hoje um sobrado, em cujos baixos ha uma padaria. Um irmão d'elle era armador e preparava presepes «que eram mesmo uma lindeza», na phrase de uma senhora, que nos referiu esses pormenores.

O padre Mamede... sim, padre — iamo-nos esquecendo de mencionar que, já ao matricular-se na Academia, elle era presbytero. O padre Mamede era um dos melhores estudantes da sua

turma. Sobrava-lhe talento e não lhe faltava aplicação.

Era dotado de sufficiente imaginação e orava com eloquencia, quer na tribuna profana, quer principalmente na sagrada. Falava sempre com uma sincera emoção e por isso communicava ao auditorio as impressões da sua alma: *Si vis me flere, dolendum est, primum, ipsi tibi.*

Quatro annos depois da formatura, em 1858, defendeu theses e obteve o grau de doutor.

Tomou parte em tres concursos, para preenchimento de vagas de lente substituto, na Faculdade, nos annos de 1860, 61 e 62, mas não logrou ser nomeado.

Além de jurisconsulto, clérigo, orador sagrado e professor de latim no Curso Annexo, tambem era excellente musicista e inspirado compositor.

Compunha musica sacra, a saber — ladainhas, canto e instrumental para missas, *Te-Deum*, antifonas, e tambem peças profanas em estylo alegre e cheias de vivacidade — arias, polkas, valsas, quadrilhas e coplas para comedias e vaudevilles.

Dão-lhe as chronicas do tempo a competencia de outro padre, aliás seu amigo, como elle excellente musico e afamado compositor: o padre Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade.

Este compunha tambem para o theatro, e as suas produções musicaes eram, sobre tudo.

geralmente apreciadas, pelo seu estylo sentimental.

Outro interesse não tinham, um e outro dêsses compositores, nos seus trabalhos para o theatro, a não ser, além do amor á arte, o de obterem da empresa da *Opera* ou do *S. José* um ingresso na caixa do theatro, de onde jubilosos acompanhavam toda a representação.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, no biennio de 1862-63.

Por occasião de um sermão prégado ao ar livre numa procissão, nos *Quatros Cantos* (Rua Direita, esquina da de S. Bento) o padre Mamede foi victima de uma paralyisia facial, de que não mais se restabeleceu.

Esse desastre poz termo ás suas predicções e bem assim á sua carreira politica.

Falleceu no Rio de Janeiro em setembro de 1864.

MANUEL FRANCISCO CORRÊA. — Paulista, nascido em Paranaguá (¹), a 1 de novembro de 1831; filho do commendador Manuel Francisco Corrêa.

Alto, bem apessoado, moreno, quasi imberbe,

(¹) Ninguém ignora que naquelle tempo, *id est* em 1831, a comarca de Curitiba, componente de todo o territorio da actual Provincia do Paraná, pertencia a S. Paulo. O desmembramento della, para ser elevada á categoria de provincia sob a denominação de «Paraná», foi decretado pela lei n.º 706 de 29 de agosto de 1833.

compleição vigorosa, olhos vivos, physionomia animada.

Pertencia ao escól da Academia.

Talento exuberante e açodado. O verbo sahia-lhe em ondas e impetuoso. Prodigalizava a apostrophe e a hyperbole.

Quando falava, as faces congestionavam-se, a voz era tonante e a gesticulação animada e combativa.

Seu discurso era um requisitorio violento e carregado de imprecações.

Fôra talhado naturalmente para a tribuna de combate ou para os assumptos mavorticos. Fóra disso, o effeito escasseava.

Temperamento inflammavel, alma ardente e enthusiastica.

Da quadra academica de Corrêa, refere-nos um seu collega o seguinte episodio:

«Em 1852, appareceu em S. Paulo um exhibicionsta do magnetismo animal, que dera no theatro algumas sessões, impressionando a muitos e fazendo *banzar* a mais de um.

Entre estes, salientou-se Manuel F. Corrêa não simplesmente como crente, mas tambem como praticante da arte de Mesmer.

Contava maravilhas das suas experiencias, e, como a sua fé era sincera e funda, tornou-se tambem communicativa.

Muita gente e até personagens em evidencia

o procuravam para consultarem sobre padecimentos rebeldes e haverem noticias de longe, através do espaço e do tempo.

Era elle uma sorte de Pytia no seu templo oracular.

Um dia, pela pequena madrugada, entrou-me em casa um *bicho* meu parente e commensal. Entrou dando gargalhadas seguidas e estrepitosas, taes que me suspenderam o somno, aliás sempre pesado. Abri a porta do quarto e chamei o retardario para pesquisar o caso.

Eis o que dera causa a tanta matinada:

— «Ha poucos dias — narrou elle — o Corrêa, encontrando-me na rua, encarou-me com certa insistencia, e, depois de algumas palavras de banal cumprimento, levou-me até sua casa. Ahi chegados, declarou-me que encherava em mim os mais seguros indicios de uma organização-rara de somnambulo vidente, e pediu-me a complacencia de me prestar a uma experimentação.

O resultado excedeu á sua expectativa.

Fui hontem procurado por elle para me pedir como grande favor os meus serviços de somnambulo em casa do coronel Joaquim Floriano de Toledo, onde me esperaria á noite.

Assenti e compareci.

Corrêa esperava-me á porta da rua e introduziu-me, a sós com elle, num gabinete proximo. Fez-me sentar, e, sem perda de tempo, começou

com passes largos a carregar-me de fluido, principalmente na altura dos olhos.

Passei a affrouxar as palpebras até cerrál-as inteiramente.

Depois de mais alguma carga, por precaução, Corrêa entreabriu outra porta e disse em alta voz : «O homem está prompto. Sr. Floriano Pinto (era o nome do *bicho*), siga-me.»

Eu obedeci de olhos fechados, passo incerto, e, a tactear nas trevas, achei-me numa grande sala literalmente cheia de senhoras e cavalheiros de grande distincção.

Fiquei frio de emoção, e, se não entendesse menos inconveniente continuar o jogo, teria fugido em disparada.

Sentado no meio da sala e ao commando do Corrêa, dei consultas, receitei medicamentos, diagnostiquei molestias, e, finalmente, fiz uma viagem a Maricá para dar noticias de uma senhora cujos parentes estavam inquietos sobre sua saude.

É escusado explicar que a todos eu respondia enunciando a primeira ideia ou descrevendo a primeira imagem que me acudia ao pensamento.»

— Mas que foi que v. disse ? — perguntei-lhe.

— Sei lá ? Tudo que me vinha ao espirito. Era tal, entretanto, a suggestão que a todos dominava — proseguiu elle — que foram acceitas e tidas por acertadas as minhas respostas.

— Assim me falou o meu parente — prosegue o

nosso communicante — e referiu-me ainda outros pormenores, sempre debaixo de um fogo rolante de gargalhadas.

No dia seguinte, quando chegava á Academia, avistei, formado sob o alpendre, um grupo numeroso, em cujo centro falava o Corrêa, com o maior enthusiasmo, dos seus triumphos na sessão da vespera. Deixei-o terminar e chamei-o de parte para scientificál-o de que elle havia sido victima de uma mystificação. Elle — um veterano da Academia — ludibriado por um *bicho*!

Por mais que me esforçasse, não consegui desabusál-o. Tive, pois, que deixál-o com a sua fé de carvoeiro.» (1)

O Corrêa compoz, por esse mesmo tempo,

(1) Sem dispormos, para a critica do caso occorrido, de seguros elementos de apreciação, affigura-se-nos, todavia, que o mais enganado não tenha sido o Corrêa e sim o *bicho* Floriano, que imaginou ter-se ludibriado do seu magnetizador. É possível, senão provavel, que o *sujet* estivesse apenas no estado que De Rochas denomina superficial da hypnose, e não em hypnose profunda. Podia, então, como é commum, conservar a consciencia do que dizia e fazia, sem deixar de estar hypnotizado.

Não nos é necessario, para a demonstração dessa hypothese, descermos a livraria. Basta citarmos o seguinte trecho do nosso illustre compatriota dr. Fajardo, no seu *Tratado de Hypnotismo*:

«Um individuo hypnotizado é um individuo que pensa, que fala, que age por sua propria deliberação ou de extranho, com consciencia ou sem ella, conforme condições complexas e obscuras. Comquanto certos hypnotizados tenham consciencia do que dizem e praticam per suggestão, todavia não podem fugir ao automatismo, que é o traço caracteristico do estado hypnotico.»

uma ligeira comedia que foi levada á scena por estudantes, sob o titulo — *O Magnetismo*.

Compoz tambem um romance intitulado — *A Praia da Gloria*.

Esta producção teve notoriedade serodia, pois foi reproduzida vinte annos depois nas columnas da *Reforma*, quando Corrêa no ministerio, e com o fito de ridicularisál-o por aquelle peccado literario dos seus verdes annos.

Já na sua quadra de estudante, tinha Corrêa a paixão pela oratoria. Nas reuniões academicas, nos comicios populares, nos espectaculos de gala, na maçonaria, etc., era indefectivel o discurso delle.

E foi assim até á idade madura.

É sabido que nas conferencias dominicaes da Escola da Gloria, no Rio de Janeiro, ás quaes nunca faltava o imperador, o Corrêa falava sempre, quando não havia orador inscripto ou este não comparecia, e, por vezes, depois do discurso official.

O numero de seus discursos nessa instituição ascende a perto de duzentos, segundo uma estatistica que foi dada á publicidade.

Ao sahir da Academia, o dr. Manuel Francisco Corrêa occupou o emprego de segundo e depois primeiro official na Secretaria da Fazenda, no Rio; dahi, foi transferido para emprego cor-

respondente na Secretaria do Imperio, e, por ultimo, na da Justiça.

Foi secretario do governo da Provincia do Rio de Janeiro, official de gabinete de mais de um ministro de Estado, e presidente da Provincia de Pernambuco, de 30 de abril de 1862 a 9 de outubro do mesmo anno.

Após a ascensão do partido conservador ao poder, em 1868, o dr. Manuel Francisco Corrêa apresentou-se candidato á deputação geral pelo Paraná, foi eleito para a decima quarta legislatura (1869-72) e consecutivamente reeleito ás decima quinta e decima sexta, até que, vagando em 1876, por morte do Barão de Antonina, a cadeira de senador pelo Paraná, foi votado e escolhido para occupá-la.

A lista triplice era a seguinte :

Manuel Francisco Corrêa.....	153 votos
Manuel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar).....	153 votos
Manuel Ignacio do Canto e Silva...	150 votos

Realmente, não precisava o laureado nome do Corrêa, para forçar a escolha imperial, do amparo de duas honradissimas «cunhas», como aquellas que o escoltaram!...

Na camara vitalicia, durante mais de vinte e dois annos, o distincto senador pelo Paraná

desempenhou com inexcediveis talento, dignidade e patriotismo, o seu mandato politico. Em certo periodo, assaz dilatado, foi tal a sua assiduidade na tribuna a ponto de occupál-a diariamente, orando com proficiencia sobre todos os assumptos da ordem do dia.

Por seus inolvidaveis serviços, sua culta intelligencia e a nobreza do seu character, havia conquistado para o seu nome uma aureola de popularidade e de prestigio no seio do partido conservador, que o contava entre os seus mais auctorizados chefes.

Era membro effectivo do Conselho de Estado.

Em junho de 1889, por occasião da quéda do ministerio João Alfredo e já mallogradas as tentativas de organização ministerial em sentido conservador pelos senadores Vieira da Silva e Visconde do Cruzeiro, foi chamado a Petropolis o conselheiro Corrêa e incumbido pelo imperador de organizar gabinete.

Como se sabe, ainda essa tentativa abortou. Pretendem mesmo alguns que, sufficientemente avisado da trama já vencedora nos recessos do paço, elle comprehendeu que todos aquelles vae-vens do Rio a Petropolis e as conferencias imperiaes celebradas na estação ferro-viaria não passavam de méra encenação incompativel com a gravidade do acto e que «in alta mente re-

posta» já estava apparelhada a mudança da situação politica. Empenhado em não descobrir a Corôa, talvez mesmo depositario de alguma confidencia do imperador sobre os seus designios politicos, prestou-se a representar o papel que lhe foi distribuido e para bem desempenhál-o inventou — «uma preliminar», que foi, para elle, a porta de sahida da collisão em que se encontrava.

Essa «preliminar», que se tornou celebre na nossa historia parlamentar, o conselheiro Corrêa não n'a quiz jámais esclarecer.

Acredita, por isso, muita gente que ella jámais teve existencia real. Outra coisa não era senão um pedido do imperador ao eminente chefe politico para que não organisasse ministerio, afim de facilitar a ascensão do partido liberal ao poder.

O advento da Republica não encontrou no preclaro brasileiro um adversario intransigente. Desde os primeiros dias que succederam á revolução de 15 de novembro de 1889, promptificou-se elle a prestar os valiosos serviços da sua alta capacidade politica á patria republicana.

Assim, com effeito, se exprimiu em carta endereçada ao redactor do «Correio Paulistano»:

«Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1889. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. José Luiz de Almeida Nogueira. — Acabo de receber a carta de 25 do corrente mez, em que v. ex.^a me diz que, estando

na redacção do «Correio Paulistano», necessita, para a conveniente orientação da folha, conhecer a minha opinião sobre a actualidade, e a de outros cidadãos que serviram lealmente a monarchia. Pergunta v. ex.^a: «Devem os brasileiros conformar-se com o actual estado de coisas?»

A resposta que vou dar a v. ex.^a corre exclusivamente por minha conta. A ninguém consultei; a ninguém pretendo mostrar esta carta, cujos termos só serão divulgados quando v. ex.^a a publicar, como deseja.

Tenho para mim que, nas presentes circumstancias do Brazil, não aproveitaria á causa publica a restauração monarchica.

É consequencia: que os brasileiros temos que nos conformar com o actual estado de coisas.

Na pacifica annuencia que por toda a parte se nota não vejo acto de pusillanimidade: seria dar ao character nacional feição repugnante.

Se não é condemnação do regimen anterior (e eu acceito inteira a responsabilidade da parte, embora pequena, que nella me cabe) essa annuencia exprime a esperanza de que o regimen republicano não será desfavoravel ao engrandecimento da patria, que assenta na integridade nacional; e esta reclama a reunião, no mais curto prazo que fôr possivel, de uma assembleia constituinte por meio da qual a nação manifeste a sua vontade quanto á organização definitiva da Republica.

Não considero ponto de duvida a superioridade do regimen definitivo regular, que exprima a coparticipação directa dos Estados na adopção da nova constituição sobre o regimen provisorio, imposto pelas circumstancias e por sua natureza discrecionario.

Cumprida como fica a determinação de v. ex.^a, permita que com a mesma sinceridade manifeste os votos que faço para que lhe seja reservado na assembleia constituinte o logar a que lhe dão direito incontestavel illustração e provado patriotismo.

Sinto que, se os meus votos se realizarem, como espero, não me permittam a idade e a fortuna disputar a honra de ser seu companheiro nessa importante assembleia, comquanto (e consinta que o declare, ainda que não seja opportuno o momento, mas para resalvar desde logc a minha responsabilidade perante o futuro) eu não me recuso, se o mandato legislativo me fôr espontaneamente renovado, ao serviço do Brazil, como nunca me recusei no passado.

De v. ex.^a collega e amigo obrigado. — *Manuel Francisco Corrêa.*»

No regimen republicano, exerceu o cargo de director geral do Tribunal de Contas, no qual se aposentou.

Triste e acabrunhado com o trucidamento do Barão de Serro Azul, seu dilecto irmão, uma

das victimas da reacção legalista no Estado do Paraná, o conselheiro Corrêa retrahiu-se da vida publica.

Falleceu o illustre cidadão no Rio de Janeiro a 11 de julho de 1905.

MANUEL JOSÉ DE LACERDA TRANCOSO. — Fluminense, nascido em Campos, em 1829; filho de Candido Narciso Bittencourt.

Um homemzarrão, espadaúdo, tez morena, cabellos pretos, ar imponente, dotado de uma força de Hercules, e, além disso, corajoso, bulhento e temivel cacetista. Vejam só quanto perigo!

Amigo inseparavel do Joaquim da Cruz, typo interessante de que falámos na chronica da turma de 1852.

Cumpre, todavia, accrescentar em abono do Trancoso: elle não puxava barulho, a não ser com os *futricas* valentões e inimigos dos estudantes.

Nas aulas, embora talentoso, não fazia figura, porque as suas preoccupações eram outras.

De posse da carta de bacharel, estabeleceu escriptorio de advocacia em Campos, onde sempre residiu e se envolveu na vida politica local.

MANUEL MARCONDES DE MOURA E COSTA. — Paulista, nascido em Taubaté em 1829; filho do

capitão-mór Victoriano Moreira da Costa e de D. Mariana Justina de Moura e Costa.

Alto, cheio de corpo, tez clara, meio louro, pouca barba. Usava olhos.

Bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

O *Maneco*, como todos o tratavam, era jovial e sympathico, porém bastante refractario ao estudo. Muito maior pendor experimentava para o bello sexo do que para os soporíferos textos do Direito.

Dava-se muito com elle o *Bento boticario*, aliás o pharmaceutico Bento Joaquim de Souza e Castro, que se affligia com a vadiação de seu joven amigo.

Para vêr se o Maneco se corrigia, empenhava-se o Bento com o Brotéro para que o chamasse frequentemente á lição.

Atormentado com a inexplicavel insistencia do lente em chamál-o tão repetidamente á lição e sabbatina, lembrou-se o estudante de pedir a intervenção do seu amigo para que o lente o deixasse em paz por algum tempo.

— Como lhe hei de pedir tal coisa — respondeu o Bento — uma vez que é por solicitação minha que elle o tem chamado tantas vezes á lição...

— Você?!

— Sim, para vêr se V. deixa em paz as moças e abre os livros.

— É inutil: preferirei sempre o inverso...

Era estylo na *republica* do Maneco dividirem-se os dias do mez pelo numero dos companheiros de casa, ficando a cada um a incumbencia das despesas de *bolsa* correspondentes a numero igual de dias.

Cada um desempenhava-se dessa obrigação durante o prazo que lhe era distribuido.

Por occasião de ser servido o chá, o criado procurava o caixa do dia, pedia-lhe o dinheiro necessario para a compra de velas, e obtinha-o com pontualidade. Quando, porém, chegava a vez de um dos companheiros, tido com razão por grande *vinagre*, não era dada verba para aquella despesa, e então tinham os outros companheiros de trazer á mesa do chá as vélas dos seus quartos.

Indignado com essa desigualdade, propoz o Maneco aos companheiros uma reacção contra aquella anomalia.

E combinaram o seguinte: Quando fossem chamados para o chá, viriam todos, sem levar as vélas, e cada um reclamaria do criado um tição de fogo e o agitaria ao redor da mesa para produzir luz.

O programma foi executado com extraordinario successo e muita hilaridade.

O *caixa*, entretanto, que era um *cara dura*, não se desconcertou com a pilheria e ordenou ao criado que abrisse as janellas, pois que o luar estava esplendido e aquella illuminação a archotes — era demasiado luxo.

Dopoiz de formado, o dr. Maneco Marcondes (como continuou a ser por todos conhecido) foi principalmente juiz municipal do Bananal. Deixou, porém, esse cargo e foi residir em Pindamonhangaba, onde se casou com sua prima D. Maria Francisca Salgado, filha do Visconde da Palmeira.

Ahi teve, por algum tempo, escriptorio de advocacia, o qual depois fechou, para se dedicar á vida de lavrador.

Sempre affeito a gracejar, e tambem mais dado á leitura de romances que ao estudo do Direito e ao serviço forense, o dr. Maneco vae um dia visitar um advogado provisionado, seu amigo, e assaz habil, que gosava de certa nomeada no lugar, o sr. Manuel Eufrazio de Toledo, e cumprimenta-o, chasqueando:

— Sr. advogado sem livros, como tem passado?

O Manuel Eufrazio não apreciou a brincadeira e intimamente protestou vingar-se. Não fosse elle rabula intelligente!... No dia seguinte, em visita ao amigo, logo ao penetrar no escriptorio do dr. Maneco, fez uma reverencia ás suas bem providas estantes, e disse:

— Bom dia, srs. livros... sem advogado.

Dispondo de poderosos elementos politicos que lhe vinham da familia e outros grangeados

pela sua popularidade pessoal, o dr. Manuel Marcondes era um chefe influente e de muito prestigio no grande partido liberal de Pindamonhangaba.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1862-63 e fez parte da lista sextupla para senador, eleito em agosto de 1879. Dessa lista foram escolhidos Carrão e José Bonifacio.

Como quarto vice-presidente da Provincia de S. Paulo, esteve na administração da mesma, de 7 de janeiro a 10 de abril de 1882.

Por essa occasião, partiram contra elle algumas settas alvejadas de uma secção humoristica do *Correio Paulistano*. Coisas anodinas, como fossem—gracejos sobre sua faceirice, o uso indefectivel de botões de brilhantes... quer chovesse quer fizesse sol, referencias á sua perenne paixão pelo bello sexo e allusões a certo predicado, que, segundo a tradição academica, muito o avantajava.

Embora não houvesse offensa nesses espirituosos gracejos, attribuidos á penna de Eduardo ou de Caio Prado, todavia o dr. Manuel Marcondes preferia que cessasse a brincadeira. Procurou approximar-se de Rodrigo Silva, muito seu camarada e amigo velho, e, contra todos os estylos, deu em frequentar, elle, o presidente da provincia, a sala de redacção da folha opposicionista.

— Ora, Rodrigo — disse elle, um dia — v. e estes meninos andam a chasquear-me por amor das moças e de um predicado que me attribuem. Se é por inveja, soceguem, porque ambas as coisas são inexactas...

— Isto, agora, é modestia sua.

— Em todo o caso, se essa inclinação é um peccado, delle tambem v. deve penitenciar-se... Como quer que seja, eu lhes ficarei agradecido se me derem treguas.

Foram gentis os jornalistas conservadores. Desde o dia seguinte não mais figurou na chronica alegre do *Correio Paulistano* o sympathico vice-presidente da provincia.

Por duas vezes, o dr. Manuel Marcondes foi eleito vereador e presidente da camara municipal de Pindamonhangaba, a saber, no quadriennio de 1865 a 68 e no de 1882-85. No desempenho dessa função, attesta um seu biographo, prestou ao seu municipio relevantes serviços. ⁽¹⁾.

Falleceu a 27 de setembro de 1888, deixando um filho, o tenente-coronel Antonio Marcondes Salgado.

MANUEL RODRIGUES JARDIM. — Goyano, nascido em 1833; filho de José Rodrigues Jardim.

(1) ATHAYDE MARCONDES, Pindamonhangaba, *Apontamentos historicos, geographicos, genealogicos, biographicos e chronologicos*. S. Paulo, 1907.

Alto, magro, claro, cabellos castanhos, pouca barba, physionomia sympathica.

Intelligente, vivo e bom estudante. De indole muito sociavel, e, por isso, bemquisto dos collegas e da melhor sociedade paulistana.

Havia naquelle tempo, em S. Paulo, uma senhorita, filha de opulento capitalista, graciosa e bem educada. Era um *partidão*.

Multiplicavam-se os candidatos á sua mão e com elles os sonetos e as serenatas consagradas a essa deidade. O mais constante dos namorados era um que usava do accogramma *Oriebir*. Ao coração da menina eram indifferentes todas essas homenagens. Ella suspirava exactamente por quem lhe não fazia a côrte, o Manuel Jardim. Irritada com a insensibilidade de Telémaco, teve um dia Calypso a ideia temeraria de falar-lhe no fundo da chácara paterna.

O velho pae, homem de rigidos costumes, veio a saber do caso e irritou-se com o procedimento inconveniente da filha, a ponto de castigal-a physicamente, como era usual naquelle tempo.

Ao sahir da Academia, o dr. Manuel Jardim foi nomeado promotor publico da comarca de Itaguahy e depois juiz de direito de S. João do Principe.

Casou-se em Itaguahy com uma filha do

commendador José Pinto Tavares, genro do grande capitalista Manuel Cornelio dos Santos.

Em 1872, foi juiz do direito da comarca do Bananal.

Na administração e na politica exerceu o cargo de chefe de policia da Provincia do Rio de Janeiro, e foi, em mais de uma legislatura, deputado á Assembleia Provincial.

É fallecido ha muitos annos.

MATHIAS ANTONIO DA FONSECA MORATO. — Maranhense, nascido em 1829; filho de Antonio José da Fonseca Morato.

Foi juiz municipal na Provincia do Maranhão em 1855; no anno seguinte obteve remoção para o termo de Bragança, em S. Paulo, onde se conservou por pouco tempo.

Mudou-se para esta capital e aqui exerceu a advocacia e foi supplente do juiz municipal.

Obteve mais tarde a nomeação de juiz de direito de uma comarca do norte do Imperio.

Na qualidade de primeiro vice-presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, esteve duas vezes em exercicio do governo, a saber — de 31 de janeiro a 7 de fevereiro de 1879 e de 20 de abril a 1 de junho de 1881.

PEDRO XAVIER ALVES CARNEIRO. — Fluminense, nascido na capital do Imperio, em 1826; filho do conselheiro Francisco José Alves Carneiro.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II.

Não temos a respeito delle nenhuma outra informação.

RODRIGO ANTONIO MONTEIRO DE BARROS. — Paulista, nascido em 1831; filho do desembargador de igual nome, que foi deputado geral por S. Paulo, e neto do visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antonio Monteiro de Barros.

Moço fidalgo cavalleiro, em 1855; deputado provincial supplente no biennio de 1858-59, e effectivo no de 1862-63.

Possuidor de avultada fortuna, não fez uso profissional do seu grau scientifico. Residia nesta capital e era fazendeiro de café no municipio de Jundiahy.

Foi delegado de policia e primeiro supplente de juiz de orphams, nesta capital, em 1860, e juiz de paz mais votado no norte da Sé, em 1862.

Falleceu em 1864, deixando filhos e filhas, que educou primorosamente e fazem parte do *high-life* paulistano.

SEBASTIÃO JOSÉ PEREIRA. — Paulista, nascido nesta capital, em 1831; filho de pae de igual nome.

Alto, cheio do corpo, tez clara, cabellos castanhos, barba escassa, olhar ligeiramente estra-

bico, aspecto grave, de poucas falas; dicção elevada por leve gagueira. Para vencer esse obstáculo á oratoria, elle declamava.

Talentoso e applicado: um estudantão.

Temperamento pouco expansivo, mas a lealdade, a bondade e a honradez personificadas.

Seguiu a carreira da magistratura, na qual se abriram sómente dois parenthesis para o exercicio de funcções administrativas, nada menos que a chefia de policia, e, pouco depois a presidencia da Provincia de S. Paulo, esta de 8 de junho de 1875 a 18 de janeiro de 1878.

O tirocinio judiciario do dr. Sebastião Pereira foi o seguinte: promotor publico da comarca de Guaratinguetá, em 1854; juiz municipal na Provincia do Paraná, em 1855; na de S. Paulo, em 1857; juiz de direito de Uruguayana, em 1862; e de Taubaté, em 1870, de onde foi removido para a segunda vara desta capital.

A administração do dr. Sebastião Pereira na Provincia de S. Paulo, comquanto dispondo de escassos recursos orçamentarios, assignalou uma phase fecunda de progresso, especialmente pelo extraordinario impulso que elle soube dar ao desenvolvimento da viação ferrea em todo o oéste da zona paulista.

O benemerito cidadão falleceu repentina-

mente, nesta capital, victimado por uma syncope cardiaca, ha cerca de vinte annos.

Era casado com D. Maria Angelica Cidade Pereira, de familia rio-grandense, e pae do dr. Sebastião Pereira Junior, formado em direito em 1897 e de D. *Sinhá* Pereira Munhoz.

THOMAZ ALVES JUNIOR. — Fluminense, nascido na Côrte, a 8 de junho de 1830; filho de Thomaz Alves.

Estatura regular, tez clara, rosto cheio e quasi imberbe, physionomia viva e expressiva.

Era bacharel em letras pelo Collegio D. Pedro II, onde havia feito excellente curso.

Intelligente e estudioso, era com razão enumerado entre os mais notaveis estudantes do anno.

Tomava parte activa nos trabalhos das associações literarias e collaborava na *Revista Mensal do Ensaio Philosophico*.

No seu quinto anno teve uma polemica sobre assumpto philosophico com o terceirannista Rodrigo Silva, cujo fino talento já então irradiava na Academia.

Para os actos do terceiro anno, em 1852, fôra assim constituida a commissão examinadora: Brotero, Cabral, Manuel Dias e Chrispiniano.

Na ante-vespera do seu acto, obedecendo á praxe então existente, o Thomaz Alves foi fazer uma visita ao Chrispiniano:

— Venho participar a v. ex.^a que vou tirar ponto amanha...

— Eu hei de ter communicação official.

— Bem sei, sr. doutor, mas é estylo que encontrei na Academia...

— Não fui eu quem o criou.

Percebeu o Thomaz Alves, por este começo, que o Chrispiniano, de um genio muito desigual, não estava de bom humor naquelle momento; todavia, proseguiu:

— Eu vinha tambem pedir a v. ex.^a o favor de deixar-me expôr o ponto que fôr sorteado, ainda que seja sómente por uns dez minutos.

— Havemos de vêr — disse o Chrispiniano, sempre seccamente.

Retirou-se surprehendido o talentoso estudante, sem saber a que attribuir aquelle tom rispido com que era tratado, sem perceber que o lente estava num dos seus dias de *spleen*.

Na occasião do acto, a 25 de outubro, era o Thomaz Alves o primeiro a ser examinado. Logo ao tomar assento em frente ao terrivel tribunal, foi elle enunciar o titulo do ponto de Direito Civil, e já a interrompêl-o o Chrispiniano:

— *De jure dotium*... — começou o Thomaz Alves.

— Basta! — atalhou o examinador, assutando o monoculo sobre o estudante. — Diga-me a razão pela qual Mello Freire emprega ahi essa

epigraphe *De Jure dotium*, e não, simplesmente, *de Dotibus*.

— Será, talvez — aventurou o examinando — em attenção á importancia do assumpto...

— Isso, não. São, egualmente, ou mais importantes, o casamento, o patrio poder, o poder marital, as doações, a tutela, a successão etc.; entretanto, o compendio usa dos titulos — *Nuptiæ* — *De parentum potestate* — *De donationibus* — *De tutelis* — *De successione*, etc.

— Então, será pela complexidade da materia dotal?

— Tambem não — insistiu Chrispiniano. — Mais complexos são os pontos que aponteí.

— Talvez porque, em relação ao dote, não se estuda o objecto delle, mas o direito applicavel?

— A mesma razão prevalece quanto ás outras materias; nem nesta Faculdade se estuda qualquer instituição, a não ser sob o ponto de vista do direito.

— Então, não sei responder a v. ex.^a

— Nisso, estou de accordo. O sr. deveria ter começado por essa declaração. É bastante.

O Thomaz Alves levantou-se furioso por lhe ter sido burlado com a impertinencia do lente o seu *brilhareto* tão affagado...

— Objecção de algibeira!... — sahiu elle, dizendo, indignado.

Ao deixar a Academia, o dr. Thomaz Alves

estabeleceu-se na Côrte, onde grangeou merecida nomeada de habil e erudito advogado.

Em 1860, foi presidente de Sergipe, cargo que exerceu de 15 de agosto daquelle anno a 26 de março de 1861.

De volta para o Rio de Janeiro, reabriu seu escriptorio de advocacia, sendo por alguns annos advogado do Banco Rural e Hypothecario e lente de direito na Escola Militar.

Era agraciado com a commenda de Christo e o titulo de conselho.

Devem-lhe as letras patrias varias publicações, entre as quaes mais merecem as *Anotações ao Codigo Criminal* e o *Curso de Direito Militar*.

Falleceu no Rio de Janeiro a 6 de julho de 1895.

VICENTE JOAQUIM TORRES. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro, em 1832; filho de Thomé Joaquim Torres.

De estatura inferior á mediana, cheio de corpo, tez clara, face corada, olhos azues, cabellos louros, pouca barba. Expressão physionomica extremamente sympathica. Trato fino e amavel, o que o fazia estimado dos collegas e bemquisto na alta sociedade paulistana.

A sua festa de gráu fez época em S. Paulo, pelo esplendor com que foi celebrada. Profusa e delicada mêsas de doces foi servida no palacete

dos *Quatro Cantos*, posteriormente occupado pelo *Hotel de Italia*, depois *Hotel de França* e ultimamente *Rotisserie Sportsman*. Era então residencia do capitão Quartim. Este prédio está presentemente em reconstrucção.

Cestas e cestas de flores, vistosos festões e innumerous ramalhetes foram enviados pelas principaes familias da Paulicéa, além de varios outros mimos, ao novo bacharel. O que, porém, constituiu grata e captivante innovação nas praes de taes festejos, foi a presença do bello sexo numa «opa» de estudantes. Desde o começo da Rua de S. Bento, até á entrada do palacete, no amplo saguão dêste e na sua vasta sala de jantar, o Vicente Torres caminhava sob uma chuva de flores e sobre um matizado tapete de folhas e flores.

O mais, musica, foguetes, applausos, discursos, etc., etc., como em todas as grandes manifestações populares.

A ornamentação das salas e a direcção da festa, confiadas á maestria e apurado gosto do capitão Quartim, excederam toda a expectativa. Nunca se presenciára em S. Paulo tão encantadora diversão.

De volta para o Rio, o dr. Vicente Torres abriu ahi escriptorio de advocacia.

Os seus dias, porém, estavam contados. Veiu a fallecer na flor da idade, a 27 de julho de 1861.

De seu consorcio com D. Pureza Torres deixou dois filhos, o dr. Thomé Torres, formado em direito, e D. Maria Henriqueta, casada com o dr. Manuel Antonio da Silva Reis, engenheiro, pae do dr. Vicente Torres da Silva Reis, bacharel em direito e apreciado comediographo.

A viuva do dr. Vicente Torres casou-se em segundas nupcias com o conselheiro Raymundo Ferreira de Araujo Lima, e teve durante muitos annos uma importante loja de fazendas na Rua da Quitanda, que era o *rendez-vous* dos paulistas no Rio de Janeiro.



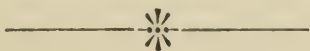
CAPITULO IX

A turma academica de 1874-78



PARTE PRIMEIRA

Preciosa collaboração para a presente chronica — Por mares tempestuosos — Affonso Celso Junior, Bernardes de Gouvêa e Joaquim Vidal — Joaquim Vidal, o primeiro estudante — Auspicioso futuro cruelmente mallogrado — A sua selecta livraria — O cutello do Justino de Andrade — Turma de gente séria — Agremiações e jornalismo politico — Outros jornaes, não politicos — A oratoria academica — O corpo docente — Resenha biographica da turma — Accioli Vanderley — Adolpho Tourinho — Alfredo Rocha — O *bicho* Rocha — Politica, philosophia e dialectica — A alma dos animaes — Consequencias de uma controversia philosophica — O epicurismo de outróra — O lobo e a ovelhinha — Idyllio ou poema? — Explicação opportuna — Agua não fura — Ladrão sympathico! — Protesto para *firt* — Na vida publica — Entre parenthesis — Mais dados biographicos — No lar — Obras publicadas — Barbosa da Silva — Grande estudante — A sua mordacidade — Em politica — Na vida publica.



PROPONDO-NOS a escrever a chronica da turma academica de 1874-78, dirigimo-nos, como tem sido o nosso habito, a varios collegas que della nos pudessem dar authenticas informações.

Em geral, de muitos aos quaes endereçamos taes pedidos, poucos nos attendem; por vezes, nenhuma resposta satisfactoria nos chega ás mãos. Outros promettem e não cumprem.

Assim, felizmente, não aconteceu em relação ao quinquennio academico acima referido.

Desta feita, batemos a boas portas. Ainda bem. De cinco pessoas, cujo auxilio impetrámos para este trabalho, quatro nos deram importante subsidio, do qual gostosamente nos vamos utilizar.

Nesta menção genérica, é dever de consciencia especializarmos a contribuição generosa que nos foi prestada pelo dr. Sampaio Ferraz. Dizemos que é dever de consciencia, porque, tendo-nos vindo tão copioso e redigido com elegancia o trabalho com que elle nos brindou, não resistimos á tentação de reproduzil-o por vezes literalmente, e noutras partes com ligeiras modificações. Esta declaração cumpria ser aqui registada, para nos salvar da pecha de plagiato.

Os tres outros collaboradores, que tivemos, são os drs. Julio Ottoni, Barbosa de Oliveira e mais um que não me permittiu tirar-lhe a mascara... *et pour cause*.

A geração academica, que perambulou pelas arcadas da Academia de S. Paulo de 1874 e 1878, soffreu, nos cinco annos do seu curso juridico, duros e terribes revezes.

No 1.º anno, achando-se já matriculado, afastou-se da turma, por motivos de saúde, o eminente literato, poeta, orador e parlamentar, Affonso Celso Junior, hoje um dos astros mais fulgurantes do firmamento intellectual brasileiro.

No 2.º anno, essa turma perdeu, por fallecimento inesperado, Lucio Soares Bernardes de Gouvêa, filho do desembargador Bernardes de Gouvêa, da Relação da Côrte.

Tinha sido até então estudante de grande valor, salientando-se pelo talento e applicação.

Nas férias do 4.º para o 5.º anno, falleceu no Rio de Janeiro, victimado pela impiedosa febre amarella que então grassava, Joaquim Vidal Leite Ribeiro Junior.

Todos os collegas hoje sobreviventes ainda se recordam com profunda magua de tão funebre desastre.

Esse moço, desaparecido aos vinte annos, fôra o mais notavel estudante do seu grupo academico, senão pelo seu grande talento e capacidade, ao menos pela indomavel tenacidade com que se dedicava ao trabalho.

Basta lembrar que Joaquim Vidal consumia doze horas do seu afanoso dia, em constante laborar na mêsá de estudante.

A sua memoria, por muitos e legitimos titulos, merece mais algumas referencias justissimas, que irão certamente despertar, nos seus bons

companheiros daquelles tempos, a inconfundivel recordação do moço illustre, do sereno e meigo collega que tinha para todos um carinho empolgante e uma compostura de affabilidade que já mais desaparecia.

Não foi sómente na Academia que brilhou como estrella de primeira grandeza aquelle infortunado joven.

Na imprensa, alistado nas fileiras do partido liberal, elle escreveu longamente, publicando, por vezes, séries brilhantes de artigos de doutrinação politica, em folhas do Rio, e em S. Paulo, no jornal dirigido, naquelle tempo, pelo conselheiro Bento de Paula Sousa.

Já nas férias do 2.^o anno, Joaquim Vidal havia publicado, na Côrte, um romance ligeiro, mas cujo entrecho e descripção de caracteres havia inspirado um magnifico acolhimento. Esse trabalho literario teve o nome de *Hellen* e pelo seu valor augurava para o joven estudante um bello futuro nas letras patrias.

Joaquim Vidal Junior tinha um pae extremoso, que foi o Barão de Itamarandiba, hoje fallecido, e que via no auspicioso porvir do amado filho um mundo de glorias e de conquistas intellectuaes.

Possuidor de grande fortuna, o bom velho cercava o estudante do maior conforto, pondo á

ua disposição ordens francas junto do seu correspondente em S. Paulo.

No entretanto, Vidal era modestissimo, e só uma solicitação importante fizera ao pae.

Desejando possuir uma livraria de primeira ordem e conhecendo as relações d'elle com o eminente professor conselheiro Ribas, pediu-lhe obtivesse dêste uma relação completa de todos os mais auctorizados tratadistas de Direito e melhores literatos. Conseguida essa judiciosa selecção, seu pae lhe mandasse vir da Europa a esplendida bibliotheca indicada.

É excusado accrescentar que o pedido do estudioso joven foi de ponto em ponto, e com sincero gaudio, satisfeito pelo pae, á custa em-pora de alguns pares de contos de réis.

Após, por occasião do rude golpe que sofreu, fôra essa bella livraria, por intermedio do estudante Sampaio Ferraz, intimo amigo do finado, offerecida, como lembrança dêste, á bibliotheca da Faculdade de S. Paulo, onde está constituindo uma secção magnifica, conhecida sob o nome de *Joaquim Vidal Junior*.

Essa mesma turma passou no seu terceiro anno, em 1876, por adversidades e revezes de outra natureza.

Toda a gente que estudou em S. Paulo até hoje se recorda da inexorabilidade do velho lente dr. Justino de Andrade.

Emerito professor de Direito Civil, disciplina que constituia o objecto da sua cadeira, o dr. Justino *estudava* os seus discipulos, e raros eram aquelles que conseguiam escapar de uma simplificação ou reprovação, quando, no entender do mestre, não apresentavam em aula provas de estudo e de bastante interesse pela materia.

Foi assim que, com grande magua para essa turma academica, se desgarraram della em 1876, reprovados no acto de Direito Civil, diversos bons companheiros, entre os quaes Manhães de Campos, Carmo Cintra, Santos Wernek, Felisberto Milagres, Assis Vieira e Fontoura Palmeiro.

Este *naufragio* produziu, além de muita pena, grande impressão no espirito colectivo dos que delle se salvaram...

O estudo recrudesceu e os costumes melhoraram do terceiro anno em deante, se bem que, a respeito dêste ultimo ponto, póde-se dizer que se assignalava como exemplar a turma que ora nos occupa; era uma turma de gente séria, de habitos *quasi* burguezes.

Em 1875, uma companhia lyrica, que tinha como estrellas a Cortesi e a Pezzoli, trouxe modificações aos habitos da rapaziada. Foi substituido o chapéo molle pela cartola, e sobre a cervejaria do Jacob predominou o Café Europeu.

Nesse quinquennio, accentuou-se a divisão da Academia em agremiações políticas, tendo cada uma o seu club e o seu órgão na imprensa. A *Reacção*, O *Constitucional* e A *Republica* defendiam com calor as suas ideias; e os seus redactores davam-se reciprocas alfinetadas, como posteriormente continuaram alguns a fazer cá fóra. Cada jornal tinha a sua secção apimentada, e esse era, como até hoje, o maior attractivo para a generalidade dos leitores.

Foram redactores da *Reacção*, entre outros, E. Leão Bourroul, Sylva Filho e João Mendes.

Do *Constitucional* faziam parte Alfredo Rocha, Carlos França e Tristão da Fonseca.

Do *Liberal*, fundado em 1877, foi nesse anno principal redactor Esperidião E. de Barros Pimentel, e em 1878 França Vianna e Julio Ottoni. Eram seus collaboradores Sinimbú Junior, José Queiroz, Wenceslau Escobar e Luiz Albino Barbosa de Oliveira.

A *Republica* teve como redactor-chefe em 1877 Lucio de Mendonça, e em 1878 Pedro Paulo do Amaral.

Além disso, tentou-se reviver a *Imprensa Academica*, que com o nome de *Academia de S. Paulo* teve ephemera duração. Foi seu redactor-chefe Antonio Tiburcio Figueira.

Appareceram varios outros jornaes de agremiações diversas, entre elles o *Lábaro* e a *Con-*

sciencia, organ *précieux* de Fernandes da Cunha Filho, Magalhães Castro e outros.

Viçava tambem a mania oratoria. Os *copos d'agua* do conselheiro Leoncio, que naquelle tempo começava a sua carreira politica, e as manifestações á Cortesi forneceram propicio ensejo para as exhibições e os ensaios.

Era tal o abuso dos tropos e outras figuras de rhetorica que um orador num dos arroubos de eloquencia chegou a qualificar a Cortesi de *Diva divina!*

Antes de passarmos á chronica analytica da turma, daremos a relação dos lentes que computaram o corpo docente dêsse quinquennio :

Primeiro anno — Direito Romano, dr. Sá e Benevides ;

Direito Natural, conselheiro Leoncio de Carvalho.

Segundo anno — Direito Ecclesiastico, conselheiro Martim Francisco ;

Direito Publico, conselheiro Leoncio de Carvalho.

Terceiro anno — Direito Civil, dr. Justino de Andrade.

Direito Criminal, conselheiro José Bonifacio.

Quarto anno — Direito Civil, dr. Justino de Andrade.

Direito Commercial, dr. Antonio Carlos.

Quinto anno — Processo Civil e Criminal e Praxe Forense, o Barão de Ramalho;
Economia Politica, conselheiro Carrão;
Direito Administrativo, conselheiro Furtado de Mendonça.

Dêsse notavel grupo de provectoros professores nenhum hoje existe.

O conselheiro Leoncio, o ultimo que a morte arrebatou, em fevereiro do corrente anno, era director de uma das Faculdades Livres de Direito, do Rio de Janeiro.

Passemos agora, baseados nos dados que de diversas fontes haurimos, á resenha da turma academica, bacharelada no anno de 1878.

Como de estylo, observaremos a ordem alphabetica.

ADOLPHO ACCIOLI WANDERLEY — Pernambucano (¹); filho de Sebastião Antonio Accioli.

Era homem feito, mais que simples adolescente, quando, já no terceiro anno, veio a S. Paulo completar o seu curso juridico. Alto, claro, olhos

(¹) Informações de collegas dão-no como filho da Bahia; entretanto, da relação dos bachareis formados em 1878 consta que elle é natural de Pernambuco.

Inclino me a acreditar (e seria solução conciliatoria) que elle é nascido em Pernambuco, mas de origem bahiana. Os Wanderley, a cuja estirpe pertence o inclito Barão de Cotegipe, são, como se sabe, uma familia bahiana, das margens do S. Francisco.

expressivos, bigodes e suissas á ingleza, espessos e bem cuidados. Trajava bem.

Estudante regular, pouco expansivo, ligando-se mais com os collegas nortistas.

Depois de formado, voltou á Bahia, onde, consta, seguiu a carreira da magistratura.

ADOLPHO FREDERICO TOURINHO — Bahiano; filho de José Vicente Gonçalves Tourinho.

Alto, esguio, muito louro, cabellos crespos, ligeiro buço lhe sombreava o rosto. Bastante myope, usava elegante *pince-nez* de ouro. Apurado no trajar.

Estudante intelligente e applicado. Como o precedente, consta que seguiu a magistratura, no Estado da Bahia.

ALFREDO AUGUSTO DA ROCHA — Mineiro, nascido em Baependy, em 1854; filho do desembargador Antonio Candido da Rocha, de quem já nos occupámos, quando escrevemos sobre a turma de 1841-45.

De estatura regular, claro, louro, olhos azues, escassos bigodes, barba em costelletas. Depois, deixou-a crescer, discretamente. Usava monoculo quadrado, o que lhe dava ao primeiro aspecto um ar petulante. O seu trato, porém, era amabilissimo e aquella primeira impressão desfazia-se logo, substituida por attrahente sympathia.

Desde os seus estudos secundarios procurava, em consequencia do seu precoce desenvolvimento intellectual e moral, as rodas dos mais adeantados. Assim, quando estudante de preparatorios, hobreava com os *cursistas*, nas associações, na imprensa, nos theatros e em todas as diversões, «o bicho Rocha», como lhe chamavam. Matriculado na Academia, a todos os collegas tratava com affabilidade e era de todos estimado, por seu temperamento jovial e prazenteiro e sua physionomia aberta e sympathica, principalmente depois que sacrificou o tal monoculo quadrado e... petulante.

Era muito dado á politica e a estudos philosophicos.

Em politica, ardia de enthusiasmo pela doutrina conservadora; em philosophia, apesar das suas tendencias epicuristas, embrenhava-se nas escuras neblinas ou na luminosa videncia (como prefira o leitor) de Swedemborg, Martinez de Pasqually, João Reynaud e outros.

O seu character expansivo fazia-o apaixonado pela discussão. Falava com calor, argumentando sempre com a maior sinceridade.

No seu primeiro anno, em certa occasião, com grande extranheza de um sacerdote, seu interlocutor, sustentou o Alfredo Rocha — que os animaes irracionaes... teem alma.

Essa opinião ecoou pelas arcadas da Academia, e, apesar da tolerancia da mocidade, provocou estranheza aos positivistas, aos scepticos, aos materialistas, aos catholicos e o riso dos ignorantes.

O peor foi, porém, que, no primeiro dia subsequente de *trotte* (dizia-se então — *vaías*), quizeram alguns veteranos castigar o caloiro philosopho, obrigando-o a abraçar um canito. O Alfredo Rocha revoltou-se:

— Isso, não! Abraçar cachorro, não!!!

— Mas não é teu semelhante, caloiro?! Pois elle não tem alma?!

— Tem, sim, mas tambem tem pulgas.

Dissemos que *era* epicurista o Alfredo Rocha. Sim, porque hoje, apesar da curva abdominal que lhe deturpa a figura romantica de outróra, apostaríamos que elle é antes dyspeptico do que *gourmet*. E são coisas incompativeis.

Sob outros pontos de vista, é natural que o mesmo tenha acontecido e que elle, presentemente, já não disponha das mesmas disposições physicas, outróra exuberantes.

É mesmo assim este mundo terrestre, onde

...les plus belles choses
ont le pire destin!

Voltemos, porém, á narração de um episodio que nos está a cahir do bico da penna.

Tinha o Alfredo uma namorada. Elle teve-as em grande numero, não simultanea, mas successivamente. Valha a verdade. Era esta uma gentil e innocente menina, filha de uma modista franceza de sensacional corpulencia.

A mocinha, entretanto, era esbelta, e, como dissemos, gentilissima.

Depois de alizar em continua peregrinação breve trecho da Rua da Imperatriz, conseguiu o nosso Romeu communicar ao coração da sua Julieta o fogo da paixão que lhe incendiava a alma.

Esta respondeu-lhe num bilhete, adoravel de ingenuidade e de erros de orthographia.

O Alfredo, que sempre teve bom coração, commoveu-se profundamente e deu por findo o idyllio amoroso.

Desta vez, o lobo teve dó da innocente ovelhinha. E o conquistador, rendida a praça, por generoso não penetrou nella.

Por outra paixão mais séria e menos ephemera foi elle atormentado nos ultimos annos da sua quadra academica. E era *pour le bon motif*.

Esta, porém, ainda que talvez correspondida platonicamente, ficou sem o seu natural seguimento, unicamente porque... assim estava escripto pois, como diz o vulgo, sem grammatica mas com muita convicção fatalista:

Casamento e mortalha
No céo se talha.

Poderá arguir-nos alguém por estas indiscreções.

Bem venial, porém, seria o nosso peccado : primeiramente, porque não fizemos referencia expressa a quem quer que seja, mas vago esboço de um sonho que se esvaeceu em longinquo passado; em segundo lugar, porque, ora, adeus! dêsses episodios romanticos, ou dêsses poemetos da quadra academica, triste do circumspecto burguez de hoje, que, tendo bebido na mocidade os ares vivificadores da Paulicéa, não possa mencionar algum em que tenha sido heroe ou voluntaria victima! Quem não conserva nos recessos da memoria um nome querido e uma risonha imagem aureolada de poesia, nympha ou sylphide, Virginia ou Phryné, cuja vaga recordação, de espaço acode saudosa no perpassar da existencia?...

Estas doces sensações d'alma em nada prejudicam os deveres, mesmo subjectivos, do exemplar esposo e do carinhoso pae que evoluem, ao sol do mundo real, da auspiciosa crysalida de luz que é a vida academica.

Sem energia para superar os obstaculos que lhe contrariavam a inclinação natural, a joven a quem alludimos pedia em tom sentimental ao Alfredo — que se esquecesse della. Era um cadaver ambulante!

— Esquecêl-a!!! Como poderei?? Ao contrario, hei de ser constante... Este amor é eterno!

— Excusada persistencia !

— Vencerei a sua indecisão. Ha de ver. Agua molle em pedra dura...

— ... Pode bater que não fura !

Concluiu ella, truncando o adagio. Elle sorriu tristemente, ella córou.

Já dissemos que o Alfredo Rocha era... perdão, ainda é, muito sympathico.

Pois, bem: esse predicado, concretamente indefinivel mas de incontestavel realidade, deu occasião uma vez a um conceito amphibologico, de que elle não pediu explicações.

Um amigo do dr. Rocha apresentava-o a um fazendeiro em cidade do interior dêste Estado.

Este, muito jocoso, depois dos cumprimentos banaes de méra cortezia que nessas occasiões se pronunciam, accrescentou em aparte, a meia voz:

— Que ladrão sympathico !

O dr. Rocha ouviu e... sorriu de satisfação.

Noutra occasião, foi elle tambem objecto de uma apreciação do mesmo modo ambigua, mas, por fim, acceita como innócua, ainda que com a restricção — mal comparando.

Desta feita, a sentença cahiu dos labios gentis de uma espirituosa menina, a quem elle era apresentado ao lusco fusco,

Perguntou-lhe alguém :

— Então, Sinhazinha, bonito ou feio?

— Á noite, todos os gatos são pardos — respondeu ella.

Esse dicto, innocente reproducção de um adagio, deu logar a muita intriga espirituosa: simulado cavaco de uma parte, de outra explicações, desculpas, etc.

Bom pretexto para muito *flirt*.

Pouco depois da formatura, o dr. Alfredo Rocha exerceu a advocacia na cidade de Brotas; mudou-se posteriormente para S. Paulo, onde permaneceu até 1883. Veiu, então, para o Rio, e nesse fôro advogou até 1886.

Em maio dêsse anno, foi pelo governo Cotegipe, sendo ministro da Agricultura o conselheiro Antonio Prado, nomeado chefe de secção da Directoria de Commercio, da qual era director o Barão de Guimarães.

Foi então um dos officiaes do gabinete daquelle preclaro ministro, até dezembro de 1888, quando se viu promovido a director da Directoria da Agricultura. Nesse logar permaneceu até janeiro de 1890, quando o exonerou o ministro Demetrio Ribeirc, por suspeito ao regimen republicano, que se iniciára, como se sabe, desde 15 de novembro do anno anterior.

O dr. Alfredo Rocha era então casado, em segundas nupcias, com uma das filhas do mare-

chal Visconde da Penha, que não adherira á Republica e se conservára fiel á familia imperial, que o contára sempre como amigo devotado. Dahi, a suspeita.

Entre parenthesis :

Comprehende-se que o dr. Alfredo Rocha, ainda que funcionario administrativo, não devia, como fez, mostrar-se pressuroso em adherir ao novo systema de governo. Não por obstaculo politico, mas motivo de ordem pessoal.

Elle pertencera, certamente, ao partido conservador e sempre se manifestou politico de cabeça alevantada. Filiava-se, entretanto, naquelle partido, á escola mais adeantada, á de Rio Branco, Antonio Prado, João Alfredo Duarte de Azevedo, Corrêa, Taunay, e, em esphera inferior, á do auctor desta chronica. A couraça conservadora não lhe reprimia assomos de amor ao progresso, á liberdade e á democracia.

Não lhe impunha, portanto, a consciencia, em nome da coherencia doutrinaria, o repudio da forma republicana, quando implantada, como foi no Brazil, pela evolução, pois, se assim não fosse, jámais teria triumphado na Capital do Imperio e em todo este vasto Brazil a incruenta revolução de 15 de novembro.

Sobre o espirito, ou, antes, sobre o bondoso coração de Alfredo Rocha, pesava razão ou impressão de melindre pessoal. Eram as suas relações de affinidade numa respeitavel familia esti-

mada e affeiçãoada no Paço Imperial e o particular affecto que a sua esposa devotava a princeza D. Isabel.

Fecha-se o parenthesis.

O dr. Alfredo Rocha acompanhou o sogro quando, em 1890, com toda a familia se retirou para a Europa; de lá voltou viuvo, em dezembro de 1894.

Em 1895, fez-se fazendeiro de café no municipio de Jahú.

Em 1900 deixou a lavoura e no anno seguinte voltou a advogar no Rio de Janeiro.

Sob a presidencia da Republica do conselheiro Rodrigues Alves, o dr. Alfredo Rocha foi nomeado, por decreto de 7 de maio de 1904, para o logar de director geral da Imprensa Nacional.

Dêsse logar, em 1910, sob a presidencia do dr. Nilo Peçanha, foi transferido para o logar, que acabava de ser creado, de chefe da Directoria do Patrimonio do Estado.

Em 1905, o então ministro da Fazenda, dr. Leopoldo de Bulhões, encarregou-o, em commissão, de estudar a reorganização das Caixas Economicas. Dessa commissão tambem fizeram parte os deputados federaes Anisio de Abreu, Pandiá Calogeras, Ignacio Tosta e Teixeira Brandão.

Casou-se em primeiras nupcias, em 1879, com D. Maria Carolina Alves Pereira, filha do

commendador Bento José Alves Pereira, de S. Paulo, tendo dêsse consorcio um filho, Alvaro Rocha, engenheiro agronomo pela Escola Polytechnica de S. Paulo; em segundas nupcias, com D. Maria Amalia da Fonseca Costa, filha do marechal Visconde da Penha, fallecida em Paris; em terceiras nupcias, com sua sobrinha D. Maria do Carmo da Rocha Gomes, de cujo enlace tem cinco filhos menores.

O dr. Alfredo Rocha é membro correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e tem dado á publicidade, além de innumeros artigos em jornaes e revistas, as seguintes obras:

— *Memoria sobre as Caixas Economicas*, 1906;

— *Parecer e Projecto em separado sobre as reformas das Caixas Economicas*, 1906;

— *As Caixas Economicas e o Credito Agricola* (1.º vol.) 1906.

ANTONIO JOAQUIM BARBOSA DA SILVA — Mineiro, natural de Ouro Preto; filho do desembargador Quintiliano José da Silva, a quem já nos referimos na chronica da turma academica formada em 1832.

Alto, espadaúdo, moreno claro, quasi imberbe, com ligeiro buço negro a sombrear-lhe o labio superior; fronte espaçosa e ampla, olhos

brilhantes, perpetuo sorriso sardonico, deixando entrever dentes miudos. Toda a sua physionomia revelava talento e capacidade.

Intelligente, espirituoso e sarcastico. Uma das primeiras figuras do anno. Ainda que estudioso, achava tempo para ir saborear os afamados bifés do Fischer, a cerveja do Jacob e apreciar as apraziveis excursões á Ponte Grande. ⁽¹⁾

Era notavel a sua mordacidade, e como frequentemente os dictos espirituosos vão adubados com alguma pimenta, quando a veia satirica do Barbosa da Silva victimava algum collega, por vezes lhe creava, da mesma cajadada, um desafecto.

Dahi, uma certa desconfiança das suas expansões amistosas. Jámais se sabia se elle falava sério ou brincando.

(1) O Fischer era o proprietario da *Sereia Paulista*, casa de banhos e bar, no Largo de S. Bento, e que se extendia da esquina da Rua do mesmo nome até á da Rua de S. José, hoje Libero Badaró, predio assobradado, substituido presentemente por grande sobrado de dois andares, que tem sido hotel, e, durante certo tempo, Policia Central.

O Fischer, de nacionalidade hungara, importador de vinho Tokai e outros, era um typo interessante e muito apreciado dos estudantes. Não o eram menos os seus bifés a Leypsic, ou, como se dizia, «bifés á cavallon».

Tomando ao pé da letra uma expressão metaphorica, elle não tolerava que na sua casa alguém *falasse mais alto* que elle. Scientes disso, os estudantes, sempre trocistas, elevavam propositalmente o diapasão, mais que de commum, ao dirigirem-lhe a palavra. Fiel ao seu systema, o Fischer respondia mais alto ainda; o interlocutor replicava, cobrindo-lhe a voz, e elle alteava ainda mais a sua, tra-

Desde a Academia, filiára-se na phalange liberal, e, dentre os chefes dêsse partido, votava particular affecto e ardente admiração ao Visconde de Ouro Preto, ou, antes, sem anachronismo, ao conselheiro Affonso Celso.

Ao sahir da Academia, teve logo uma nomeação de promotor publico, em sua provincia natal.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1884-85, 1886-87 e 1888-89, conseguindo sempre posição de destaque, sem se desfazer da sua temivel e temida mordacidade.

Sob o ministerio Ouro Preto, foi nomeado director geral da Secretaria da Marinha, e, logo após, agraciado com o titulo de Conselho.

Com a proclamação da Republica, o dr. Bar-

vando-se então berreiro ensurdecador sem objecto que justificasse a celeuma: isto com verdadeiro gaudio do rapazio.

Quanto ao Jacob, ou Jacob Friederiks, era tambem um dos typos populares daquella época, e tradicional na chronica academica. Tinha *bar* e confeitaria na Rua Direita, num predio, já substituido, velho e pequeno sobrado. O andar terreo era de pequena elevação, pouco arejado e bastante sombrio. Tinha a casa algumas especialidades, entre as quaes — o melhor presunto afiambrado, boa cerveja em *chops*, e excellentes *sandwichs*.

O Jacob accumulava as funcções de patrão, gerente, e *maitre d'hotel*. Homem bom e de facil accesso, muito se acamaradava com os estudantes, emprestava-lhes dinheiro ou abria-lhes conta na casa, não se tendo livrado de alguns calotes. Sabemos de uma transacção dessas em que elle veio a perder uns pares de contos de réis. Foi successivamente arrendatario do botequim do Jardim Publico, da Ilha dos Amores, e, por ultimo, do Parque do Ypiranga. Deixou filhos, que ainda vivem e prosperam no commercio paulistano.

bosa da Silva acompanhou o seu illustre chefe, afastando-se, como elle, da politica militante.

Dedicou-se, então, á advocacia, primeiramente na Capital Federal, e, depois, no seu Estado natal, onde ainda a exerce nobremente.



CAPITULO X

A turma academica de 1874-78



PARTE SEGUNDA

Muniz de Sousa — O seu retrato — A sua vida academica — Valente republicano — Na Assembleia Provincial — Culminancia e declinio — Dados biographicos — Carlos França — Original, mas talentoso; erudito e distincto — Apurado *causeur* — Alma bondosa — Appellido irreverente — Vêzos e virtudes — Uma troça dos collegas — Outra, menos espirituosa — No jornalismo — No magisterio — Sempre celibatario — Prematuro passamento — Carlos Aranha — Na Academia — Na vida pratica — Frederico França — Fernando Pacheco — Veterano — Inteligente, mas exquisito — Prodigios de gastronomia — Seu typo physico e moral — Aventura mallograda — Episodios caracteristicos — Depois da formatura — Sousa e Mello — Continentino.



ANTONIO MUNIZ DE SOUSA. — Paulista, nascido nesta capital, em 1855; filho do capitão Domingos José de Sousa.

De pequena estatura, face clara e corada, cutis delicada, cabellos e ligeiro buço aloirados, olhos azues de uma limpidez magnifica e com essa humidade oleosa que se destaca nas grandes

mentalidades. Doce e perenne sorriso nos labios, por entre os quaes fulguravam duas carreiras de perolas alvissimas.

Muniz realiza um verdadeiro typo de rapaz bonito, antes, porém, effeminado que varonil. Isto, sómente quanto ao physico, pois no moral era de espirito alevantado, se bem que jovial e communicativo. Palavra facil e de uma fluencia encantadora. Nelle se podia divisar uma das figuras mais suggestivas e queridas da Academia naquelle tempo.

Dialectico apuradissimo, sem o menor esforço, a tribuna seduzia-o, onde quer que ella se levantasse, nos clubs, nas associações, nas festas, nas patriotadas, na praça publica.

Ao matricular-se no Curso Juridico, em 1874, tinha já sido *ouvinte* no anno anterior. Conhecendo a tachygraphia, encarregou-se de tomar as apostilhas da aula de Direito Romano, as quaes, depois de litographadas pelo Jules Martin, ⁽¹⁾

(1) O Jules Martin, a principio, desenhista, pintor, depois lithographo, era estabelecido, primeiramente, na Rua da Boa Vista, num predio, que já não existe, mais ou menos onde hoje se levanta o *Hotel da Bella Vista*; mudou-se, depois, para a Rua de S. Bento, num casebro, de muito fundo, substituido posteriormente pelo palacete onde esteve installada, por algum tempo, a *Rotisserie Sportsman*, e agora o *Majestic Hotel*.

Jules Martin era francez e artista, no sangue, no typo e até na cabelleira basta e crescida. Posto que estrangeiro, affeição-se

eram distribuidas aos collegas na alfaiataria do Cruz. ⁽¹⁾

Era frequentador do Jacob, do Fischer, do Levy, do *Café Europeu* e da *Ilha dos Amores*; não deixava, comtudo, de fazer boa figura nas aulas, tal a ductilidade e agudez do seu talento. Para acompanhar a moda, affectava maior vadiação que a real. Cedia assim á mania da época: ser intelligente e *fazer figura* — sem estudar.

Ainda na Academia, já Muniz de Sousa era republicano ardoroso e do coração.

Depois de formado, foi advogar na cidade do Amparo, nos tempos da propaganda republicana, em que alli fulgurava o civismo de Bernardino de Campos.

Nesse florescente centro agricola, fez Muniz de Sousa as suas primeiras armas nos prélios da politica, e viu-se eleito deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, em plena monarchia.

Está na memoria de todos o papel saliente

muito ás coisas paulistas. Foi o auctor e ardente paladino do projecto da construcção do Viaducto do Chá, hoje uma das bellozas do moderno S. Paulo.

(¹) O Cruz, ou José Dias da Cruz Junior, era portuguez, cremos que naturalizado brasileiro, e casado em familia paulistana, a saber, com uma irman do dr. Victorino Caetano de Brito. Teve, de facto, alfaiataria no Largo do Thesouro, esquina da Rua da Imperatriz, no predio hoje occupado pelo Café Americano. Mais tarde, por occasião da febre do *ensilhamento*, em 1890-91, envolveu-se em empresas industriaes e ganhou muito, perdendo em seguida tudo ou quasi tudo, como aconteceu a muita gente boa.

que então representou no biennio legislativo de 1884-85.

Fôra eleito pelo setimo districto, juntamente com o Gabriel Piza, da chapa republicana, José Alves dos Santos, conservador, e Carlos Norberto de Sousa Aranha, liberal.

A phalange republicana compunha-se, alem de Muniz de Sousa e Gabriel Piza, dos intemperatos representantes Moraes Barros e Martinho Prado Junior, este pelo nono, aquelle pelo oitavo districtos.

Era, como se vê dêsses quatro nomes, reduzida mas brilhante a representação republicana na Assembleia Provincial de S. Paulo naquelle biennio. Difficilimo fôra classificar pela ordem do merecimento esse quarteto parlamentar. Cada qual se salientou dos outros por um predicado particular e merecia assim o primeiro logar. Martinho Prado Junior, o mais ardente, era o verbo eloquente e inflammado que sublevava contra a monarchia as paixões populares; Gabriel Piza, o de maior cultura scientifica, era a dialectica serena mas inflexivel, a logica positivista, impressionando pela moderação as classes conservadoras; Moraes Barros, espirito alevantado, palavra incisiva e dominadora, inexcedivel coragem civica; Muniz de Sousa, finalmente, o Benjamim daquelle grupo fraternal, sem o ascendente moral dos seus companheiros, devido ao verdor dos annos, tinha entretanto a vantagem de reunir to-

dos os predicados que lhe davam proeminencia, — a eloquencia arrebatada de Martinico, o vigor de argumentação de Gabriel Piza e as apostrophes intemeratas e ferinas de Moraes Barros.

Depois de proclamada a Republica, é doloroso dizer-se, quiz a fatalidade que empallidecesse aquelle astro tão resplendente e promissor.

Muniz de Sousa foi pouco a pouco perdendo terreno.

Todavia, ainda assim, foi eleito vereador da Camara Municipal de S. Paulo e desempenhou com bastante civismo esse mandato popular. O declinio, porém, continuava.

Por ultimo, extremamente desgostoso da politica, só tinha para ella e para os seus pró-homens referencias pungentes, expendidas em queixas amargas contra tudo e contra todos.

Em seu desalento, tornava-se pessimista e misanthropo.

Percebia-se com profunda magua que caminhava em gradual decadencia o seu espirito, cuja luz vivissima diariamente se amortecia, vivendo só das bellas recordações de fulgurante passado...

Moço ainda, aquella mesma inexoravel fatalidade que lhe deprimia o espirito e lhe roubava o glorioso futuro, arrebatou-o para o seio da morte, orvalhando de lagrimas o Estado que lhe foi berço.

Finou-se o dr. Muniz de Sousa, nesta cidade, no dia 16 de janeiro de 1909.

Era casado com D. Paulina Muniz de Sousa, filha do fallecido dr. Theodoro Reichert, antigo e conhecido clinico, desde longos annos estabelecido em S. Paulo e muito relacionado na familia paulista.

O dr. Muniz deixou viuva e seis filhos, dr. Brenno Muniz de Sousa, distincto medico, Cassio, Mauro, Linneo, Alcindo, Aglae e Paula.

CARLOS FERREIRA FRANÇA. — Paulista; filho de Carlos Ferreira França. Bacharel do Collegio de D. Pedro II, trouxera para S. Paulo o preparatorio litterario commum a todos os estudantes que teem cursado aquelle acreditado instituto de ensino, ao qual se acha indissoluvelmente ligado o nome do segundo imperador.

Carlos França era tão talentoso quanto erudito e bom.

Apreciando festas e reuniões mais do que os livros de Direito, foi, entretanto, um dos estudantes de nota e acompanhou, quasi na mesma linha, as primeiras figuras do anno.

Foi caracteristicamente um rapaz original e exotico.

Delgado de corpo, bastante claro, a sua cutis côr de leite ensombrava-se por uma barba castanha cerrada, que usava á ingleza, resplendendo

de brilhantina Lubin; cabellos rectilinearmente divididos ao centro, terminando em duas pastilhas muito lisas e irreprehensíveis, que jámais se amarfalhavam á pressão do chapéu, á força de cosmetico.

Vestia-se elegantemente, trajando costumes de gosto e trabalhados pelas melhores tesouras da Côte.

A qualidade primordial do França estava no encantamento e na variedade sem limites da sua conversação.

Era o mais fino e apurado *causeur* daquelle tempo.

Não havia assumpto que lhe fosse desconhecido. Tanto entendia de literatura como de culinaria.

Commentava Balzac e Zola com tanta segurança e *aplomb* como, em circulo de moças bonitas, fazia a critica detalhada dos melhores *corsets* ou das mais novas *guipures*.

Se, nas *soirées* de familia, que frequentava habitualmente, vinham as bondosas matronas paulistas a tratar de algum guizado escolhido e dos seus respectivos condimentos, o *Bacharel*, como lhe chamavam os collegas, não pestanejava, e fazia, alli mesmo, até noite alta, uma adequada prelecção sobre o caso, expondo de chofre o numero de camarões, a dóse de azeite, a quantidade de manteiga, que especie de alface—deve-

riam compor uma boa *mayonnaise*, ou, em minúcias infindas, qual o processo melhor de assar um bolo de forno...

Palrava sobre tudo e sobre todas as coisas com um ar de affectada solennidade, que muitas vezes o assumpto não comportava.

A sua linha de soberana gravidade mantinha-se identica recommendando á lavadeira o lustro dos collarinhos ou entrincheirando-se em argumentos admiraveis na mais arrevezada polemica, no seio de uma associação literaria.

Conversando sempre, desde pela manhan até... franca madrugada, interminavelmente, sem um signal de fadiga, imperterrito e invencivel, tinha gestos medidos, palavras rebuscadas, um tom dogmatico que lhe dava á *pose* habitual uns ares de prégador que doutrinava crentes da sua fé, apontando-lhes as veredas da vida.

Mas, quanta alma e quanto coração!

França era a bonhomia de character, até ao extremo da ingenuidade; a meiguice do trato, até ao excesso da passividade.

Dahi, as troças innarraveis com as quaes o perseguiram desde a Academia, e o *sobriquet* um tanto desrespeitoso que o acompanhou para sempre em toda a sua breve e brilhante existencia.

Sem offensa á sua saudosissima memoria, tornaremos conhecida a injusta alcunha.

Bacharel Cacête — era o nome intempestivo que lhe davam os academicos da época, quem sabe se dominados, muitos delles, pela incontestavel superioridade daquelle formoso espirito, servido por erudição que se impunha.

Carlos França tinha pelo asseio um culto que ia até ao exaggero.

Gostava de viver sósinho, num dos quartos da *republica*, para evitar as pontas dos cigarros hostis, as salivas desattenciosas e o desbragado *communismo* dos companheiros de casa.

De uma feita, penetrando no aposento delle, arrancaram alguns travessos collegas todas as cabeças dos phosphoros existentes sobre o creado-mudo, e, ao mesmo tempo, substituíram com geífo por um prégo o pavio da véla.

Chega o França á *republica*, tarde da noite, como de costume, e, sendo muito myope, toma dos phosphoros e vae-os riscando um por um, sem o menor resultado. Prevendo algum gracejo, desperta o famulo e consegue nova caixa de phosphoros.

Desta vez, accende-os successivamente e applica-os, sem exito, sobre o intemerato pavio. Descobriu, afinal, a boa pilheria...

Noutra occasião, os companheiros, que aliás o estimavam muitissimo, apanham uma infeliz

ébria, bastante enxovalhada, que dormia sobre a calçada proxima, e, com a maior cautela, transportam-na para a casa, deitando-a na cama do França.

Horas tardias, chega este das suas tradicionaes visitas e... imaginem o quadro unico e indescritivel daquelle encontro com a pobre creatura. Numa suprema angustia, perguntavalle o França, solennemente, em respeitosa attitude:

— Que explicação me dá, minha senhora, de tudo isto?! Vamos! Esclareça a situação, minha senhora! Explique-se!

A troça era, realmente, *un peu trop fort*, mas tudo perdoavam a longanimidade e o coração de ouro do bondoso França.

Depois de formado, dedicou-se Carlos França, por algum tempo, ás lides do jornalismo e revelou-se polemista de pulso nas luctas politicas. Conservador convencido, foi um auxiliar poderoso, na imprensa, dos reputados chefes daquelle partido, na Côrte, junto de Duque Estrada Teixeira, Ferreira Vianna e outros.

Sympathico ao Collegio D. Pedro II, onde havia iniciado a sua carreira escolar, alli entrou em concurso para a cadeira de Rhetorica e Literatura, e, com justiça, alcançou a nomeação.

Exerceu por muitos annos o magisterio, com

a mais brilhante competencia e reconhecida dedicação.

Era tão excessiva a sua bondade, que jamais reprovou um estudante. Conta-se até que, afastando-se um dia do Gymnasio, sem haver cumprimentado um dos seus discipulos, da rua voltára ao instituto para fazê-lo e desmanchar-se em explicações ao estudante.

Carlos Ferreira França sempre se conservou celibatario. Nunca houve, entretanto, um *charmeur* mais alegre e mais espirituoso nos salões do Rio de Janeiro.

Parecia que o seu coração lhe adivinhava o proximo desfecho de uma existencia que corra sem luctas, sem tempestades, mas sem o brilho e sem as culminancias a que faziam jus o seu talento de escól e o seu vasto preparo intellectual.

Minado por insidiosa arterio-sclerose, finou-se o França, no Rio de Janeiro, em meados de 1908, e acha-se sepultado no cemiterio de S. João Baptista, para onde o acompanharam as lagrimas sinceras dos collegas e dos numerosos amigos que contava na sociedade fluminense.

CARLOS NORBERTO DE SOUSA ARANHA. — Paulista, natural de Campinas; filho do commandador Manuel Carlos de Sousa Aranha, (depois Barão de Anhumas) de uma respeitavel

familia de abastados agricultores daquelle municipio.

Foi estudante applicado e sempre fez boa figura na Academia.

Character purissimo e de grande cordialidade para com os collegas.

Claro, alto, de barba castanha, rala em todo o rosto, era um rapaz sympathico, modesto e reservado.

Bacharelando-se, filiou-se logo no partido liberal, então no poder, e, dentro em breve, em 1884, alcançou a votação necessaria para uma cadeira de deputado provincial, pelo então setimo districto da Provincia de S. Paulo.

Nessa legislatura e na de 1885, o dr. Carlos Aranha foi eleito primeiro secretario da Assembleia Provincial, cargo esse que exerceu com a devida correcção.

Proclamada a Republica, retirou-se da arena politica, concentrando a sua actividade nos labores da agricultura e tambem, desde alguns annos, no desempenho de um dos logares de director da importante Companhia da Estrada de Ferro Mogyana.

Ainda quando estudante, cremos que no seu quinto anno, contrahiui matrimonio com uma prima sua, filha do coronel José Egydio de Sousa Aranha.

FREDERICO FERREIRA FRANÇA. — Bahiano; filho de Francisco Ferreira França e primo de Carlos França.

Estudante modesto, porém considerado entre os condiscipulos e pelos professores.

De estatura inferior á mediana, moreno, barba preta e cerrada, *soíças* incipientes, feição inexpressiva, Frederico França era reconcentrado e cercava-se apenas dos seus patricios da Bahia, do grupo que tinha vindo do Recife já com dois annos de curso naquella Faculdade.

É magistrado.

FERNANDO PACHECO DE VASCONCELLOS. — Paulista, natural de S. João de Capivary; filho de Salvador Nogueira de Vasconcellos.

Vinha de anno anterior, por ter interrompido o seu curso, pois se matriculára no primeiro anno em 1869 com a turma que se formou em 1873, e á qual pertenceram Bulhões Carvalho, Francisco Bernardino, Candido de Mendonça, Eduardo Durão, Campos Carvalho, Bulhões Jardim, Genuino Vidal Montenegro e outros, inclusive o auctor destas chronicas.

Tendo interrompido os estudos juridicos em 1871, sómente reatou o curso em 1876, matriculando-se no 3.^o anno e encorporando-se então na turma de que ora nos occupâmos.

Nesse longo intervallo de cinco annos andou elle peregrinando aqui e acolá e passou longo tempo nos Estados Unidos.

Bastante intelligente, eivado embora de algumas excentricidades, tinha o Fernando Pacheco muita lucidez na exposição e não pouco vigor na discussão dos assumptos juridicos. Entretanto, a sua exquiritice de maneiras e de costumes e o seu physico desgracioso como que lhe desvirtuavam o merecimento intellectual. Os accessorios sobrepujavam o principal... Quantas vezes isto aconteceu!

Suspeitoso, retrahido, neurasthenico, de invencivel acanhamento, vivia mais ou menos fóra do convivio academico — o que o tornava mais desconfiado ainda e um tanto misanthropo.

Gastronomo terrivel, mais de uma vez fôra forçado a pagar pensões duplas nos restaurantes em que tomava as refeições. Era grande comilão, principalmente de ovos, que lhe serviam, no minimo, uma duzia, nas ceias do *Café Europeu*.

Em resultado dêsses abusos de alimentação, veio a soffrer de uma dyspepsia nervosa tão profunda, que pouco a pouco o fez um vesanico com phases de franco desequilibrio mental, acompanhado de delirio de perseguição.

Era um typo acaboclado, de rosto magro

terminado por longo e grosso *cavaignac*; baixo, tronco reforçado e abdomen algo desenvolvido.

Usava *pince-nez*, prêso a vistoso trancelim de ouro. Trajava mal, por falta de elegancia, mas nunca dispensava magnifico chapéu de Chile.

Passeava sempre só e jámais convidava um collega ou amigo para os opiparos manjares que sybariticamente saboreava.

Era conhecido nas rodas academicas e extra-academicas pelo appellido *Panthera* ou *Fernando Panthera*.

Em certa época, estando o Fernando de Vasconcellos a cursar o seu primeiro anno, assentou de namorar uma menina, filha de uma lavadeira, residente á Rua de S. João, num casebre, hoje substituido pelo vistoso palacete que foi o do Salão Steinway e é hoje do Conservatorio Dramatico e Musical. Quasi em frente, em casa contigua ao palacete da familia Sousa Barros, hoje *Hotel Milano*, havia uma *republica* de estudantes...

Como se armam as coisas!

A mãe da Violeta (se é que devam ser *Violetas* as namoradas dos *Fernandos*) lavadeira dos estudantes vizinhos, tendo interceptado um *billet doux* endereçado á menina, entregou-o aos seus freguezes, e, a pedido delles, prometteu fazer o mesmo com os que fosse apprehendendo.

Collocadas as respostas apocryphas no ponto determinado pela primeira carta, travou-se assim interessante correspondencia entre o Fernando e os officiosos procuradores da sua namorada.

Dahi, a principio, troca de phrases poeticas e apaixonadas; depois, pedidos e exigencias reciprocas: pelo Fernando, de entrevista nocturna; pela menina, ou, antes, em nome della, doces e outros pequenos regalos.

Achavam os *veteranos* da mencionada *republica* que era uma audacia merecedora de castigo a pretensão do caloiro; por isso, não por um principio de moralidade, mas por amor á disciplina academica, convinha reprimir severamente aquelle atrevimento.

Compuzeram um conselho deliberativo, e, depois de propostos, discutidos e rejeitados varios alvitres mais ou menos crueis, como fossem sóvas de páu e outros analogos, prevaleceu o da solução pelo ridiculo. Na execução dêsse plano, tornaram-se caprichosas as exigencias de Violeta ou de alguém por ella. Ora, queria ver o Fernando passear a cavallo em horas e pontos determinados, ora lhe pedia versos, ora exigia que elle cortasse á escovinha a sua bella cabelleira negra.

A satisfação dêste desejo teria como premio o colloquio nocturno por elle suspirado e as consequentes emoções de tal entrevista.

Como resistir?

No dia seguinte, eram numerosas as interpe-
lações dos collegas:

— Que é isto, Fernando? Que lembrança foi
esta de *tosar* assim os teus cabellos?

— *Tosar*, vá elle.

— Mas, que foi isto?

Elle explicava, dizia a uns que o calor, a
outros que para prevenir a calvicie, etc.

Á hora aprazada da noite, encaminha-se á
Rua de S. João. Quando, no meio da ladeira, en-
frenta a casa onde suppunha ser esperado, eis
que repentina e estrepitosamente se abrem ao
mesmo tempo todas as janellas da *republica* fron-
teira, profusamente illuminada, acódem todos os
seus moradores e prorompem numa tremenda vaia,
cuja vozearia é entremeada com trechos amorosos
em prosa e em verso muito conhecidos do infeliz
namorado.

A proposito dos seus predicaos de Gargan-
tua, era elle o primeiro a fazer epigrammas contra
si mesmo.

Contam que, em certa noite, após um espe-
taculo de cavallinhos a que assistira, dirigiu-se
o Fernando a uma «casa de pasto», em certa ci-
dade do interior e pediu uma ceia.

A dona da hospedaria applicou toda a boa
vontade em satisfazer o pedido e fez servir uma
boa canja e mais alguns pratos de carnes e de
legumes.

O Fernando, num apice, deu cabo de todas as iguarias; depois, dirigindo-se ao creado:

— As *amostras* estão boas; agora, póde trazer-me a ceia.

A madama quasi desmaiou.

Quando elle almoçava ou jantava em casa de pessoa com quem tinha familiariedade e onde o serviço era feito á brasileira, se a dona da casa lhe recommendava certo guizado, elle respondia gracejando, mas talvez com sinceridade:

— Aceito, aceito, mas nada de delicadezas. Quero que me sirva com alguma selvageria...

— Selvageria?!

— Sim, prefiro a quantidade á qualidade.

E quando a pergunta era feita por outra fórma, e indagavam de que desejava servir-se, elle respondia que de tudo; e, de facto, fazia mais do que provar e petiscar de todos os pratos, comia realmente de tudo, assim como saboreava todos os doces e fructas, á sobremesa.

Depois da formatura, o dr. Fernando de Vasconcellos exerceu a promotoria publica em Ubatuba e depois o juizado municipal em S. Roque.

Findo o quatriennio do juizado municipal, veio para S. Paulo, e aqui, durante algum tempo, teve escriptorio de advocacia.

Entrou varias vezes em concurso para o

cargo de juiz de direito, e sempre revelou, nas provas dêsse exame, talento e cultura jurídica.

É fallecido ha cerca de dez annos.

FRANCISCO LUIZ SOARES DE SOUSA E MELLO — Fluminense, natural de Iguassú; filho do commendador Manuel Luiz de Sousa e Mello, portuguez, e, pelo lado materno, descendente da importante familia Soares, daquelle municipio.

Foi estudante applicado e tido como talentoso pelos collegas.

Muito pichoso na *toilette*, recebia toda a sua roupa da casa Raunier, da Côte, e sabia *trazêl-a*.

De estatura regular, feições correctas, claro, tez corada e pequeno bigode preto.

Gracejador e trocista, tinha, como o Barbosa da Silva, o vezo do sarcasmo e da satira contra os collegas.

Afóra isso, companheiro bondoso e alegre. Inseparavel amigo do Sinimbú Junior.

Foi promotor publico em sua provincia natal, e, após a proclamação da Republica, transladou-se para a Europa, onde vive, em Paris, dos seus pingues rendimentos.

Sousa e Mello é moço ainda. Tem a epiderme liza de joven, e, não obstante, ostenta hoje cabellos de neve e basto bigode branco, que lhe dá um tom fidalgo á physionomia... sempre satisfeita da vida.

Ao que se suppõe, uma só nuvem sombreia

aquelle céo limpido de venturas. É a ferocidade desta Republica, que elle jámais viu com bons olhos, em manter banida da patria a familia imperial, de cujos membros é fervoroso admirador e amigo.

Raramente vem ao Brazil, e, quando o faz, nunca se esquece de lamentar as decepções da Republica, que suppõe fadada ainda para maiores catastrophes!...

JOÃO PEREIRA DA SILVA CONTINENTINO — Fluminense, carioca; filho do conselheiro Manuel Pereira da Silva Continentino.

Seu pae fôra um medico popular no Rio de Janeiro: camarista e do corpo de saude do Paço Imperial.

De pequena estatura, imberbe, moreno claro, olhos garços, rosto redondo e cabellos castanhos.

Tinha a apparencia de muita juventude, que conserva até hoje.

Foi um dos bons estudantes do anno.

Aprazia-se em discutir philosophia, sustentando com grande ardor as theorias espiritalistas do tempo.

Foi, depois de formado, promotor publico em Barbacena e posteriormente juiz de direito em Goyaz.

Após a Republica, tem sido magistrado no Estado de Minas, onde se casou.

Exerce actualmente o cargo de juiz de direito

da comarca de Oliveira, que vem occupando ha longos annos.

É reputado um espirito altamente culto em assumptos juridicos e decide com grande competencia todas as questões affectas á sua illibada consciencia.

Ha pouco tempo, deu á publicidade uma boa obra de direito, na qual se póde verificar o seu raro preparo e a justeza com que sabe abordar a vasta materia da sua especialidade.





CAPITULO XI

A turma academica de 1874-78



PARTE TERCEIRA

Sinimbú Junior — Na Academia — Na vida publica — Sampaio Ferraz — Physico e moral — As vaías em 1874 — O seu casamento — Republicanismo intransigente — Promotoria publica da Côrte — Numa conferencia republicana — Testemunho de Silva Jardim — O «Correio do Povo» — Na Republica — Guerra á capoeiragem — «A Tribuna» — Attitude do chefe de policia — Desenlace fatal — Coronel honorario do Exercito — Dicto de Pellegrini — Nova série de serviços publicos — Pinheiro Machado — Na Academia — O general do futuro — Gostos e habitos de gaúcho — Ainda as vaías em 1874 — Duello a muque — Na propaganda republicana — Depois da Republica — De lança em riste — «O primeiro general do Brazil» — Incidente tragi-comico — Os vae-vens da politica — Na culminancia do poder



JOÃO LINS VIEIRA CANSANSÃO DE SINIMBÚ JUNIOR. — Natural do Rio Grande do Norte; filho do conselheiro Visconde de Sinimbú, chefe politico do partido liberal nos ultimos annos da monarchia.

- Sua familia é oriunda de Alagoas, mas parece que elle nasceu no Rio Grande do Norte,

pois é essa a declaração constante da relação dos bachareis archivada na Academia.

A sua intelligencia, clara e subtil, suppria com a vivacidade e os dotes naturaes o desamor dos livros massudos de direito.

Bonito moço, algum tanto adamado, de altura regular, face clara e corada, cutis finissima, cabellos castanhos penteados para traz, breve e delgado par de bigodinhos negros.

Educou-se na Inglaterra, de onde era natural sua mãe.

Trajava com esmero, e, embora não vivesse em companhia de collegas, era, todavia, bem-quisto nos circulos academicos.

Quando veio a S. Paulo matricular-se na Faculdade de Direito, contava dois annos de curso na Polytechnica do Rio.

Justamente no anno da sua formatura, abriam-se-lhe de par em par as portas de risonho futuro. Seu eminente pae havia inaugurado, a 5 de janeiro de 1878, a situação liberal.

Sinimbú Junior foi eleito deputado geral em duas legislaturas, e proferiu na Camara alguns discursos, que foram bem acolhidos.

Proclamada a Republica, afastou-se da politica e conservou-se por alguns annos na Europa.

Ultimamente, acha-se no Rio de Janeiro e tem escriptorio de advocacia.

JOÃO BAPTISTA DE SAMPAIO FERRAZ. — Paulista, natural de Campinas; filho de Joaquim de Sampaio Góes. (1)

Passou a infancia no municipio de Indaiatuba e fez em Itú os estudos preparatorios.

Estatura regular, esbelto, tez morena pallida de brasileiro, barba em projecto, cabellos castanhos, crescidos e levantados para fóra nas extremidades inferiores, sobre o collo, — o que lhe dava á physionomia uma expressão romantica.

Além da apreciavel vantagem de um physico elegante e sympathico, era favorecido com as vantagens, ainda superiores, de lucida intelligencia, espirito recto e character alevantado.

Certo, não morria sobre os livros; estudava, porém, *quantum satis*, para, com o auxilio da aguda intellectualidade, manter-se sempre, no conceito de lentes e collegas, entre os primeiros estudantes do anno.

(1) O dr. Sampaio Ferraz, que tão bondoso se mostrou para comnosco, proporcionando nos amplas e interessantissimas informações para a organização destas chronicas, relativas ao seu quinquennio academico, nenhum auxilio nos quiz prestar quanto á parte que lhe é pessoal. Mal conseguimos vencer a sua tenaz resistencia, para apenas extorquir do seu modesto retrahimento escassos e deficientissimos dados moramente chronológicos.

A desenvolvida noticia que conseguimos registrar aqui, mais que a outra pessoa, ha de surprehendê-lo e dar-lhe tratos á imaginação, se elle quizer atinar com a origem, tão segura, das nossas informações.

Em 1874, não sómente no principio do anno, mas durante quasi todo o periodo lectivo, recrudesceram as vaias contra os caloiros.

Por vezes, mesmo, como adeante veremos, occasionaram conflictos materiaes, pois nem sempre os caloiros teem paciencia angelica para supportar a maldade diabolica dos veteranos.

Ainda quando o *trote* não passa de mero vazerio mais ou menos deprimente e desaforado — *transeat*... Quando, porém, ás assuadas succedem vias de facto — então o caso passa ao tragico, e a caloirada cogita sériamente de solver a crise ameaçadora da sua integridade physica. Tem de optar entre a resistencia temeraria ou a prudente retirada.

O Sampaio Ferraz não se encontrou nessa collisão.

As vaias contra elle desencadeadas não passaram de innócuo alarido. Apupavam-lhe a côr do *paletot* — e não se ouviam, além das amenidades banaes — «caloiro», «burro», «ladraão de galinha» — senão «abacate, «caloiro abacate», em allusão a um casaco esverdeado de que elle usava.

Concluindo com successo o seu curso juridico, pouco tempo se conservou em Campinas.

Mudou-se logo para o Rio de Janeiro, onde contrahiou nupcias com uma filha do Barão de Itamarandiba, irman do seu mallogrado collega de anno e companheiro de casa, o talentoso Joaquim

Vidal Junior, de quem já nos occupámos na *Parte Primeira* das narrações referentes a este quinquennio.

Desde as lides academicas, muito agitadas então, manifestou-se fervoroso adepto da ideia republicana.

Embora quizesse dissimular as suas crenças politicas, não no poderia. O seu temperamento, não diremos impulsivo, mas expansivo, como o de Campos Salles, de quem é primo, não lho permitiria.

Era, pois, republicano militante, desde a quadra academica. Na vida publica continuou a professar abertamente as mesmas ideias.

Esse facto não obstou a que acceitasse, no ministerio Saraiva, em 1881, a nomeação de promotor publico da Côrte. A *Côrte* quer simplesmente dizer — o Rio de Janeiro. Era a expressão corrente da época, a principio empregada por metaphora, ou antes por synecdoche, desde a chegada de D. Maria I e do Principe Regente, depois D. João VI, em 1808; passou, depois, a terminologia legal.

É de sup pôr que aquella nomeação tenha sido obtida para Sampaio Ferraz pela influencia politica de seu sogro, altamente cotado no partido liberal, então no poder.

Entendiam, por outro lado, os propagandis-

tas republicanos que nenhuma incompatibilidade os inhabilitava a acceitarem da monarchia cargos publicos que não fossem de confiança politica.

Está é, na verdade, a boa doutrina, não raro observada, mesmo pelo governo, no regimen anterior e no actual. Os cargos publicos não pertencem aos governos: são, sim, nacionaes. Não constituem, portanto, prerogativa dos governistas: devem ser accessiveis a todos os cidadãos idoneos.

De 1881 a 1889, desempenhou Sampaio Ferraz com inexcédível zelo, independencia e brilhantismo, os arduos deveres do ministerio publico. Teve ensejo de medir-se na tribuna do jury com as summidades do nosso fôro criminal, deixando sempre em posição airoza a causa da justiça.

A policia fluminense, brutal então como ainda hoje, fôra accusada, com apparencia de justiça, de haver barbaramente espancado na prisão um infeliz, de nome Castro Malta, cuja morte occasionára, seguindo-se clandestina exhumação. Pelo menos, corria com insistencia essa fama.

A imprensa denunciou o crime, alvoroçou-se a opinião e o escandalo subiu ao auge.

Sampaio Ferraz requereu inquerito, exhumação e corpo de delicto e acompanhou solícito todas as phases do processo.

Em dezembro de 1888, achando-se no poder

o gabinete João Alfredo, ardente se tornára a agitação republicana.

Silva Jardim, desobediente á serena direcção de Quintino Bocayuva, havia apprehendido uma campanha politica, inspirada por outras normas, substituindo a prudencia e a feição conservadora até antes observadas pelos chefes republicanos, pelo fogo da paixão, pela diatribe violenta e pela repulsa, á mão armada, á repressão policial.

A esse tempo, formára-se no Rio a *Guarda Negra*, composta de homens de côr, com o programma ostensivo de oppor combate exterminador á agitação republicana.

A Silva Jardim não apavoraram taes ameaças; parece, ao contrario, que a imminencia do perigo mais lhe incitava o animo. Era imperterrito, e, como os martyres pregoeiros de grandes ideaes, ávido de dedicação e de sacrificio.

Annunciou uma conferencia popular no salão da *Société Française de Gymnastique*, na travessa da Barreira: lá compareceu e deu começo ao seu incendiado discurso.

Sampaio Ferraz estava presente.

Eis como o proprio Silva Jardim, nas suas *Memorias e Viagens*, descreve, com o seu estylo impressionista, a scena horrorosa e emocionante que então se seguiu:

«... Realmente sentia-se um grande rumor na rua. Os gritos chegavam até nós.

Subito, ouvimos o ruido dos projectis e dos tiros que lançavam contra a frente do edificio. Todos são prêsa de uma agitação enorme. Muitos correm para a entrada e para o andar superior, afim de repellirem os aggressores.

Estabelece-se uma luta horrivel, que dura cerca de uma hora.

Fechada a principal porta, um grupo defende-a dos esforços que faziam os aggressores para pô-la abaixo. Estes atiravam pedras e disparavam tiros. Por duas pequenas janellas lateraes, a modo de setteiras, os nossos respondiam não menos valentemente.

Conservei-me de pé, na tribuna, protestando não me retirar dalli, mau grado solicitações geraes em contrario. Tirei o meu revólver e dispuz-me a defender a vida com a liberdade de pensamento. Ahi fiquei para bem symbolizar esse direito: era alli que devia morrer, ou continuar a falar. De resto, era o melhor ponto para dirigir o combate. As pedras vinham cahir-me aos pés, e o ruido dos tiros chegava-me cada vez mais forte aos ouvidos.

Além de outros amigos, Barata Ribeiro estava a um lado, e Sampaio Ferraz a outro, dessa tribuna que, por alta, me expunha ao olhar geral. Um moço, empregado no commercio, subira-a e collocava-se a par de mim, declarando-se prompto a morrer alli em minha defêsa: tinha já um dedo ferido por uma bala, donde o sangue

corria fortemente. Um bravo estudante do Rio Grande do Sul estava ferido na testa; com uma das mãos amparava o sangue que gottejava e com a outra desfechava tiros. Luiz Pires gritava como um louco, por não ter mais munições. Um rapaz, dos nossos, chamado Jacaré, quebrava todos os moveis para que pudessem servir de projectis. Candido Mariano, da Escola Militar, mau grado a enorme responsabilidade da sua farda, batia-se sereno e denodado. No andar superior, os estudantes Menna Barreto, Mascarenhas e outros dirigiam o ataque das janellas para fóra. Esteves Junior combatia com vigor, animava a todos, sem que suas barbas brancas lhe impedissem a valentia. Silverio Barbosa, como elle negociante e chefe de familia, tambem combatia. Perto de mim, Francisco Pessanha, o meu companheiro de infancia, inteiramente desarmado, guardava a calma que sempre lhe conhecêra.

Houve um momento em que a todos pareceu que iam ser esmagados, porque as portas começavam a ceder, e alguns dos companheiros, mais timidos, tinham achado meio de se retirar pelos fundos da casa. Falta de coragem que não cortava o perigo, pois lhes fôra preciso saltar uma grande altura, sendo de novo cercados pelos malfeitores. Vendo a situação, Sampaio Ferraz observa-me:

— Jardim, o mais prudente é retirarmo-nos.

— Não — disse-lhe. — Se vocês pensam assim, saiam. Eu fico aqui.

— Nós ficaremos contigo, — respondeu-me um dos mais valentes batalhadores da campanha republicana.»

Forçoso nos é interromper aqui a narrativa. Aliás, a attracção do assumpto e a seducção do estylo nos levariam a reproduzir, até á pagina final, o livro de Silva Jardim.

O relatorio policial assignalava a presença e coparticipação de Sampaio Ferraz naquelles disturbios e descreviam-no de revólver em punho ao lado do heroico tribuno republicano.

A consequencia não se fez esperar. Em breve trecho, era elle demittido da promotoria publica, apesar dos seus relevantes serviços e da sincera e honrosa estima que lhe votava o ministro da Justiça, o grande Ferreira Vianna.

Em consciencia, a ninguem se afigurou injusto esse acto do governo; nem mesmo contra elle reclamou o proprio Sampaio Ferraz. Este, em seu intimo conceito, deixava de cumprir um dever para obedecer a dever mais elevado. Comprehendia que o governo não pensasse do mesmo modo, e por isso não se queixava.

Sampaio Ferraz fundou então o *Correio do Povo*, em cujas columnas, com sacrificios de toda especie, assestou formidaveis baterias em defesa da Republica.

Alguns mezes depois, com o advento do novo systema de governo, espinhosa missão devia caber-lhe, em circumstancias da mais grave responsabilidade. Nada menos que o cargo de chefe de policia do Districto Federal.

Investido nessas arriscadas funcções, de tão alto momento politico, dellas se desempenhou com extrema habilidade, conciliando, com a necessaria energia e firmeza, admiravel tacto e uma vigilancia indefectivel.

Entre outros relevantes serviços que assignalaram a sua administração policial, tornou-se memoravel e digna do reconhecimento da população fluminense a sua acção efficaçmente repressora da capoeiragem, flagello tradicional que deshonorava a capital brasileira e constituia uma força temerosa que zombava de todos os governos, protegida não raro pelos interesses da paixão partidaria.

Por muitas vezes, nesta accerrima campanha, Sampaio Ferraz arriscou a vida, e não raro teve de defender-se pessoalmente, empregando os proprios recursos da coragem, da força e da destreza physica, que adquirira, tornando-se elle mesmo, segundo era fama, um valente capoeira.

Com sagaz estudo a que procedera, auxiliado pelos meios de que sabe dispor uma intelligente policia, deu caçada, nos seus proprios antros, aos chefes *nagôas* e *guayamús*, quasi todos criminosos relapsos. E não mandava — ia prendel-os. Depois

deportava-os, após um simulacro de processo, *limpando* a cidade.

E todo esse trabalho era desempenhado com muito geito e tanta celeridade, que não ecoavam reclamações na imprensa, nem appareciam pedidos de *habeas-corpus*.

A população fluminense brindou-o, por esse serviço, com um retrato a oleo, que foi collocado na sala principal da Policia Central.

De outro serviço menos celebrado por ser menos notorio, são devedores a Sampaio Ferraz os primeiros dias do governo republicano. Infelizmente, o desatino alheio não se demorou em vir desfazer a sua obra de benemerito patriotismo.

Referimo-nos ao assalto brutal, na noite de 29 de novembro de 1890, ao escriptorio e officinas da *Tribuna*, installados então na Rua Nova do Ouvidor.

Os antecedentes dêsse verdadeiro desastre politico, que tanto maculou a vida do governo provisorio, vieram, ao contrario, pela eloquencia mesmo do contraste, realçar o sincero liberalismo de Sampaio Ferraz e a sua tempera varonil na mais difficil emergencia.

Como ainda se acha na memoria dos contemporaneos, a *Tribuna*, successora da *Tribuna Liberal*, movia, sob a direcção de Antonio de Medeiros, violenta opposição ao governo do marechal Deodoro.

Este, e, ainda mais do que elle, os seus parentes e alguns officiaes militares, soffriam com mal contida impaciencia aquelles ataques. Não tinham a mais tenue intuição do que fosse a liberdade de imprensa, nem, tão pouco, a responsabilidade do governo de garantir os direitos, mesmo á opposição que o aggrida injusta e acrimoniosamente.

Em certa occasião, foi procurado o dr. Sampaio Ferraz, na sua secretaria da Policia, por dois officiaes militares, sendo um de patente superior—o general Piragibe—e outro, que presentemente... sim, presentemente... mas então não passava de capitão, ainda que capitão e sobrinho de seu Tio...

Ao chefe de policia vinham declarar que haviam deliberado pôr cobro á injuriosa campanha da *Tribuna* contra o marechal, e por isso preveniam a policia de que estava assentado para a noite seguinte um assalto á mão armada áquella redacção e ás suas officinas.

—Já mais consentirei nesse attentado!—interrompeu-os com severidade o dr. Sampaio Ferraz.

Piragibe sorriu com ligeiro laivo de zombaria e depois perguntou:

—Mas não consente... de que modo?!

—Oppondo-me... por todos os modos!

—Ah! E se, apesar disso...

—Farei sahir á rua, com as armas embaladas, toda a força da brigada policial, a cuja

frente pessoalmente me collocarei. Mandarei, sem reluctancia, fazer fogo contra os perturbadores da ordem e na acção procederei com a maior energia: prenderei e mandarei processar os criminosos, quem quer que sejam, mandantes e mandatarios. Se tiver de enfrentar forças superiores, luctarei sem pavor, succumbirei talvez, cumprindo o meu dever, mas succumbirei em defesa dos direitos do cidadão, da liberdade de pensamento e da honra da Republica!

Esta nobilissima resposta, proferida com firmeza e energia varonil, teve o effeito de conjurar, por algum tempo, a medonha borrasca que devia mais tarde desabar.

Com effeito, dias depois, por desavença com o governo, a proposito de um acto administrativo que o contrariava, Sampaio Ferraz pediu e obteve demissão do elevado cargo que exercêra com zelo, nobreza e patriotismo.

Com a sua retirada, desaparecêra o mais poderoso amparo na defesa da *Tribuna*, e esta, a 29 de novembro, cerca de um mez depois, succumbia victimada pelo ignominioso attentado que contra ella perpetraram amigos ursos do inclito fundador da Republica.

Apreciando com justiça a relevancia dos serviços d'elle, o governo provisorio galardoou o benemerito ex-chefe de policia com a patente de co-

ronel honorario do exercito. E era, e é, na verdade, quando adornado do seu bello uniforme, um bonito official de aspecto bizarro e marcial.

Quando, ha cerca de vinte annos, em viagem á Argentina, Sampaio Ferraz teve occasião de visitar o presidente da Republica, então o dr. Carlos Pellegrini, este, admirando o contraste entre a mocidade do visitante brasileiro e a sua patente de coronel, insinuou amavelmente que muito honrosa deveria ser a sua fé de officio para que tão joven já houvesse alcançado a alta patente de coronel.

— Sou official honorario — explicou Sampaio Ferraz — e os meus serviços não são de character militar.

— Muito bem — concordou Pellegrini. — Não é sómente com a espada que o cidadão serve a patria.

No periodo revolucionario que assignalou certa phase da presidencia do marechal Floriano Peixoto, sendo chefe de policia o dr. Bernardino Ferreira, foi collocado, não se sabe por que deducções, na lista dos *suspeitos*, o dr. Sampaio Ferraz. Sciente do facto, elle apresentou-se ao Chefe de Policia:

— Sei que estou considerado como *suspeito* e que ha contra mim mandado de prisão. Venho, por isso, apresentar-me para ser prêso e proces-

sado. Devo, porém, advertir de que, se isto é uma perseguição (a consciencia de nada me accusa) tratem de assassinar-me, pois se eu sobreviver á affronta, hei de tirar desforço — hoje, amanhã ou em qualquer tempo. Não hei de ser uma victima resignada... Reparo agora que foi retirado daquella parede o meu retrato. Porquê?! Não foi o governo que mo deu: foi o povo. O governo, portanto, não tem o direito de retirá-lo. Esse retrato foi o premio de serviços que prestei e o seu lugar é alli.

E proseguiu noutro tom:

— Permitta-me agora referir-me a um facto que não me interessa directamente, mas antes ao decoro do governo. Porque é que no Largo do Rocio está, sendo velada, para as festas de 7 de Setembro, a estatua de Pedro I? Não é elle o heroe da nossa Independencia? Pode-se destruir a verdade historica? Eu sou republicano historico, e, portanto, insuspeito para falar assim. Acho indecoroso esse fingido republicanismo que se manifesta por este excesso de zelo...

Essas nobres e corajosas palavras produziram admiravel effeito, pois — moralidade da fábula — foi revogada a ordem de prisão do dr. Sampaio Ferraz, o seu retrato voltou ao lugar de honra que occupáva e a estatua equestre de Pedro I fulgurou gloriosa no dia 7 de Setembro.

Sampaio Ferraz voltou ainda, durante todo

o periodo presidencial do dr. Campos Salles, ao cargo de chefe de policia do Districto Federal, em cujo desempenho continuou a prestar os mesmos serviços assignalados que lhe haviam distinguido a primeira administração policial.

Foi deputado ao Congresso Constituinte, á primeira e á penultima legislatura ordinaria do Congresso Nacional. Em ambas as occasiões foi eleito, como candidato do partido republicano, pelo Districto Federal.

É advogado no Rio de Janeiro.

JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO. — Rio-grandense, filho do dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado, formado por esta Faculdade em 1839 e de quem já nos occupámos na chronica do quinquennio de 1835-39.

Foi um estudante modesto, porém cumpridor de deveres.

Vivendo com irmãos e parentes, na antiga Rua da Consolação, alli recebia os seus camaradas, pouco frequentando os circulos academicos.

De character reservado e pouco communicativo, gostava de ter o *seu* pequeno grupo, em que dominava e exercia ascendencia.

Tinha estado na guerra do Paraguay, donde trouxera o posto de tenente honorario do Exercito.

Alto, de tez clara requeimada, usando apenas bigode, de grande cabelleira castanha, em aneis sobre o busto, olhos vivos e olhar penetrante; delgado de corpo, movimentos morosos, attitude habitualmente fria. A sua figura impunha uma certa atmospherã de circumspecção aos circumstantes.

Desde academico, revelava inclinação para o mando.

Gostava, como bom rio-grandense, da equitação, que fazia pela escola da sua terra, em arreios prateados, apreciando o uso do *pála*.

Na sua residencia, a sua mesa e os seus habitos demonstravam grande apêgo aos costumes gaúchos.

Alli não faltavam nunca o magnifico churrasco e o estimado matte-chimarrão.

Desde esse tempo, era ardoroso amator das brigas de gallos, e delles tinha em casa numerosa criação.

Como temos dicto por vezes, no anno de 1874 recrudesceram as vaias.

Cursava então o primeiro anno Pinheiro Machado. Era, portanto, salvo o respeito ao supremo chefe do P. R. C... *caloiro* e estava sujeito ao trato irreverente a que teem jus os caloiros.

Como todo o homem corajoso, elle era prudente: não provocava a ira dos veteranos. Quando se armava a borrasca, elle não na arrostava: seguia caminho opposto, sem voltar-se, qualquer

que fosse a vozeria. Entretanto, não fugia, ou, melhor, não corria. Os veteranos, em geral, faziam vista gorda: respeitavam-lhe o aspecto marcial e o prestígio de valentia, pois era corrente que se crestára ao sol das batalhas, na guerra do Paraguay.

Um dia, porém, este Cyrano de Bergerac encontrou um Christian, igual na coragem e superior na intelligencia ao namorado de Roxane.

Um cabra bahiano, de nome Velloso, grande estudante e também vigoroso pulso, resolveu quebrar o encanto do heróe gaúcho.

Trava-se entre elles medonha lucta, na qual cada um dos contendores, do que recebeu, deu logo o troco, sem levar á casa qualquer saldo a resgatar.

Dizem, comtudo, que durante muitos dias o Velloso andou sobresaltado á espera de algum brinde, a mais, do temeroso caloiro. As coisas, porém, ficaram por aquillo mesmo.

Logo após a formatura, voltou Pinheiro Machado para o seu patrio Rio Grande, e fixou-se em Cruz Alta, seu municipio natal, e na estancia paterna, dedicando-se á industria pecuaria.

Empreheendeu, então, em toda a zona circumvizinha, sob a vigorosa direcção de Venancio Ayres, ardente propaganda republicana. Por morte dêste intemerato chefe e infatigavel campeão, o seu discipulo foi-lhe um condigno successor.

E, assim, quando, em novembro de 1889, sobreveiu a revolução republicana, era Pinheiro Machado, ao lado de Julio de Castilhos, Demetrio Ribeiro e Assis Brazil, um dos chefes de maior influencia daquelle partido no Rio Grande do Sul.

Por isso tambem, coube-lhe de *jure*, na representação rio-grandense, conspicuo logar no Congresso Constituinte da Republica, em 1891, e a cadeira de senador, na primeira legislatura do Congresso Nacional, mandato politico que sem interrupção lhe tem sido renovado pelo eleitorado republicano do seu Estado natal.

Ainda no Congresso Constituinte, no dia immediato ao da proclamação da Constituição da Republica, Pinheiro Machado, com a deputação quasi compacta do Rio Grande do Sul, sob a direcção de Julio de Castilhos, sustentou a candidatura do marechal Deodoro á presidencia da Republica.

Deu-lhe, em seguida, seu apoio politico, até ao advento do golpe de Estado, a 4 de novembro de 1891. Nessa emergencia, durante os dezenove dias do regimen dictatorial, pouco definida se tornou a sua attitude. Veiu a S. Paulo e aqui se conservou, na intimidade politica do dr. Americo Brasiliense e seus amigos, não menos que na do gremio dos *generaes*.

Dir-se-ia que correntes diversas o attrahiam em sentidos oppostos. Se, por um lado, os seus

sentimentos republicanos deviam afastá-lo do golpe de Estado, por outro, a solidariedade com o governo de Julio de Castilhos, vinculado por necessidade á dictadura federal, tambem lhe não deixava a liberdade de acção. Via-se atado, até certo ponto, ás consequencias desastrosas do erro politico de Deodoro e do Barão de Lucena.

Com o governo do marechal Floriano Peixoto, restaurada a legalidade, a 23 de novembro, em breve trecho se compuzeram os republicanos *castilhistas*, e o seu prestigioso chefe, por uma contra-revolução, sabiamente conduzida, foi de novo alçado ao poder.

A lucta politica recrudesceu no Rio Grande e transformou-se em guerra civil.

Esta ainda perdurava intensa, quando em setembro de 1893 se deu na bahia do Rio de Janeiro a revolta da Armada.

Contra o governo federal congregaram-se então todos os elementos de resistencia e de aggressão, e ao redor do marechal Floriano Peixoto todos os republicanos sustentadores do principio da legalidade.

Entre estes, encontrava-se, com a dupla tarefa de defender o governo do seu Estado e o governo da União, Pinheiro Machado, de lança em riste, á frente de numerosas e aguerridas hostes, que congregára e arregimentára nas cochias da campanha rio-grandense.

Pelos relevantes serviços que então prestou, teve Pinheiro Machado como galardão a patente de general honorario do Exercito, titulo que tanto lhe quadra.

Accrescentam que, ao assignar o respectivo decreto, o marechal Floriano Peixoto proclamou o novo official, sem offensa aos effectivos — «o primeiro general brasileiro».

Assim se enunciando, o presidente da Republica fazia justiça ao valor, á prudencia e á habilitade estrategica do eminente chefe republicano.

Em 1895, sob o governo de Prudente de Moraes, os vae-vens da politica haviam collocado na opposição, com uma parte do partido republicano federal (o P. R. F.), o general Pinheiro Machado.

Estava elle em constantes viagens do Rio a S. Paulo e vice-versa.

Esse continuo movimento incutiou suspeitas ao governo, sem nelle despertar a curiosidade de perscrutar a verdadeira causa dessas excursões.

Afinal, foi interceptado um telegramma que do Sul trazia o endereço de Pinheiro Machado. Era a confirmação das suspeitas. A policia exultava, e, cheia de razões, expedia mandado de prisão contra o temerario chefe, que, em pleno estado de sitio, preparava tropas para marchar contra o governo.

Com effeito, o despacho telegraphico assim rezava:

«Tropa prompta para seguir. Aguardo suas ordens. — F.».

Estava convencido o governo de que deitára as mãos sobre a flagrancia de um crime. Pinheiro Machado, por seu lado, acreditava que era victima innocente de uma perseguição.

Não havia, entretanto, nem crime nem perseguição. Déra-se um equivoco, produzido pela amphibologia do despacho apprehendido. O auctor do telegramma era o capataz da estancia de Pinheiro Machado e a tropa a que elle se referia eram muares destinadas á feira de Sorocaba.

Ao governo de Campos Salles prestou constante apoio o general Pinheiro Machado, durante todo o quadriennio presidencial. Do mesmo modo procedeu em relação ao governo de Rodrigues Alves, até quasi á terminação do seu periodo constitucional. Poz-se, então, em divergencia com o mesmo, sob o fundamento de que o presidente da Republica não deve ter candidato á sua successão, e o conselheiro Rodrigues Alves infringia esse preceito moralizador.

Até aos penultimos tempos da presidencia do conselheiro Affonso Penna, foi-lhe fiel amigo o senador rio-grandense. Essa fidelidade, porém, desapareceu, por motivos cuja explicação é complicada, nascidos da ambição de dominio politico.

A sua acção foi capital nos preliminares que determinaram a apresentação da candidatura do marechal Hermes da Fonseca á presidencia da Republica, e mais tarde na direcção do pleito eleitoral em toda a Republica.

Durante o breve governo de Nilo Peçanha, assim como, presentemente, sob a presidencia Hermes da Fonseca, toda a gente sabe quem foi e quem continua a ser o *maire du palais*, mais poderoso que os reis *fainéants*.

Chefe supremo de um partido adrede constituido para governar o governo, que se considera seu preposto no exercicio da soberania nacional, o senador Pinheiro Machado representa, na actualidade, em consequencia da myopia official, o primeiro poder da Republica.

Acabâmos de falar em *reis fainéants*. Não nos estará reservando o futuro algum Pepino o Breve?



CAPITULO XII

A turma academica de 1874-78

PARTE QUARTA E ULTIMA



Costa Braga Junior — José de Sousa Queiroz — Castro Amaral — Julio Ottoni — Seu tirocinio academico — Contraste pittoresco — Industrial e philantropo — Leonce Pinheiro — Barbosa de Oliveira — Casa de tradições fatidicas — Troça monumental — Na vida publica — Curiosa scena da escravidão — Dados biographicos — Sousa Neves — França Vianna — Marçal de Escobar — Manuel Dutra — Na Academia — Na vida publica — Sylva Filho — No carnaval de 1874 — Depois da Academia — Seu espirito de justiça — Dados complementares — Olympio de Magalhães — Francellino Guimarães — Pedro Mariani Junior — Pedro Muniz Leão Velloso — Pedro Paulo do Amaral — Dito chistoso — Sua veia sarcastica — Tristão da Fonseca — Providencias dos vadios — Notas biographicas — Floriano de Assis.



JOSÉ JOAQUIM FERREIRA DA COSTA BRAGA JUNIOR. — Natural da cidade do Rio de Janeiro; filho de José Joaquim Ferreira da Costa Braga, commerciante, de nacionalidade portugueza.

De pequena estatura, magrinho, tez pallida, escassa barbica e bigodes ainda em buço.

Muito amavel e bondoso.

Intelligencia regular e regular applicação ao estudo.

Era de todos estimado.

Casou-se, no seu quarto anno, na familia do commendador M. J. da Costa e Silva, commerciante em S. Paulo.

Após a formatura, residiu por algum tempo em S. Paulo e depois mudou-se definitivamente para o Rio, onde ainda hoje exerce a advocacia.

JOSÉ DE SOUSA QUEIROZ. — Paulista; filho do senador Barão de Sousa Queiroz; o Benjamin dessa antiga familia paulistana.

Alto, cheio de corpo, moreno pallido, cabellos negros e anelados, bigodes negros e pouco desenvolvidos.

Serio, circumspecto e bom estudante.

Liberal, por tradição de familia, não se conservou alheio ao movimento politico das rodas academicas. Collaborava no *Liberal*, como já dissemos.

Era muito apreciador do sólo e bastante habil nesse jogo difficil. Ás quartas e sabbados, o seu quarto de rapaz no palacete paterno transformava-se em *club fechado*, e até fechadissimo, pois não dava accesso a não ser ao Dutrinha e ao Luiz Albino, raramente a mais outro collega e parceiro do sólo. Ahi passavam uma ou duas

horas a dar expansão ao *vicio*... e bem innocente esse vicio, valha a verdade!

De posse do seu pergaminho, aliás dignamente conquistado, delle tem feito uso meramente decorativo, pois, fazendeiro e fazendeiro abastado, applica a actividade á rendosa exploração da sua propriedade agricola, o que, todavia, lhe não absorve o tempo a tal ponto que não lhe permitta passar nesta capital uma parte do anno e mesmo periodicamente refazer as forças, que ainda não reclamam repouso, em aprazivel excursão ao velho mundo.

É casado com uma distincta senhora austriaca. Dêsse enlace tem já uma prole de Jacob, robusta e formosa... e ainda não fez ponto final.

JOSÉ VICENTE CASTRO DO AMARAL. — Fluminense, a saber, da cidade do Rio de Janeiro; filho de José Innocencio Gomes do Amaral.

Estatura mediana, tez macilenta, physionomia sympathica e algo melancolica, cabellos castanhos claros, quasi louros e anelados.

Estudante regular.

Advogado no Rio de Janeiro.

JULIO BENEDICTO OTTONI — Fluminense, mas de familia mineira, pois é filho do benemerito conselheiro Christiano Benedicto Ottoni.

De pequena estatura, tez morena, imberbe,

cabellos castanhos, olhos vivos, physionomia franca e expressiva, testa intelligente... e não mentia.

Effectivamente, Julio Ottoni possuia em alto grau o tradicional predicao dos Ottonis — era dotado de grande intelligencia e muita elevação de character.

De temperamento impulsivo e irrequieto, era prompto na réplica — e a réplica transformava-se em repulsa, desde que lhe soasse mal alguma expressão do interlocutor.

Não o imaginem, por isso, um mata-moiros, de trato difficil — era, ao contrario, bom camarada, joven amavel e bem educado.

Durante os dois ou tres primeiros annos do curso, morou na casa do conselheiro Leoncio de Carvalho, de quem mais tarde se tornou concunhado.

O seu 4.º anno fêl-o Julio Ottoni na Faculdade do Recife, vindo completar o curso em S. Paulo.

No 5.º anno, foi eleito redactor-chefe do *Liberal*, órgão academico dessa parcialidade politica, e dizem as tradições da época que elle se desempenhou brilhantemente daquelle encargo.

Como acima dissemos, foi Julio Ottoni um grande estudante. No seu acto do 1.º anno alcançou a nota *distincção*. Era forte especialmente

em Direito Romano, materia em que com proveito o ouviam alguns collegas.

Em certo dia, já de caminho para a Academia, a fazer acto do 1.º anno, occorreu ao Luiz Albino uma duvida sobre a interpretação de um texto. Lembrou-se de consultar o Ottoni e com o *sans façon* academico, penetra-lhe no quarto, não n'ò encontra, e vae até ao banheiro, onde o vê em trajes de Adão, sob um chuveiro.

O caso era urgente, e, por isso, produziu, sem ensaios, esta scena ultra-comica: dois estudantes a discutirem sobre difficil fragmento do Digesto, um delles trajando casaca e o outro com a *toilette*... mais leve possivel.

A vida pratica de Julio Ottoni tem sido um grande exemplo de tino commercial e tenacidade operosa, pois, depois de formado, applicou-se á industria e tem sabido constituir e fazer prosperar grandes empresas, que, com proveito para a economia social, lhe teem dado, parallelamente, avultada fortuna.

Esta, dirige-a elle com muita intelligencia e uma grandeza d'alma bastante rara no nosso tempo.

É notorio o desprendimento com que, por mais de uma vez, elle tem aberto mãos de pingues haveres, fazendo generosas doações a instituições philantropicas ou a institutos scientificos.

Na sua vida conjugal, não encontrou Julio Ottoni a felicidade, por incompatibilidade de temperamentos, no seu primeiro e segundo matrimonios, terminados por separação judicial.

É hoje casado em terceiras nupcias e cremos que, na ineffavel doçura de um affecto reciproco, alcançou, afinal, compensação ao anterior soffrimento.

Quanto subsidio para o estudo empolgante da these do divorcio!

O dr. Julio Ottoni tem sempre residido no Rio de Janeiro, onde é grande industrial e philanthropo.

LEONCE AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA. — Paulista, natural de Botucatú; filho do dr. Bernardo Augusto Rodrigues da Silva, formado em 1852, e de quem já nos occupámos.

Estatura regular, olhos e cabellos negros, tez morena, andar desgracioso a longas passadas de pernalto, modos bisonhos e acaipirados. Entretanto, estudante talentoso e applicado.

Após a formatura, seguiu a carreira judiciaria.

Foi juiz municipal do termo Rio Novo, hoje comarca do Avaré; promotor publico de Botucatú, e, presentemente, é juiz de direito de Sarapuhy, integro e estudioso magistrado.

LUIZ ALBINO BARBOSA DE OLIVEIRA. — Flu-

minense, da Côrte; filho do conselheiro Luiz Albino Barbosa de Oliveira, que foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Alto, esbelto, tez clara, cutis finissima, olhos grandes e negros, cabellos castanhos, barba e bigodes... em expectativa. Physionomia intelligente e sympathica. Moço gentil, de esmerada educação e trato amabilissimo.

Foi bom estudante, applicado e talentoso, todavia mais talentoso que applicado.

No seu 2.^o anno, morava o Barbosa de Oliveira numa *republica* á Rua da Princeza, hoje Benjamin Constant, em frente ao sobrado de residencia do dr. Leoncio de Carvalho, onde está presentemente installada a Empresa Telephonica e ao lado do predio assobradado onde morava o desembargador Antonio Candido da Rocha.

Essa casa, ha poucos annos, tetricamente celebrizada por lugubre catastrophe, o suicidio do senador Peixoto Gomide, era, em 1875, occupada pela *republica* de estudantes acima referida, e da qual faziam parte, além do Barbosa de Oliveira, os quintannistas Accioli, Padua e Castro e Ignacio Jardim, o terceirannista Oliveira Coelho e o preparatoriano José Jardim, que é hoje o preclaro senador federal Leopoldo de Bulhões.

Esses moços... de outróra, depois graves e provectoros homens publicos, não desdenhavam alegres folguedos e troças, como se vae vêr.

Constou, não se sabe como, ao João de Sene, que se celebravam na *republica* do Barbosa de Oliveira curiosas sessões de espiritismo.

Entre parenthesis: João de Sene, então *bicho*, e de habitos excentricos, formou-se alguns annos mais tarde, vive em S. Paulo, e tem-se embrenhado em profundas investigações philologicas, cuja publicação aguardam anciosos os admiradores da sua intelligencia e tenacidade.

Constou-lhe, diziamos, que naquella casa se faziam assombrosas experiencias de espiritismo.

Impellido pela curiosidade, quiz tomar parte nos trabalhos. Recusa dos moços, insistencia do Sene. Nova recusa daquelles, e por uma razão peremptoria: é que, de facto, não havia taes experiencias.

Não obstante, o pretendente não se rendeu. Protestou, insistiu e persistiu com teimosia, opiniatica e invencivelmente.

O incidente suggeriu uma lembrança:

—Pois, bem—disse um dos rapazes—uma vez que você tem mesmo noticia das nossas sessões, apesar de occultas, e está firmemente disposto a guardar a necessaria reserva, dar-lhe-emos a iniciação desejada. Entretanto, devemos prevenilo de que as provas são severas...

—Estou resolvido a arrostál-as.

No dia e hora (nocturna, já se vê) aprazados, devidamente preparadas as salas, quartos, corredores de ambos os pavimentos da casa, todo

o scenario, emfim, é recebido o neophyto á porta da entrada, no escuro, em silencio, e ainda assim lhe vendam os olhos.

Segue-se uma serie de provas estapafurdias, mixto de maçonaria e bruxaria, e outras de mera invenção, do pretendido ritual dos *iniciadores*.

Ao resignado *profano* fizeram entrever, ao verde e amortecido clarão da chamma do alcool com enxofre, o supposto cadaver de um violador dos *sagrados mysterios*; fizeram-no percorrer a *sala dos passos perdidos*, penetrar na *caverna escura*, saltar *precipicios*, beber o *calix da amargura*, a saber, um preparado de molho inglez, café e agua do doutor Pierre, etc., etc., etc.

Afinal, sempre conduzido pelos *irmãos terribes*, descalço, de olhos vendados, sem chapéu, com as calças arregaçadas, o *paletot* pelo avesso e ao som de uns textos do Digesto devotamente rezados em musica de cantochão, o pobre do iniciando foi levado para a rua, onde o deixaram, dando-lhe, por despedida, estrepitosa vaia...

O Sene, castigado da sua curiosidade:

*Jura, mais un peu tard,
Qu'on ne l'y prendrait plus.*

De posse do pergaminho de bacharel, o dr. Barbosa de Oliveira por pouco tempo esteve residindo no Rio de Janeiro. Logo foi nomeado promotor publico da comarca de Campinas, cargo este em que se conservou até fins de 1886, exer-

cendo-o com brilho e exacção. Era tão devotado ao culto dos deveres do seu ministerio, que em familia o designavam pelo apellido de *Lulu Justiça*.

Mais tarde, dedicou-se á vida agricola, assumindo a direcção de importante fazenda de café, que possuia no municipio, de sociedade com um seu irmão, no delicado periodo que antecedeu a abolição do elemento servil.

O dr. Luiz Albino, de espirito elevado e bondoso coração, sabia conciliar com a imprescindivel disciplina da fazenda um regimen brando e humanitario para com os escravos. Era, por isso, muito estimado delles.

Consciente dêsse affectuoso respeito que lhe era tributado, aprazia-lhe observar que, á medida que nas outras fazendas do municipio, os escravos manifestavam por palavras e actos significativos a impaciencia que lhes causavam os soffrimentos da condição servil, na sua fazenda permaneciam todos contentes e submissos.

Elle mencionava com certo desvanecimento esse contraste: jactava-se mesmo disso, em intima conversa com seu cunhado e dilecto amigo o Barão Geraldo de Rezende.

Era, por isso, felicitado, com pequeno laivo de scepticismo, pelo Barão, que, todavia, accrescentava:

... *Mais attendons la fin!*

De facto, alguns dias depois, realizava-se o malicioso prognostico.

Ao retirar-se da fazenda, numa visita que ahi fizera, viu o dr. Luiz Albino cercado o seu troly por todo o pessoal escravo... oh! na verdade, em attitude respeitossissima, mas, emfim, muito destoante das normas de humildade e passividade do regimen da escravidão.

— Que é que vocês querem?!

— Sinhô môço — disse um delles, commovido e com os olhos para o chão — nois queria sabê... Toda a gente 'tá forrando negro... Vancê não diz nada... Vancê não fais fala... Nois qué sabê...

Assim interpellado, teve o «Sinhô môço» de «fazer a fala». Declarou-lhes, em linguagem que entendessem, que já havia resolvido, desde muito, dar-lhes liberdade condicional, com a prestação de serviços por pouco tempo, e depois pagaria salario aos que quizessem conservar-se na fazenda, etc., etc.

Teve o episodio festivo desenlace.

Antes que lho pedissem ou o tomassem de motu proprio, o dr. Luiz Albino declarou feriado aquelle dia. Em seguida, mandou melhorar o rancho, «*molhar o cabo*» e «*correr a ronda*» (1)

(1) «Molhar o cabo», a saber — o cabo da enxada, significa, ou antes significava, na giria dos trabalhadores escravos — dar-lhes carne, á comida; «correr a ronda» era distribuir-se-lhes aguardente.

Proferiam, como estas, outras expressões figuradas, nos pon-

e sahir a terreiro tambor, urucungo, puita e inguaia, para o jongo e o condombe.

Em 1887, depois de ter-se exonerado da promotoria publica, o dr. Luiz Albino abriu por algum tempo escriptorio de advocacia em Campinas. Mudou-se, depois, para S. Paulo, onde, aliás, residiu por pouco tempo.

Voltou, afinal, para Campinas, onde tem fazenda de café.

É casado com D. Camilla Nogueira Barbosa d'Oliveira, filha do Barão de Ataliba Nogueira.

Por ser monarchista, de convicção, e, mais ainda, por tradição, tem-se abstinido de tomar pé no ambiente republicano, que, desde 1889, envolve a nossa vida publica.

LUIZ ANTONIO DE SOUSA NEVES — Fluminense; filho do dr. Laurindo de Magalhães Neves.

Alto, magro, pallido, cabellos anellados.

Rapaz de poucos recursos e genio socegado; dado ao estudo e servido por bella intelligencia.

Trazia o curso quasi completo do Collegio Pedro II, que seguira até ao 6.^o anno.

Seguiu a carreira da magistratura, no Estado de Rio de Janeiro.

tos que propunham, quando no *cito* ou noutro trabalho collectivo, para pedirem ao senhor alguma coisa. Este, em regra, não deixava de attender nos enigmas assim propostos, cuja decifração lhe era conhecida.

LUIZ DE FRANÇA VIANNA. — Mineiro; filho de Felicissimo de Sousa Vianna.

Estatura regular, tez morena, de má pelle, barba crescida, olhos e cabellos negros.

Intelligencia bastante desenvolvida.

Foi redactor-chefe do *Liberal* na primeira eleição, em 1874.

Na legislatura de 1888-89, teve uma cadeira de deputado á Assembleia Provincial de Minas.

É fallecido e consta que por suicidio.

MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR. — Rio grandense; filho de José Pereira de Escobar.

Alto, moreno claro, cabellos e bigodes pretos, de oculos fixos no nariz acavalletado. Modos bruscos.

Talentoso e bom estudante, figura característica.

Era republicano, já na sua quadra academica.

Formado, de volta para o Rio Grande do Sul, exerceu a advocacia em Porto Alegre.

Politico militante, arregimentado, sob a suprema direcção de Julio de Castilhos, fez parte, em 1891, da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, e é um dos signatarios da constituição politica daquelle Estado, decretada a 14 de julho do mesmo anno.

De então em deante, o dr. Marçal de Escobar tem tomado parte activa nas luctas politicas

do seu Estado, que tem representado, ora como membro da Assembleia dos Representantes, ora, como deputado ao Congresso Nacional.

MANUEL ANTONIO DUTRA RODRIGUES. — Fluminense, da Côrte; filho de Manuel Antonio Rodrigues. Irmão mais moço do illustrado lente da Faculdade, dr. Dutra Rodrigues, era, por isso, geralmente appellidado pelo diminutivo — Dutri-
nha.

De estatura pouco inferior á mediana, e já com incipiente abdomen a prejudicar-lhe a esthetica anatomica; claro, olhos vivos, cabellos louros, barba toda, desde o primeiro anno (o que lhe dava ares de mais velho do que era), *pince-nez* fixo, de myope, que o era em extremo.

Casára-se bem joven, em familia paulistana descendente da Marquessa de Santos, e começára desde logo, sob a affectuosa direcção de seu irmão e protector, a fazer pela vida, trabalhando no fôro e auxiliando-o no seu rendoso escriptorio de advocacia.

Era um excellente e alegre companheiro, muito querido de todos os collegas pela sua jovialidade, temperamento expansivo e espirito servil.

Apesar de folgazão, não se descuidava do estudo, e, dotado de aguda intelligencia, fazia honrosa figura nas aulas.

Depois da formatura, exerceu a advocacia em S. Paulo. Desempenhou varios cargos publicos e gosou de regular influencia politica, reflexa, em parte, do grande prestigio e popularidade do seu distincto irmão, dr. Francisco A. Dutra Rodrigues, e tambem devida ao seu merecimento pessoal.

O dr. Dutrinha falleceu na flor da idade, em 1889, alguns mezes depois do passamento de seu irmão mais velho.

Deixou viuva e filhos menores.

MANUEL JOAQUIM DA SILVA FILHO. — Fluminense; filho do dr. Manuel Joaquim da Silva, medico e publicista, fallecido em Rezende em 1898.

Fazia questão (ainda faz, segundo acreditamos) do *y* no Silva, ou Sylva, do seu nome.

Baixo, corpulento, cabeça grande, em todos os sentidos, pois era, na verdade, intelligentissimo, um grande estudante. Fala fina, em falsete, e olhar de soslaio, o que lhe dava, injustamente, uns ares de Tartufo.

Escrevia na *Reacção* com E. Leão Bourroul e João Mendes Filho, e era, como elles, catholico ultramontano.

No carnaval de 1874, presenciámos um incidente ao qual não foi extranho o Sylva Filho, então caloiro.

Dera-se, na Rua da Imperatriz, pequena troca

de palavras entre dois mascarados. A discussão tornou-se altercação e esta gradativamente se foi encandescendo até transformar-se em alta vozzeria.

Extranhavam, entretanto, os circumstantes, que, apesar da colera com que clamava, um dos mascarados não abandonava o tom de falsete, considerado obrigatorio para os devotos de Momo.

O episodio terminou em riso, ao ouvir-se uma voz, que denunciava:

— Querem vêr que é o *Pato Macho*?...

Depois da formatura, o dr. Sylva Junior defendeu theses, e, como era de justiça, obteve o grau de doutor.

Na vida pratica, exerceu primeiramente cargo de magistratura e foi juiz municipal do termo de Belém do Descalvado. Ahi fez o seu quatriennio, 1882 a 1886.

Por esse tempo, deixou a magistratura e recolheu-se á vida agricola, no municipio de Quatis, da Barra Mansa, e dizem nos que em divorcio com as letras, ao menos, com a jurisprudencia.

Assim presumimos, porque, em 1893, tendo-lhe occorrido a ideia de disputar uma vaga de lente substituto, na Faculdade de Direito, o dr. Sylva Filho encontrou grande difficuldade em desempenhar-se da prova de prelecção. Impressinava-o a contingencia de preencher a hora regimental, dis-

sertando em estylo didactico sobre o ponto sorteado, que foi — *Hasta Publica*.

O outro candidato, inferior, se não no talento, pelo menos no renome deixado na Academia, não foi mais feliz. O concurso, pois, não deu resultado, e teve-se de mandar abrir nova inscripção.

O que é interessante é que pelo proprio dr. Sylva Filho foi considerado e qualificado como justissimo o julgamento da Congregação.

Em seu intimo conceito, o concurso que fizéra estava abaixo do seu merecimento, e elle acreditava, com desgosto, que se atrazára intellectualmente no periodo em que havia habitado no meio rustico já mencionado.

Uma vantagem, porem, logrou — a modificação do timbre, outróra desagradavel, de sua voz. Ella tem hoje o volume normal e corrigiu-se do falsete primitivo.

O dr. Sylva contrahiu matrimonio em Belém do Descalvado com uma filha do sr. Joaquim Pacheco de Mendonça, fazendeiro naquelle municipio e de nacionalidade portugueza.

Reside, presentemente, em S. Carlos do Pinnhal, onde foi lavrador, e é, hoje em dia, advogado.

OLYMPIO ALVARES DE MAGALHÃES. — Paulista, de S. José do Barreiro; filho de Roque Alvares de Magalhães.

Magro, alto, rosto redondo, olhos vivos e ne-

gros, barba preta e pouca: physionomia sympathica.

Estudante intelligente e de regular applicação; de trato amabilissimo.

Depois da formatura exerceu cargos judiciais na Provincia e depois Estado de S. Paulo.

Tem fazenda no Bairro de Formoso, no seu municipio natal, onde por vezes se tem envolvido na politica local e gosa de geral estima pela sua affabilidade, espirito tolerante e nobreza de character.

Parece que tenciona voltar ao exercicio da magistratura, pois ainda o anno passado requereu titulo de habilitação para o cargo de juiz de direito.

PEDRO FRANCELINO GUIMARÃES FILHO — Bahiano; filho de Pedro Francellino Guimarães.

Moreno, alto, *buen hombre*, isto é, bem parecido, e trajando com elegancia.

Talentoso e bom estudante.

Seguiu a carreira da magistratura. É juiz no Rio de Janeiro ou em Nictheroy.

PEDRO MARIANI JUNIOR — Bahiano; filho de Pedro Mariani, de importante familia do sertão do Rio S. Francisco, e aparentado com o Barão de Cotegipe, que, como elle, era natural da cidade da Barra.

De reduzida estatura, olhos pequenos, com *pince-nez* fixo, e rosto cheio de espinhas.

Culta e vigorosa intelligencia.

O dr. Mariani, desde que deixou a Academia, correu todos os estadios da magistratura bahiana e chegou até ao seu mais elevado posto, a presidente do Tribunal de Appellação e Revista, em que se apostou.

No ultimo e no penultimo triennio foi eleito deputado federal pelo 4.º districto da Bahia, onde é influencia legitima.

PEDRO MUNIZ LEÃO VELLOSO — Bahiano; filho de Marcos Leão Velloso e primo-irmão do dr. Pedro Leão Velloso (*Gil Vidal*).

Claro, aloirado, de olhos azues e *pince-nez* fixo.

Era intelligente e trabalhava bem.

Companheiro inseparavel de Marçal Escobar. Chamavam-no *O Gato*, em allusão ao aspecto algo felino da sua physionomia.

Cursou os dois primeiros annos na Faculdade do Recife.

Poucos mezes depois da formatura, foi nomeado promotor publico de Mogy-mirim, pelo presidente Baptista Pereira, a pedido do conselheiro Leão Velloso, seu tio.

Deixou depois S. Paulo, porque se viu eleito deputado provincial na Bahia.

Foi juiz de direito, na monarchia, começando a carreira pela comarca de Maroim, em Sergipe.

Morreu no exercicio do cargo de juiz do Tribunal de Conflictos, na Bahia.

PEDRO PAULO DO AMARAL — Fluminense, da Côrte; filho do conselheiro Angelo Thomaz do Amaral e cunhado de França Junior.

Altura regular, magro, tez entre morena e clara, pallido, cabellos castanhos, barba nenhuma ou quasi nenhuma. Physionomia despreoccupada, ligeiro sorriso zombeteiro.

Era o maior bohemio da turma. Tão intelligente quanto vadio, trocista e indefectivel devoto dos 39 pontos... alem dos das apostas com os bedéis.

Isso não impediu que tomasse a sério o cargo e encargo de redactor-chefe da *Republica*, jornal academico, na ultima eleição do anno.

Logo nos primeiros dias do seu primeiro anno academico, travando conhecimento, á porta do Garraux, com o Carlos Ferreira, que lhe era apresentado como o poeta das *Rosas loucas*:

— Tambem eu — replicou elle com fleugma — estou escrevendo um livro de versos, que vou publicar, com o titulo de *Cravos idiotas*. ⁽¹⁾.

(1) Não tem cabimento a critica. *Rosas Loucas* — é a denominação vulgar de uma variedade de rosas multicores e pequeninas, produzidas por vivazes roseiras que se alastram sem cultura ás margens dos caminhos.

O Pedro Paulo era muito espirituoso e dotado de inexgotável veia sarcástica.

Infelizmente, não se podem publicar, nem em latim, os melhores dos seus dictos e epigrammas.

Foi promotor publico em Petropolis, cargo em que por pouco tempo esteve em exercicio, pois morreu prematuramente.

TRISTÃO PEREIRA DA FONSECA. — Mineiro; filho do dr. Claudino Pereira da Fonseca, de quem já nos occupámos.

Baixo, tez morena, testa larga e grandes entradas, bigodes castanhos.

A melhor cabeça juridica do anno. Estudioso e de robusta intelligencia: um estudantão!

Gastava indefectivamente os quartos de hora, antes das aulas, a explicar a licção aos collegas vadios. Estes, com tal *tintura*, em dóse homeopathica, entravam affeitos, na esperança de não serem chamados.

Era commum encontrarem-se, á porta da aula do Justino, dois ou tres dêsses vadios, medrosos da chamada, quando um delles, mais animoso, se lembrava de que *audaces fortuna juvat*... e entrava. O exemplo dava coragem aos outros, que, completando o proloquio... «*timidos que repellit*», seguiam-lhe o passo.

Tristão da Fonseca casára-se, ainda estudante, numa familia paulistana.

Formado, estabeleceu-se em Ouro Preto, sua cidade natal, e ahi abriu escriptorio de advocacia.

Como tinha sido grande estudante, fez-se grande advogado e jurisconsulto, de nomeada em toda a Provincia de Minas.

Teve, porem, infelizmente, prematuro passamento.

FLORIANO LEITE DE ASSIS. — Fluminense, de Vassouras; filho de Francisco José de Assis.

Alto, pallido, cabellos anelados, com signaes de variola quasi apagados.

Teve, no quinto anno, grave molestia cerebral, que o obrigou a afastar-se dos estudos, por muito tempo.

Conseguiu, todavia, reconquistar o anno e formar-se no segundo periodo de exames, a saber, em março subsequente.

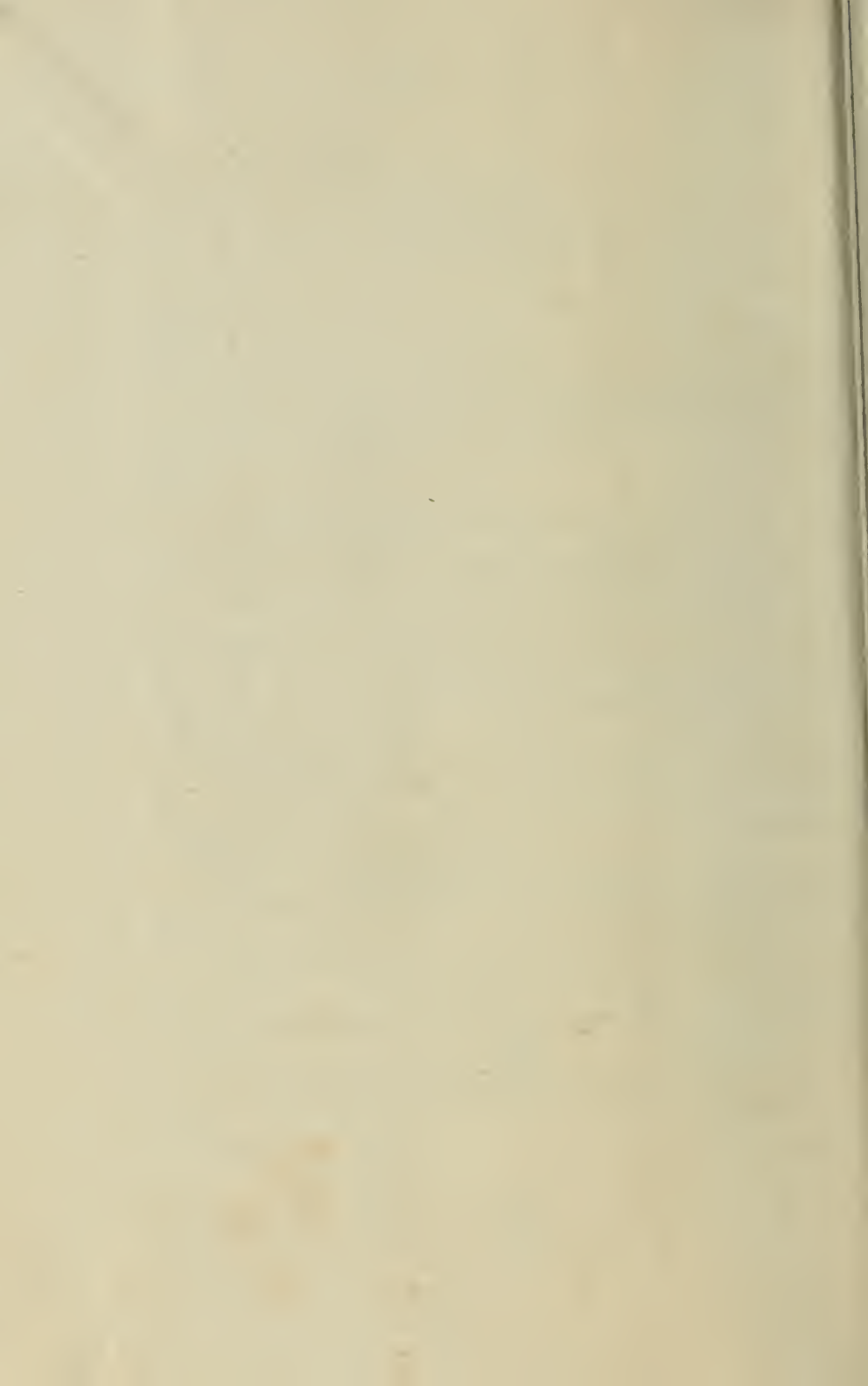
Não temos delle outras informações.



INDICE

	Pags.
PREFACIO	I
CAPITULO I — A turma academica de 1835-39 (parte primeira)	1
CAPITULO II — A turma academica de 1835-39 (parte segunda)	31
CAPITULO III — A turma academica de 1835-39 (parte terceira)	53
CAPITULO IV — A turma academica de 1850-54 (parte primeira)	73
CAPITULO V — A turma academica de 1850-54 (parte segunda)	99
CAPITULO VI — A turma academica de 1850-54 (parte terceira)	123
CAPITULO VII — A turma academica de 1850-54 (parte quarta)	149
CAPITULO VIII — A turma academica de 1850-54 (parte quinta)	173
CAPITULO IX — A turma academica de 1874-78 (parte primeira)	205
CAPITULO X — A turma academica de 1874-78 (parte segunda)	227
CAPITULO XI — A turma academica de 1874-78 (parte terceira)	249
CAPITULO XII — A turma academica de 1874-78 (parte quarta)	273





DO MESMO AUCTOR:

Direito Civil — «Na herança ou legado condicional transmite-se a esperança *debitum-iri?*» — S. Paulo. 1872.

Ensaio Juridico e Sociaes. — S. Paulo. 1873.

Processo Civil. — «A licitação é meio razoavel de corrigir as avaliações nos inventarios?» These para doutoramento. — S. Paulo. 1874.

Direito Constitucional. — «Podem os Estados e os Municipios contrahir emprestimos externos?» — S. Paulo. 1904.

Economia Politica. — Estudo sobre a denominação «*Economia Politica*». — S. Paulo. 1905.

Economia Politica. — «Qual o objecto da Economia Politica?» — S. Paulo. 1906.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 1.^a série. — S. Paulo. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 2.^a série. — Lisboa. 1907.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 3.^a serie. — Lisboa. 1908.

A Academia de S. Paulo — Tradições e Reminiscencias. 4.^a série. — Lisboa. 1908.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 5.^a série. — Lisboa. 1908.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 6.^a série. — Lisboa. 1909.

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 7.^a série. — Lisboa. 1909.

Direito Processual Brasileiro. — Fiança ás custas. — S. Paulo. 1909.

Direito Industrial Brasileiro (de collaboração com o dr. G. Fischer Junior). Marcas Industriaes e Nome Commercial. — S. Paulo. 1910

A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. S.^a série. — Lisboa. 1910.

Sciencia das Finanças. — A taxa do cambio e a economia nacional (Sob o pseudonymo « Mac Leod »). S. Paulo. 1910.

Sciencia das Finanças. — É direito da União, dos Estados e dos Municipios a conversão ou o resgate antecipado das suas dividas, sem a acquiescencia dos credores? — S. Paulo. 1912.

Direito Constitucional. — Podem os Estados, no nosso regimen federativo, legislar sobre a aposentadoria de funcionarios municipaes? — S. Paulo. 1912.

EM PREPARO:

Curso Didactico de Economia Politica.

Les Crises économiques. Les crises de surproduction. La valorisation du café.

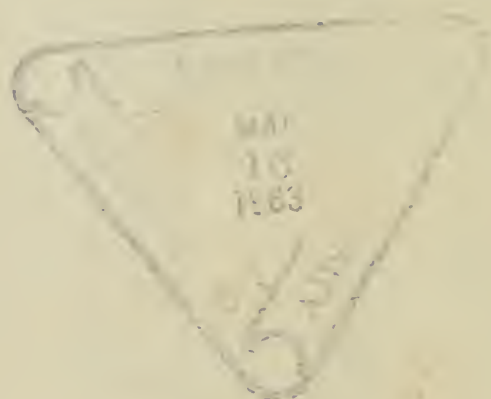
Privilegios industriaes e patentes de invenção (de collaboração com o dr. G. Fischer Junior.)

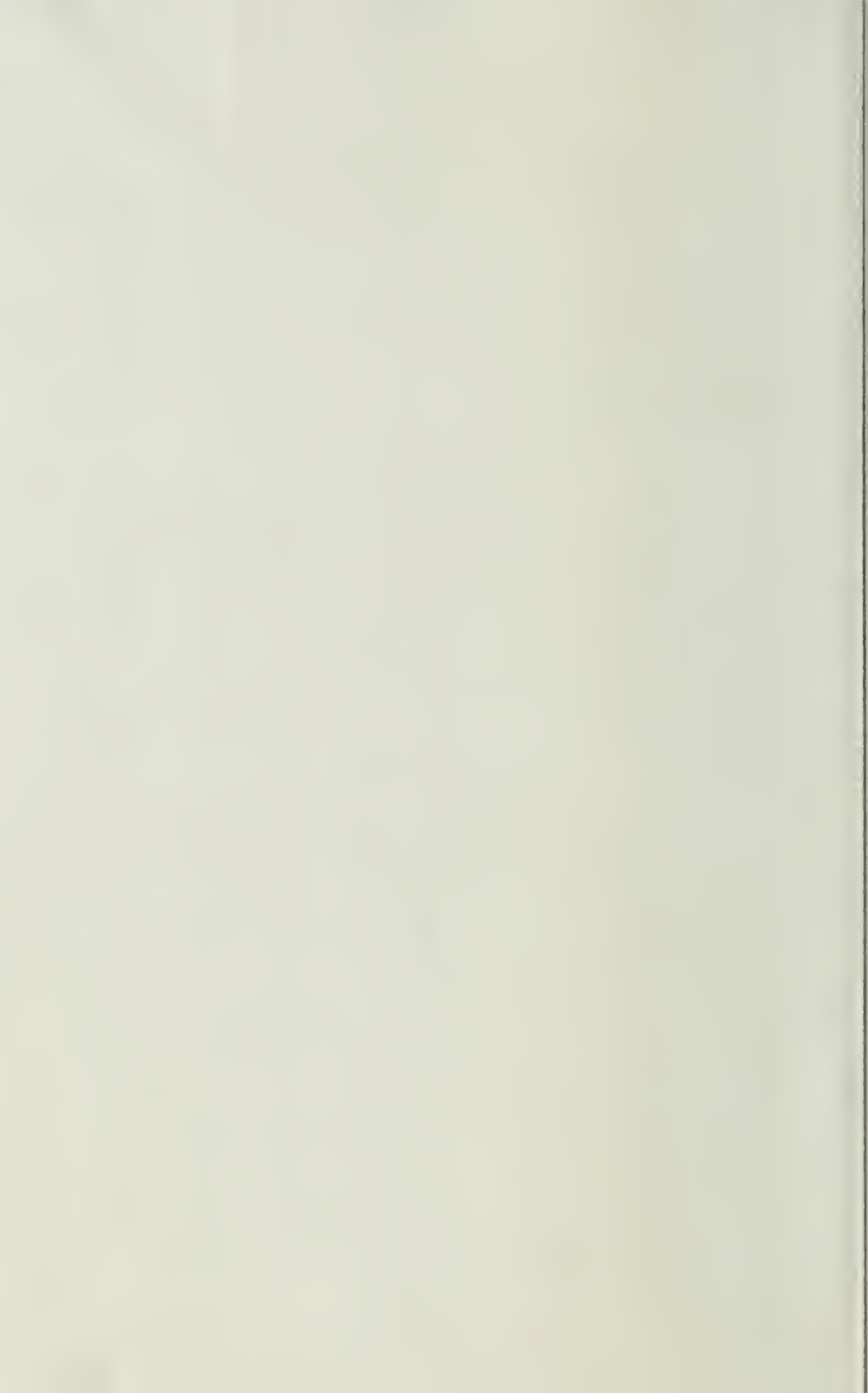
Piscicultura. — Adaptação aos cursos d'agua do Estado de S. Paulo de algumas variedades de salmonides e outros peixes nacionaes e estrangeiros.

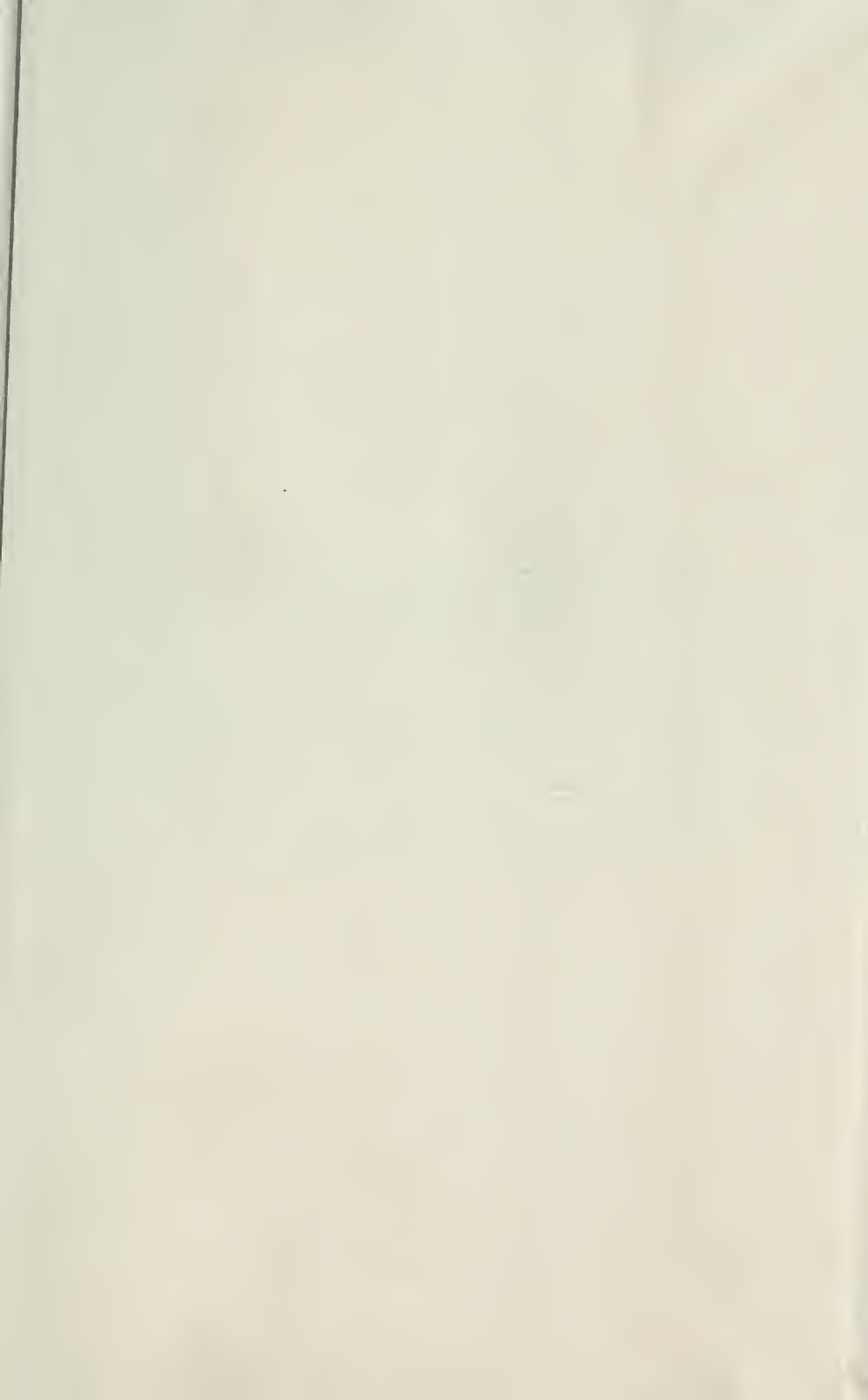
A Academia de S. Paulo. — Tradições e Reminiscencias. 10.^a serie.











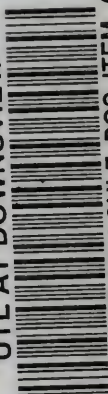


LIBRARY SEC... 3 1983

**PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET**

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW



D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 15 01 14 014 0